



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FELIPE FRANKLIN ANACLETO DA COSTA

**SER ESTUDANTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE BOLSONARISMO:
ANALISANDO EXPERIÊNCIAS DIANTE DO DESMONTE DA PESQUISA
CIENTÍFICA NO BRASIL**

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

João Pessoa
2021

FELIPE FRANKLIN ANACLETO DA COSTA

**SER ESTUDANTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE BOLSONARISMO:
ANALISANDO EXPERIÊNCIAS DIANTE DO DESMONTE DA PESQUISA
CIENTÍFICA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Culturas e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
(PPGS/UFPB)

Examinadora interna: Prof. Dra. Mónica Lourdes Franch Gutierrez
(PPGS/UFPB)

Examinadora externa: Prof. Dra. Dalila Andrade Oliveira
(PPGE/UFMG)

João Pessoa
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838s Costa, Felipe Franklin Anacleto da.

Ser estudante de pós-graduação em tempos de
bolsonarismo : analisando experiências diante do
desmonte da pesquisa científica no Brasil / Felipe
Franklin Anacleto da Costa. - João Pessoa, 2021.

110 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Pesquisa científica - Brasil. 2. Pós-graduandos.
3. Ensino superior. I. Machado, Charliton José dos
Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 167(81)(043)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 29/2021 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 19 de Novembro de 2021

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR O(A)
ALUNO FELIPE FRANKLIN ANACLETO DA COSTA.

Aos 30 dias do mês de novembro de 2021, às 10h, por videoconferência (<http://meet.google.com/yom-vrmi-phi>) conforme Portaria 90/GR/REITORIA/UFPB; Comunicado nº 02/2020/PRPG/UFPB; Portaria PRPG nº 54/2020; Portaria 36/CAPEB, realizou-se a sessão pública de defesa de Dissertação, intitulada: "**SER ESTUDANTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE BOLSONARISMO: ANALISANDO EXPERIÊNCIAS DIANTE DO DESMONTE DA PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL**" apresentada pelo(a) discente Felipe Franklin Anacleto da Costa, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Charlton Jose dos Santos Machado (presidente); Mônica Lourdes Franch (membro interno); Dalila Andrade Oliveira (membro externo). Dando início aos trabalhos, o(a) professor(a) Charlton Jose dos Santos Machado, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra ao(a) defendente para expor uma síntese de sua Dissertação que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrado os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito de APROVADA. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de **MESTRE EM SOCIOLOGIA**. Sendo a presente Ata assinada por mim, Charlton Jose dos Santos Machado (Presidente da Comissão) e demais membros.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

A banca sugeriu ajustes em relação as análises dos dados e uma melhor definição em torno objeto perscrutado. A banca sugeriu mudança no título, substituindo a palavra "mercantilização" por "desmonte".

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 15:51)
CHARLTON JOSE DOS SANTOS MACHADO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1220709

(Assinado digitalmente em 03/12/2021 15:24)
FREDERICO VICTOR ACIOLY MOTA GOMES
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
Matrícula: 2424822

Processo Associado: 23074.117958/2021-02

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
29, ano: 2021, documento (espécie): ATA, data de emissão: 19/11/2021 e o código de verificação: a46b8d2dfa

RESUMO

Na década de 1990 mudanças nas políticas de avaliação inauguraram uma lógica produtivista e mercantil na pós-graduação brasileira. Apesar das políticas de expansão do ensino superior dos governos petistas, com maiores investimentos nas agências de fomento à pesquisa, tal dinâmica não sofreu grandes modificações, promovendo avanços, mas aprofundando diversas desigualdades. O governo Bolsonaro além de aprofundar esta lógica, tem descaracterizado a universidade e a pós-graduação brasileiras, reduzindo o orçamento público para a educação e a pesquisa, implicando no corte de bolsas de pós-graduação e no iminente risco de interrupção das atividades acadêmicas, elaborando projetos de privatização das universidades como o Future-se, desrespeitando a autonomia universitária ao nomear interventores como reitores, entre outras medidas. Através de entrevistas semiestruturadas, realizei uma análise comparativa entre as experiências de estudantes de programas de pós-graduação com conceito 4, o mínimo para possuir curso de doutorado, com sede na UFPB, e programas de pós-graduação com conceito 6 e 7, considerados programas de excelência e reconhecimento internacional, situados no eixo Sul-Sudeste. Os cursos escolhidos foram Sociologia (PPGS/UFPB e PPGS/UFRGS), Antropologia (PPGA/UFPB e PPGAS/USP) e Educação (PPGE/UFPB e PPGE/UFGM) devido a dois fatores: a maior aproximação do pesquisador com alunos e professores destes programas na UFPB e a relação do objeto e das abordagens teórico-metodológicas da pesquisa com estas áreas. Dessa forma, foram entrevistados(as) 12 estudantes, dois de cada programa, um(a) do mestrado e outro(a) do doutorado, sendo sete mulheres e cinco homens. Apresento os resultados em torno de três eixos: 1) relações com os programas de pós-graduação, e 2) saúde mental, estratégias de autocuidado e resistência diante da atual conjuntura.

Palavras-chave: Pesquisa científica. Pós-graduandos. Universidade. Educação. Desmonte.

ABSTRACT

In the 1990s, changes in the evaluation policies inaugurated a productivist and mercantile logic in Brazilian post-graduation studies. Despite the policies of expansion of higher education of the Petrobras governments, with greater investments in research funding agencies, this dynamic has not undergone major changes, promoting advances, but deepening various inequalities. The Bolsonaro government, in addition to deepening this logic, has mischaracterized the Brazilian university and graduate studies, reducing the public budget for education and research, implying the cut of graduate scholarships and the imminent risk of interruption of academic activities, elaborating projects of privatization of universities such as Future-se, disrespecting the university autonomy by appointing acting rectors, among other measures. Through semi-structured interviews, I carried out a comparative analysis between the experiences of students from graduate programs with concept 4, the minimum to have a doctorate course, based in UFPB, and graduate programs with concept 6 and 7, considered to be programs of excellence and international recognition, located in the South-Southeast axis. The courses chosen were Sociology (PPGS/UFPB and PPGS/UFRGS), Anthropology (PPGA/UFPB and PPGAS/USP) and Education (PPGE/UFPB and PPGE/UFGM) due to two factors: the greater proximity of the researcher with students and professors of these programs at UFPB and the relation of the object and the theoretical-methodological approaches of the research with these areas. In this way, 12 students were interviewed, two from each program, one from the master's program and another from the doctoral program, seven women and five men. I present the results around three axes: 1) relationships with the graduate program, and 2) mental health, self-care strategies and resistance to the current situation.

Keywords: Scientific research. Postgraduates. University. Education. Dismantling.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPG	Associação Nacional de pós-graduandos
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
APCN	Avaliação de propostas de cursos novos
APG	Associação de pós-graduandos
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRUSP	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDTC	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IES	Instituições de Ensino Superior
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PPGs	Programas de Pós-Graduação
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
PROAP	Programa de apoio à pós-graduação
PRPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RU	Restaurante Universitário
TCC	Trabalho de conclusão de curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Definição da amostra da pesquisa.....	19
Quadro 2: Caracterização dos interlocutores da pesquisa.....	20
Imagem 1: Card de divulgação de evento promovido por pós-graduandos da UFPB.....	73
Imagem 2: Registro de uma das assembleias discentes.....	73
Imagem 3: Aula do curso de escrita acadêmica que abordou a síndrome do impostor.....	81
Imagem 4: Publicação do vereador Carlos Bolsonaro sobre dissertação de mestrado.....	85
Imagem 5: Publicação do deputado Eduardo Bolsonaro acerca de pesquisa de mestrado.....	86
Imagem 6: Site da Política de Saúde Mental da UFMG.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 UM PÓS-GRADUANDO QUE PESQUISA PÓS-GRADUANDOS: SOBRE PERCURSOS E AFETAÇÕES NO CAMPO DE ESTUDO.....	16
1.2 Um pesquisador em campo entre telas: o contato com os interlocutores e os instrumentos e técnicas de coleta de dados.....	16
1.2.1 Cibercultura: contextualização, limites e possibilidades de pesquisa.....	16
1.2.2 Desenho da pesquisa e caracterização dos interlocutores.....	18
1.2.3 O contato com os interlocutores: afetos, vulnerabilidades e distanciamentos em questão.....	25
2 A PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL: DO DESENVOLVIMENTO AOS DILEMAS CONTEMPORÂNEOS.....	31
2.1 A reforma do Estado e o novo modelo de avaliação da Capes: iniciando o processo de mercantilização das universidades e da pesquisa científica.....	31
2.2 As políticas de expansão do ensino superior dos governos petistas: entre mudanças e permanências.....	42
2.3 Do Golpe de 2016 a “guerra cultural” do governo Bolsonaro: a precarização e a perseguição ao ensino superior e à pesquisa.....	51
3 ANALISANDO EXPERIÊNCIAS DIANTE DO DESMONTE DA PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL.....	60
3.1 As relações com o programa de pós-graduação.....	60
3.2 “O que é que eu estou pesquisando aqui, enquanto o Brasil está desse jeito?": Saúde mental, estratégias de autocuidado e resistências diante da atual conjuntura.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES.....	102

INTRODUÇÃO

A pesquisa científica no Brasil passou por um longo processo de desenvolvimento antes de se tornar uma das atividades fundamentais das universidades junto com o ensino e a extensão¹. Dos primórdios até o atual modelo, que tem como base a pós-graduação, muitos foram os acontecimentos políticos, econômicos e culturais que contribuíram para a conformação de sua situação presente.

É necessário ressaltar que enquanto as universidades e as pesquisas já estavam em pleno desenvolvimento na Europa, o Brasil nem sequer se constituía como uma república, permanecendo como colônia portuguesa até meados do século XIX. De acordo com Mattos (2005) as primeiras instituições com características de universidade datam do século XII, cujas organizações estavam direcionadas a formação de quadros das igrejas. Um pouco mais adiante surgiram escolas mais autônomas, laicas e com lógica própria de funcionamento, atingindo o seu ápice sob a égide do Iluminismo e do Racionalismo por volta do século XVIII. Na Alemanha emergia o modelo *humboldtiano* de universidade, preconizado pela autonomia da comunidade acadêmica perante o Estado no que diz respeito à produção de conhecimentos, enfatizando pela primeira vez a relação ensino-pesquisa, tornando-se referência para outros países.

Com o advento da revolução industrial e da sociedade capitalista, as universidades se tornaram funcionais a essa nova forma de organização econômica e social, deixando de estarem calcadas em saberes contemplativos e reflexivos para focar em conhecimentos ativos e de ordem prática, buscando atender a demanda de formação de quadros profissionais. Este movimento ocorreu, sobretudo, na França, denominado de modelo napoleônico, e posteriormente na Inglaterra, a partir das universidades de Oxford e Cambridge, responsáveis por difundir o modelo de *colleges*, orientado pela lucratividade e eficiência, para suas colônias até a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, somente no começo do século XX surgem as primeiras instituições voltadas para a pesquisa e só décadas após surgiram as primeiras universidades, no caso a Universidade do Distrito Federal (na época Rio de Janeiro) e a Universidade de São Paulo em 1934 e 1935, respectivamente. Conforme Vianna (2015), a ação de uma elite reacionária e conservadora foi responsável por gerar fortes resistências à universidade, contribuindo para a

¹ Vale lembrar que o ambiente universitário, apesar de ser o responsável pela grande maioria das pesquisas realizadas atualmente no Brasil, é apenas um dos produtores dentro de um grande sistema de investigação científica que inclui também outras instituições estatais e empresas.

defasagem da pesquisa brasileira em relação aos grandes centros globais de pesquisa. Interessada na perpetuação de uma sociedade basicamente agrícola e rural, não incentivava a disseminação da educação e do conhecimento para formar intelectuais e promover a cultura nacional. Dessa maneira, o enfoque era no ensino de tipo utilitário.

Somente a partir dos anos 1960, mais precisamente com a reforma universitária de 1968, ocorrida em plena efervescência da ditadura militar, que se inicia o processo de expansão da pós-graduação e da pesquisa brasileiras. A instituição da criação de departamentos, a substituição do regime de cátedras, a instauração da indissociabilidade do ensino a pesquisa e a exigência da pós-graduação para a manutenção da carreira docente foram algumas das mudanças trazidas pela reforma. Esta iniciativa conseguiu de fato ampliar a quantidade de cursos de pós-graduação, mobilizando grandes investimentos a partir de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A Constituição Federal de 1988 ratificou o entendimento da reforma universitária ao considerar como definição de universidade o caráter inseparável do ensino, da pesquisa e da extensão.

No entanto, este aparente modelo democrático e com responsabilidade social sofre diversas modificações devido à crise estrutural do capitalismo neoliberal, ocasionando cortes de investimentos públicos que afetaram em cheio as universidades, precarizando os seus serviços. As reformas do Estado instauradas a partir dos anos 1990 desenharam um novo modelo de organização baseado na inserção universitária no campo das atividades econômicas. Acontecimentos como o Consenso de Washington e a influência de organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, têm orientado a definição de políticas educacionais. Há o entendimento de que o modelo *humboldtiano* de universidade está esgotado e caro, devendo existir uma divisão entre universidades de ensino e universidades de pesquisa.

Diante disso, as universidades passaram a adotar uma lógica contábil de funcionamento, orientadas por valores como flexibilidade, diversidade e competitividade para otimizar as suas atividades mirando a contenção dos gastos públicos (CHAVES, 2009). Como é de praxe no modo de produção capitalista a transformação de valores de uso em valores de troca, ou seja, da utilidade de uma coisa em si para uma mercadoria, a educação e o conhecimento se convertem em bens fundamentais para a mensuração da competitividade entre nações. Já que a pesquisa brasileira, responsável pela produção de tecnologia e inovação, ocorre em sua grande maioria nas universidades públicas, a organização do trabalho

de professores, funcionários técnico-administrativos e alunos são moldadas conforme os ditames do capital.

Tais mudanças ficaram mais evidentes após novas diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que consolidaram o sistema de pós-graduação, definindo como sua prioridade não mais a formação de docentes para o ensino superior, mas sim a formação de pesquisadores. Entre suas consequências, apesar do crescimento quantitativo da pós-graduação, estiveram a diminuição dos prazos para a conclusão dos cursos de mestrado e doutorado e as maiores pressões por publicações em periódicos científicos por professores e alunos, que se constituíram como alguns dos principais critérios de avaliação dos programas de pós-graduação. Aqueles que estivessem de acordo alcançavam boas notas e obtinham mais recursos. Este modelo de avaliação, que foi intensificado pelas políticas de expansão do ensino superior dos governos petistas, apesar de acabar sendo aceito pela comunidade acadêmica de maneira geral, gerou críticas e resistências principalmente nas ciências humanas e sociais.

Estas exigências promoveram diversas consequências negativas para o trabalho docente, abordadas por boa parte dos estudos como um quarteto de problemas que podem ser resumidos na intensificação, extensificação, flexibilização e precarização destas atividades laborais (SOUZA et al, 2017; FERREIRA, FERENC e WASSEN, 2018; PINTO e SILVA, 2020). Neste contexto, ocorre o aumento significativo do adoecimento físico e mental, pois diante da demanda crescente de trabalho, acaba ocorrendo a fusão entre rotina profissional e pessoal. Os docentes levam cada vez mais atividades para as suas residências, entre planejamento de aulas, elaboração e publicação de artigos, participação em bancas avaliadoras de diversos processos seletivos, TCCs, dissertações e teses, orientações de pesquisas em diferentes níveis (iniciação científica, mestrado, doutorado), etc.

Em seu estudo sobre o trabalho e as suas influências sobre os processos de adoecimento e sofrimento na universidade, Pinto e Silva (2020) refletiu sobre a importância de ter uma visão global do fenômeno, isto é, considerar não apenas os problemas vivenciados pelos docentes, mas também incluir funcionários técnico-administrativos e discentes nas análises. Estes últimos apesar de não terem vínculo empregatício com as universidades, também realizam atividades que são permeadas por critérios e prazos que atendem cada vez mais uma lógica produtivista, como já foi mencionado.

Sobre os estudantes de pós-graduação recaem um maior número de exigências relacionadas às constantes avaliações durante suas pesquisas, participações e apresentações de trabalhos em eventos científicos, publicações em periódicos, produção de relatórios

semestrais, entre outras, sempre associadas a punições, como perda de bolsas e desligamento dos programas, caso tais pré-requisitos não sejam atendidos. Costa e Nebel (2018) em pesquisa realizada junto a pós-graduandos de todo o Brasil descobriram que a grande maioria dos estudantes sofriam com algum distúrbio mental, sendo o maior deles a ansiedade, indicada por 74% dos respondentes, seguida da insônia (31%) e depressão (24%). Problemas relacionados ao sono também foram relatados, como insônia e sensação de culpa ao ir dormir.

Na sequência da discussão, os autores afirmam que esta realidade indica um problema de saúde pública negligenciado por boa parte do mundo e elencam alguns fatores sociais que influenciam na ocorrência de distúrbios mentais em estudantes de pós-graduação, a exemplo de: 1) o tabu comumente associado às doenças mentais, fazendo com que os doentes sofram em silêncio por temerem serem alvos de preconceito; 2) a instabilidade financeira, já que grande parte dos pós-graduandos necessitam das bolsas concedidas pelas agências de fomento para se manterem; 3) a redução dos prazos para a titulação; 4) a incerteza quanto ao futuro profissional, diante de uma conjuntura em que o neoliberalismo aprimora suas medidas de arrocho para a classe trabalhadora, 5) a pressão psicológica antes e depois da defesa; 6) o processo de orientação, pois a relação com o professor orientador pode não ser das mais amigáveis ou ser insuficiente; 7) a preocupação com o currículo lattes; 8) o isolamento e a falta de interlocução com outras pessoas, principalmente na fase em que se encerram as disciplinas e resta apenas a escrita da dissertação ou tese.

Esta situação de precarização e sucateamento da pesquisa científica têm marcado ainda mais profundamente os estudantes que têm ingressado na pós-graduação brasileira nos últimos quatro anos, desde a aprovação da PEC 95 no final de 2016, que limitou os investimentos públicos em saúde e educação pelos próximos vinte anos. O receio de passar num processo seletivo e ter que cursar o mestrado ou doutorado sem bolsa se tornou uma realidade cada vez mais presente, que se intensificou após o desgoverno Bolsonaro.

No próprio processo seletivo para ingresso no mestrado, na etapa da entrevista, fui questionado, assim como os meus colegas, se aceitaria permanecer no programa mesmo sem bolsa. Naquele instante esta espécie de negociação entre banca e candidatos, parecia colocar em xeque todo um projeto de vida de pessoas que se prepararam e estavam dispostas a passar os próximos anos se dedicando à produção científica, uma rotina de estudos, pesquisas, visitas a campo, participação em eventos, publicações em periódicos, entre outras atividades que para serem realizadas em sua integralidade, exigem dedicação exclusiva e compensação financeira.

Após os trâmites burocráticos do processo de matrícula e o começo das aulas, em março de 2019, surge outro dilema para quem conseguiu bolsa: será que elas de fato seriam

depositadas todos os meses? Isto era tema de conversas nos intervalos e ao final de quase todas as aulas, tanto para os colegas de mestrado, quanto para os de doutorado, já que no PPGS/UFPB, não há separação de disciplinas entre os dois cursos.

Com o passar do tempo, as bolsas foram, de fato, implementadas, e os discentes recebiam suas respectivas quantias no início de cada mês. No entanto, os discursos e as práticas de dois dos três ministros da educação que estiveram no cargo² nesse período, Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, além da inoperância do ministro da ciência e tecnologia Marcos Pontes, explicitavam que o investimento público em Educação e Pesquisa não era prioridade. O mais “bufão” deles, Abraham Weintraub, chegou a afirmar que as universidades federais brasileiras eram celeiro de plantação de maconha (BERMUDEZ, 2019) e, no final de abril de 2019, anunciou um contingenciamento de seus recursos, provocando grandes manifestações de rua que tomaram o Brasil em maio e nos meses seguintes. Em julho, anunciou o projeto *Future-se - Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras*, que, embora não tenha emplacado, ainda paira como uma ameaça de privatização destas instituições.

Como representante discente da minha turma, participei ativamente das reuniões de colegiado do curso. Numa delas, realizada no dia 30 de agosto de 2019, algo me marcou de maneira contundente, quando a coordenadora do PPG relatou o que ocorreu numa reunião em Brasília na Capes com os coordenadores de programas de pós-graduação do país em diversas áreas. Em ata que produzi e compartilhei nos grupos do *Whatsapp* da turma 2019 do mestrado e do doutorado (em apêndice), dos representantes discentes e de grupos de pesquisa que participava na época, sintetizei os pontos principais deste relato, dos quais destaco: 1) o tom machista que os representantes da agência se dirigiam a um público que continha várias professoras e pesquisadoras; 2) o descontentamento destes com o crescimento do sistema de pós-graduação dos últimos anos: “É difícil lidar com muitas bolsas, com muita produção”, “Ainda tem a APCN³”, “Ainda estão querendo abrir mais programas?”; 3) as principais propostas de mudanças na política de avaliação para periódicos, livros e programas de pós-

² Três ministros da Educação já estiveram no cargo até o momento no desgoverno Bolsonaro. Na maior parte do tempo o posto foi ocupado por Abraham Weintraub, que entre todas as polêmicas em que esteve envolvido, destaco ainda suas declarações preconceituosas e criminosas contra os povos indígenas, pelas quais responde a inquérito criminal no Ministério Público Federal. O atual ministro, Milton Ribeiro, apesar de ser assumidamente defensor de ideais criacionistas e anti científicos, não possui a mesma virulência em suas declarações como o seu antecessor.

³ Trata-se da Avaliação de Propostas de Cursos Novos. As instituições interessadas na criação de cursos de mestrado e doutorado acadêmicos e profissionais submetem suas propostas para a avaliação da Capes.

graduação; 4) as sugestões de ações para a sobrevivência do PPGS/UFPB diante deste contexto.

Diante do exposto, e considerando o acirramento da precarização das atividades acadêmicas no governo Bolsonaro, cheguei a seguinte questão: Como os discentes de pós-graduação vivenciam as suas experiências no contexto de desmonte da pesquisa científica no Brasil?

Tive como objetivos específicos: 1) Verificar como se configuram as relações dos discentes com o programa de pós-graduação; 2) Compreender os impactos das políticas do governo Bolsonaro para a construção de subjetivações dos pós-graduandos; 3) Identificar possíveis estratégias de auto-cuidado e de resistência dos discentes.

A pesquisa tem natureza qualitativa. As entrevistas tiveram um formato semiestruturado e foram realizadas por videoconferência, entre os meses de novembro e dezembro de 2020. No tocante a definição da amostra, optou-se por uma análise comparativa entre as experiências de estudantes de programas de pós-graduação com conceito 4, o mínimo para possuir curso de doutorado, com sede na UFPB, e programas de pós-graduação com conceito 6 e 7, considerados programas de excelência e reconhecimento internacional.

Os cursos escolhidos foram Sociologia (PPGS/UFPB e PPGS/UFRGS), Antropologia (PPGA/UFPB e PPGAS/USP) e Educação (PPGE/UFPB e PPGE/UFGM). Foram entrevistadas(os) 12 estudantes, dois de cada programa, um(a) do mestrado e outro(a) do doutorado, sendo sete mulheres e cinco homens.

Em relação à estrutura do texto, a dissertação está dividida em três capítulos: 1) percurso metodológico, que evidencia as particularidades de uma pesquisa realizada durante a pandemia com a utilização das ambiências digitais; 2) um panorama sobre o desenvolvimento da pesquisa científica e da pós-graduação brasileira, focalizando as últimas três décadas, em que além de haver um enorme crescimento quantitativo dos programas, também aumentaram as exigências das políticas de avaliação; e 3) análise dos dados obtidos a partir das entrevistas, divididos nos eixos “Saúde mental, estratégias de autocuidado e resistência dos pós-graduandos” e “Relação com o programa de pós-graduação”.

CAPÍTULO 1

UM PÓS-GRADUANDO QUE PESQUISA PÓS-GRADUANDOS: SOBRE PERCURSOS E AFETAÇÕES NO CAMPO DE ESTUDO

1.2 Um pesquisador em campo entre telas: o contato com os interlocutores e os instrumentos e técnicas de coleta de dados

1.2.1 Cibercultura: contextualização, limites e possibilidades de pesquisa

Não foram poucos os inventos que trouxeram mudanças sociais significativas. No âmbito das mídias, podemos citar o jornal, a fotografia, o telefone e a televisão como alguns aparatos que transformam constantemente os hábitos e a cultura. Porém, atualmente não há dúvidas de que o computador e a internet são umas das criações tecnológicas que mais impactam a vida humana, sendo objetos de inumeráveis estudos pelo mundo.

Trazendo diversos conceitos sobre cultura e as mutações que esta sofreu ao longo do tempo através de variados fenômenos, Santaella (2003, p. 46) afirma que “quaisquer meios de comunicação ou mídias são inseparáveis das formas de socialização e cultura que são capazes de criar, de modo que o advento de cada novo meio de comunicação traz consigo um ciclo cultural que lhe é próprio”. Se as mídias massivas já haviam provocado profundas alterações do final do século XIX para o século XX, a partir da década de 1980 novas tecnologias como as fotocopiadoras, videocassetes, CDs, TV a cabo, controle remoto, entre outras, foram responsáveis pela inauguração de experiências de consumo cultural mais autônomas, personalizadas e pontuais. Esta conjuntura foi denominada de “cultura das mídias” por estabelecer trânsitos e hibridismos entre diversas mídias, preparando também o terreno para o emergir da cultura digital.

Com a gênese do computador, diferentes tipos de mídia, como texto, imagem, áudio e vídeo, puderam ser decodificadas numa única linguagem informacional e distribuídas para uma infinidade de lugares através da internet. À medida que seu uso foi se popularizando, teve início o fenômeno da cibercultura, que pode ser definido como:

[...] o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. Esse conjunto de

tecnologias e processos sociais ditam hoje o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas nesse início do século XXI (LE MOS e LÉVY, 2010, p. 21-22).

Lemos e Lévy (2010) ainda estabelecem três princípios para a cibercultura que se interligam: a liberação da palavra; a conexão e a conversação mundial; e a reconfiguração social, cultural e política, constatando que a esfera da conversação mundial foi ampliada com o surgimento dos *softwares* sociais, possibilitando uma maior autonomia de expressão, consumo e distribuição da informação pelos seus usuários.

Shirky (2011) compreende que o usuário da internet busca se aventurar por este território tão propício a liberdade de expressão, aproveitando o seu tempo livre para engajar-se voluntariamente, por motivações diversas, a diferentes iniciativas na rede. Também nos provoca a repensar a relação mídia x espectadores para além do âmbito do consumo passivo, considerando a produção e o compartilhamento como novas variáveis neste processo.

Neste sentido, a utilização das ferramentas da web têm sido verificada no ambiente acadêmico, não apenas para relacionamento entre discentes, docentes e funcionários das instituições de ensino, mas também na própria realização do trabalho científico em diversas áreas do conhecimento. Servidores de e-mails, videoconferências e sites de redes sociais não servem mais apenas para armazenamento ou comunicação, contribuindo para a produção de conhecimento.

Ao refletir sobre o percurso metodológico de sua pesquisa acerca da vivência da sexualidade por pessoas com paralisia cerebral, realizada inteiramente em ambiente digital, Cunha (2020) atenta para as constantes tensões a este respeito nas Ciências Sociais, mais especificamente na Antropologia e na Sociologia, que ainda oscilam entre a desconfiança e a revelação acerca das possibilidades de pesquisa no ciberespaço. Desconfiança por terem que cancelar etnografias e observações *online*, com comunicação por avatares ao invés do contato presencial. E revelação em duas direções: 1) a partir das novas configurações sociais, que são palco da convergência entre os mundos *online* e *offline*, em que algumas sociabilidades só são possíveis através da internet e das redes sociais, como na pandemia com as medidas de isolamento social, por exemplo; 2) no sentido dos desafios teórico-metodológicos que emergem devido a dupla condição de nativo e pesquisador, pois ao mesmo tempo que examina o campo, o pesquisador é observado nele.

Entretanto, tais desafios e revelações são vistos de maneira positiva, pois à medida que avançava a familiarização dos pesquisadores com o ciberespaço, havia uma contribuição para a legitimação das ambiências digitais enquanto cerne da atividade humana passível de

reflexão e investigação antropológica (RIFIOTIS, 2016 apud CUNHA, 2020). A etnografia tradicional tem sido ressignificada e reconfigurada, se adequando às demandas desta nova realidade, colaborando para a atualização e o desenvolvimento das Ciências Sociais.

Vale salientar ainda a discussão empreendida pela autora sobre as funcionalidades deste tipo de pesquisa, que minimizam os percalços relacionados a questões de tempo e espaço. De posse dos contatos dos interlocutores, o pesquisador pode se manter em constante contato com o campo, retomando a pesquisa quando desejar, para checar informações que não ficaram claras em conversações anteriores ou realizar novos questionamentos. A agilidade entre o primeiro diálogo com os interlocutores e a realização da pesquisa também é mencionada, sendo possível através de horários agendados realizar diversas entrevistas num curto período de tempo sem sair de casa.

O agendamento dá a possibilidade de selecionar previamente os ambientes em que estarão durante a entrevista, permitindo melhor organização, liberdade e privacidade na relação entre pesquisador e pesquisado, possibilitando pausas durante as conversas, caso haja necessidade. Todavia, nesta pesquisa, realizada durante a excepcionalidade de uma pandemia, ressalto que estas funcionalidades serão relativizadas adiante, dada a particularidade das relações cotidianas de pessoas que cumpriram as medidas de isolamento social.

1.2.2 Desenho da pesquisa e caracterização dos interlocutores

A pesquisa tem natureza qualitativa, procurando apreender, mediante as falas e expressões dos estudantes de pós-graduação, características referentes às suas subjetividades, como suas percepções e sentimentos em relação às experiências com os seus cursos de mestrado e doutorado. Tais vivências estão associadas a distintos agentes, a exemplo das coordenações dos programas, estrutura e burocracia das universidades, orientadores, colegas de curso, família, amigos e pessoas em geral.

Realizei entrevistas durante os meses de novembro e dezembro de 2020. Tiveram formato semi estruturado, isto é, seguiram um roteiro de questões que permitia a elaboração de novas indagações conforme o andamento do diálogo. A plataforma utilizada foi o *Google Meet* com duração em média de 1 hora e 20 minutos para cada entrevista. Optei por gravar após pedir permissão a cada interlocutor para realizar as transcrições dos diálogos e ter a possibilidade de rever suas expressões corporais, o ambiente em que estavam dialogando, entre outros aspectos da videochamada que pudessem contribuir para a pesquisa.

No caso de dúvidas sobre determinadas declarações ou informações incompletas ou erradas, enviei novas mensagens via e-mail ou *Whatsapp* do interlocutor, variando de acordo com o contato disponibilizado por este. A pesquisa documental nas páginas dos PPGs também foi um recurso adotado nestas situações, visto que a maioria deles possui informações detalhadas sobre os cursos que muitas vezes escapavam da memória dos pós-graduandos, evitando novas abordagens que pudessem gerar incômodo.

Todo este material passou por um processo de análise textual para aferição das temáticas mais recorrentes nos depoimentos dos discentes, gerando as categorias que nortearam a discussão em cada um dos eixos de análise.

No tocante a definição da amostra, optei por uma análise comparativa entre as experiências de estudantes de programas de pós-graduação com conceito 4, o mínimo para possuir curso de doutorado, com sede na UFPB⁴, e programas de pós-graduação com conceito 6 e 7, considerados programas de excelência e reconhecimento internacional pela Capes, como demonstro a seguir:

Quadro 1 - Definição da amostra da pesquisa

Área do conhecimento	Programa de Pós-Graduação/Universidade	Conceito Capes
Sociologia	Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal da Paraíba.	4
	Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	7
Antropologia	Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal da Paraíba.	4
	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade de São Paulo.	6

⁴ É importante esclarecer que não existem programas na área das Ciências Humanas na UFPB com conceito maior que 5, a grande maioria possui conceitos 3 e 4 na avaliação da Capes. Por isso seria inviável realizar uma análise comparativa entre programas com conceitos máximos e mínimos nesta mesma universidade.

Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal da Paraíba.	4
	Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Minas Gerais	7

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os seis cursos de pós-graduações, sendo três da Paraíba, foram escolhidos devido a dois fatores: 1) a maior aproximação do pesquisador com alunos e professores destes programas na UFPB; 2) a relação do objeto e das abordagens teórico-metodológicas da pesquisa com estas áreas; 3) a maior facilidade no contato com os pós-graduandos dos programas localizados em outros Estados, cujo maior exemplo foi o PPGAS/USP, que mesmo não sendo conceito 7, foi escolhido após várias dificuldades na obtenção dos contatos e posteriormente por algumas recusas de discentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ), curso que seria a primeira opção para representar a área de Antropologia.

Em relação a caracterização dos entrevistados(as), foram 12 estudantes, dois de cada programa, um(a) do mestrado e outro(a) do doutorado, sendo sete mulheres e cinco homens. Para preservar o anonimato, seguindo preceitos éticos de preservação da privacidade dos interlocutores, adotei nomes fictícios inspirados em figuras com trajetórias relevantes na história da educação e da ciência brasileira. A questão do anonimato, inclusive, foi questionada por alguns dos interlocutores, sobretudo aqueles que empreenderam críticas severas à gestão e ao corpo docente dos programas. Um deles pontuou de forma contundente aquilo que deveria fazer com as gravações das videochamadas após a análise dos dados: “Apaga, some com isso aí!”. A seguir, a sistematização das informações sobre os interlocutores:

Quadro 2 - Caracterização dos interlocutores da pesquisa

Nome fictício	Idade	Sexo	Raça	Estado Civil	Naturalidade	Moradia	Cidade atual	Programa de pós-graduação	Bolsa/Agência financiadora
Florestan	30	Masculin	Negra	Solteiro	Recife -	Casa	Paulist	PPGS/UFPB	Sim. Capes.

(Florestan Fernandes)		o			PE	própria. Reside com os pais	a - PE		
Milton (Milton Santos)	34	Masculin o	Negra	Casado	João Pessoa - PB	Reside com a esposa e os dois filhos num pequeno apartament o.	Recife - PE	PPGS/UFPB	Sim. Capes.
Bertha (Bertha Lutz)	27	Feminino	Branca	Casada	São José dos Campos - SP	Apartamen to alugado. Reside com o marido.	Porto Alegre - RS	PPGS/UFRGS	Sim. CNPQ.
Maria Isaura (Maria Isaura Pereira de Queiroz)	28	Feminino	Branca	União estável	Engenh o Velho - RS	Apartamen to alugado. Reside com o marido.	Porto Alegre - RS	PPGS/UFRGS	Sim. CNPQ.
Alba (Alba Zaluar)	27	Feminino	Negra	Solteira	Foz do Iguaçu - PR	Reside temporaria mente com o namorado.	Olinda - PE	PPGA/UFPB	Sim. Capes.
Heleieth (Heleieth Saffioti)	35	Feminino	Branca	Divorcía da	Recife - PE	Em Cabedelo - PB, mora com uma amiga, em Recife com os pais.	Transit a entre Recife e Cabede lo - PB	PPGA/UFPB	Sim. Capes.
Marilena (Marilena Chauí)	37	Feminino	Branca	União estável	São Paulo - SP	Casa alugada. Reside com o companhei ro e as	São Paulo - SP	PPGAS/USP	Sim. Capes.

						duas filhas.			
Darcy (Darcy Ribeiro)	27	Masculino	Branca	Solteiro	Catanduva - SP	Em casa própria com os pais e o irmão.	Catanduva - SP	PPGAS/USP	Sim. Capes e Fapesp.
Anísio (Anísio Teixeira)	25	Masculino	Negra	União estável	Cabedelo - PB	Apartamento alugado. Reside com a companheira e o filho.	João Pessoa - PB	PPGE/UFPB	Sim. Capes.
Sueli (Sueli Carneiro)	26	Feminino	Negra	Solteira	Fortaleza - CE	Casa própria. Reside com os pais e a irmã.	Fortaleza - CE	PPGE/UFPB	Sim. Fapesq.
Paulo (Paulo Freire)	27	Masculino	Branca	Solteiro	Belo Horizonte - MG	Casa própria. Reside com os pais.	Belo Horizonte - MG	PPGE/UFMG	Sim. CNPQ.
Nise (Nise da Silveira)	50	Feminino	Branca	Casada	Itaúna - MG	Reside com o marido e os três filhos.	Belo Horizonte - MG	PPGE/UFMG	Não.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação a variável **idade**, a quase totalidade dos interlocutores são jovens, com faixa etária entre 25 e 37 anos. A exceção é a pós-graduanda Nise, que possui 50 anos. As pessoas mais velhas cursam o doutorado. Não verifiquei ninguém com mais de 30 anos no mestrado.

A ausência de pesquisas científicas e até de matérias jornalísticas sobre idade, como também de outras variáveis do quadro, faz da realização de um censo da pós-graduação no Brasil uma demanda urgente, já que atualmente o censo do ensino superior, promovido pelo MEC, abarca apenas dados referentes à graduação. Nem mesmo a Plataforma Sucupira, sistema de coleta de informações que visa padronizar o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), possui informações suficientes para dar conta de uma caracterização do corpo discente de cada programa.

No tocante ao **sexo**, fica evidente a maioria de mulheres, o que vai de encontro a resultados de pesquisas que mostram que as mulheres já são mais da metade das alunas de pós-graduação no Brasil, por volta de 54,5%. Entretanto, as desigualdades estruturais de gênero, acachapantes num dos países com maior número de feminicídios no mundo, fizeram com que mesmo diante de tamanha representação entre os discentes, apenas 42,9% do corpo docente da pós-graduação fosse composto por mulheres em 2019, disparidades que ficam ainda mais evidentes nas ciências duras, em que haviam somente 32,9% e 35,1% delas entre as docentes nas Exatas e nas Engenharias, respectivamente (RIGHETTI e GAMBA, 2021). Dados que demonstram, de alguma maneira, que as diferenças de gêneros a qual foram submetidas historicamente, ainda hoje influenciam na formação do vínculo com o conhecimento nessas áreas. De acordo com a Capes (2020), elas representam 53% do total de bolsistas da agência.

A variável **raça** não estava no roteiro de entrevistas e, assumindo este erro, abordei o tema com os interlocutores posteriormente. Por se tratar de algo bem pontual, uma simples mensagem foi suficiente para obter as respostas. A maior parcela dos entrevistados afirmou se considerar branca, dados que guardam semelhança com pesquisas que apontam que 70% dos estudantes de pós-graduação brasileiros são brancos (PEREIRA e ROCHA NETO, 2019), situação provocada pelo racismo estrutural, um dos elementos fundantes da sociedade brasileira, que corrobora para o aprofundamento das desigualdades através da educação. Ao impedir que pessoas negras cheguem a elevados níveis de formação, as instituições racistas retiram suas possibilidades de ascensão social, as mantendo na base da pirâmide social com poucos salários e condições de vida sem dignidade.

No entanto, uma parte considerável dos entrevistados se autodeclarou negra, o que me leva a indagar se as iniciativas de inclusão desta população no ambiente acadêmico, ainda que insuficientes, não estariam surtindo algum efeito. Como exemplo, menciono a Portaria Normativa nº 13 (BRASIL, 2016), que norteadas pelas leis que regulamentam as ações afirmativas no Brasil, estabeleceu prazo para que as instituições federais de ensino superior

elaborassem propostas de inclusão de pessoas negras, indígenas e portadoras de deficiência nos seus programas de pós-graduação *stricto sensu* (PEREIRA e ROCHA NETO, 2019).

Quando o ponto em questão é o **estado civil**, traz à tona um equilíbrio entre a quantidade de pós-graduandos solteiros e os casados e com união estável. Entre os solteiros, há predomínio dos mais jovens, já os casados ou com união estável apresentam maior heterogeneidade de faixas etárias. Apenas uma interlocutora declara ser divorciada.

Saliento que não provoqueei os interlocutores a fazerem esta distinção entre o casamento e a união estável, apesar de saber que do ponto de vista sócio jurídico, só o primeiro está formalmente reconhecido e regulamentado pelo Estado, foi algo que surgiu deles espontaneamente. Além disso, parto do pressuposto das conjugalidades contemporâneas, em que múltiplas possibilidades de uniões são possíveis, desde que baseadas na consensualidade entre as partes, pois vejo que “Os processos de individualização operantes nas sociedades atuais traduzem [...] uma grande complexidade no âmbito do casal e das relações afetivas, desvelando lógicas pouco monolíticas que vão atravessando diferentes grupos sociais e mudando a geografia das oposições lineares entre tradicional e moderno” (ABOIM, 2009, p. 121).

Em relação a **naturalidade/cidade atual**, a grande maioria dos discentes não é natural da cidade onde o PPG está localizado, tendo que transitar para outras cidades e Estados para realizar o curso. Esse processo ocorre seja morando por um tempo nestes locais, geralmente no período de cursar disciplinas, ou viajando regularmente para assistir aulas ou participar de outras atividades, no caso daqueles que moram em cidades/Estados vizinhos. Tal situação se tornou bastante comum com o aumento dos investimentos na pesquisa científica no período dos governos petistas, que proporcionando maior número de bolsas via agências de fomento, promovia o intercâmbio de estudantes entre os Estados.

No quesito **moradia**, existe um equilíbrio entre os que possuem residência própria, dos quais todos afirmam ser casas, e aqueles que moram em imóveis alugados, que em sua maioria, afirmaram ser apartamentos. Alguns não especificaram se moram de aluguel ou se possuem residência própria. Há também pós-graduandos que confienciaram estar em moradias temporárias ou transitando entre residências de amigos em duas cidades. Sem surpresas, aqueles que são solteiros residem com os pais e irmãos, enquanto os que se declararam casados ou em união estável moram com os companheiros e, caso possuam, também com os filhos. Gostaria de chamar atenção para o fato de nenhum dos estudantes ter declarado morar sozinho, o que parece sugerir mais uma inviabilidade ocasionada pelos baixos valores das bolsas do que a adoção de um estilo de vida mais afeito à coletividade.

Por fim, sobre a variável **bolsa/agência financiadora**, a maior parte dos entrevistados é bolsista, recebendo os recursos de diferentes agências de fomento federais ou estaduais, sendo a Capes e o CNPQ, como esperado, os responsáveis pela maior parte do financiamento. Uma menor parcela já recebeu a totalidade das bolsas, pois se enquadram em duas situações distintas: 1) Prorrogação de prazo para conclusão, 2) Previsão de recebimento apenas em parte do curso. A exceção é a interlocutora Nise que não recebe bolsa por já trabalhar como docente numa universidade privada.

1.2.3 O contato com os interlocutores: afetos, vulnerabilidades e distanciamentos em questão

Assim que ficou definido o desenho da pesquisa, já comecei a pensar como seriam as abordagens com os interlocutores, principalmente os pós-graduandos do PPGS/UFRGS, já que não tinha nenhum contato nesta instituição que pudesse indicá-los. Para os discentes da UFPB minha preocupação maior estava nos critérios para selecioná-los, visto que conhecia dezenas de pessoas que provavelmente teriam interesse em colaborar.

Sendo assim, para chegar aos interlocutores dos PPGs de Sociologia e Antropologia da UFPB, busquei sugestões com colegas destes programas, pessoas cuja relação de confiança foi construída após partilhar momentos nas disciplinas, em grupos de pesquisa, na organização de eventos acadêmicos e na representação e reuniões discentes. Diversos nomes foram levantados e fui descartando aqueles com quem tinha muita proximidade, pois mesmo compartilhando das percepções de autores como Weber (2006) e Velho (1987) acerca da clássica discussão sobre o problema da objetividade na produção do conhecimento nas ciências sociais, de que há um envolvimento inevitável do pesquisador em relação ao objeto de estudo e que, portanto, é inviável ser imparcial, acreditei ser mais interessante ter acesso a experiências de pessoas que não conhecia ou não tinha muita intimidade.

Em relação aos pós-graduandos em Educação da UFPB, a seleção foi diferente, pois não conhecia ninguém no programa até ingressar no grupo do *Whatsapp* do meu orientador. Foi através dele que cheguei aos interlocutores, após indicar alguns colegas do grupo. Como já estava durante a pandemia nesta época, não cheguei a conhecer os colegas pessoalmente, nem mesmo desenvolver maiores afinidades pelo próprio *Whatsapp* ou outro site de rede social. Dessa forma, o critério que propus, de não conhecer ou não ter relativa intimidade com os interlocutores, foi atendido.

O contato com os discentes da UFPB, do PPGAS/USP e do PPGE/UFGM foi realizado pelo *Whatsapp*, pois as pessoas que me indicaram automaticamente passavam o contato telefônico. Já com os pós-graduandos do PPGS/UFRGS, obtive o contato através de pesquisa na aba discentes do site do programa. Como não havia contato telefônico nem *e-mail*, busquei informações no currículo lattes, dando preferência aos que eram/foram bolsistas, pois compreendi que esta condição propiciava maior dedicação às suas experiências na pós-graduação. Após a obtenção dos *e-mails*, enviei mensagens para várias pessoas e a primeira a responder, além de topar responder a pesquisa, enviou o e-mail de uma colega, que posteriormente também aceitou o convite.

Busquei uma comunicação que fosse, direta, cordial, mas sem ser excessivamente formal, como pode ser vista a seguir. O conteúdo da mensagem foi basicamente o mesmo, tanto para *Whatsapp*, quanto para *e-mail*:

Boa tarde, xxxx.

Me chamo Felipe Anacleto, sou mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

Estou realizando uma pesquisa sobre experiências sociais de estudantes de pós-graduação no contexto de mercantilização das universidades e desvalorização da pesquisa científica no Brasil. Trata-se de uma análise comparativa entre as experiências de estudantes das áreas de humanas, mais especificamente Sociologia, Antropologia e Educação, da UFPB com as experiências de estudantes de universidades que contam com programas de excelência (conceito 6 ou 7) nestas áreas. Gostaria de saber se teria o interesse de participar da pesquisa ou se poderia indicar colegas do seu curso de pós para participar. É uma entrevista semiestruturada, faríamos por videoconferência.

Att,
Felipe.

Na sequência foram ocorrendo as negociações com os interlocutores acerca dos dias e horários em que ocorreriam as entrevistas. Foram nesses momentos que comecei a despertar para a experiência do campo, pois entendi que mesmo não realizando longos itinerários para estabelecer contatos face a face com estas pessoas, estava em campo dentro de casa. Me senti a mercê dos pós-graduandos, pois devido aos prazos exíguos para conclusão do curso e ao desejo de passar uma imagem de cordialidade e flexibilidade nos primeiros diálogos, acabei aceitando marcar as entrevistas nos horários de preferência deles, mesmo que fossem inadequados para mim.

Estes sentimentos são comuns na experiência etnográfica, que demanda por parte do pesquisador um arcabouço flexível e adaptável às diversas circunstâncias do campo em que se manifestam as interações humanas. Os interlocutores possuem hábitos e ideologias diferentes. Pensar a realidade deles exige que outras referências sejam adotadas como ponto de partida (FARIA, 2020).

A realização de entrevistas por vídeo chamada era uma novidade tão grande que acabei esquecendo de fazer algo que ocorreria de modo espontâneo, caso estivesse fazendo uma pesquisa em campo presencial: escrever um diário de campo a cada dia que ocorresse os diálogos com os entrevistados. Também esqueci de elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que os interlocutores necessitam assinar como um rito de aceitação da participação na pesquisa e da permissão para uso dos dados repassados. Comentei sobre isso no começo da primeira entrevista, com a pós-graduanda Heleieth, que com anos de experiência como antropóloga, afirmou que quando explico a proposta e os objetivos da pesquisa, e pergunto se posso gravar, tal procedimento funcionaria como um TCLE. Desta forma, realizei esse protocolo durante todos os encontros com os entrevistados.

Eram dias permeados por muita ansiedade, pois diferente de um contato presencial, em que minhas preocupações provavelmente seriam cumprir com a pontualidade e garantir um ambiente reservado e silencioso para a gravação da entrevista, a conversação *online* detém mais exigências, como uma boa conexão de internet para assegurar o diálogo, com qualidade de áudio e vídeo, por mais de uma hora. Além de paciência e traquejo para lidar com dias de instabilidade na conexão, a exemplo do que aconteceu durante a conversa com a pós-graduanda Maria Isaura, que foi interrompida ainda no começo. Como ainda não havia passado por este problema, fiquei em pânico rapidamente, mas ao invés de fechar a página e abrir uma nova vídeo chamada, o que poderia demandar mais tempo até que a interlocutora abrisse o e-mail com o link, resolvi esperar e minutos após isso a chamada foi restabelecida.

Outra característica do trabalho com esta ferramenta de pesquisa foi o cansaço. Não imaginava que pudesse ser ainda mais exaustivo que assistir aulas remotas. Observar atentamente as expressões faciais, as falas e os ambientes pode levar ao esgotamento mental após horas de diálogo, mas são protocolos essenciais para ditar o ritmo das entrevistas, pois em tempos extremos como os de uma pandemia, nos quais a incerteza é predominante, é necessário um maior esforço para a construção de bons relacionamentos com os interlocutores (FARIA, 2020).

Tendo essa questão como uma estratégia para a condução da pesquisa, me permiti evitar uma conduta distante e totalmente imparcial durante as conversações, mas isto não

ocorreu concomitantemente ao começo das entrevistas, foi um processo construído durante o percurso. Entendi que a objetividade irrestrita não deveria ser um tipo de panóptico, nos termos de Foucault (2014), que me vigiasse e coagisse a ser fiel ao tutorial de uma cartilha “cientificamente adequada” no desenrolar dos diálogos. Afinal, estava conversando com pós-graduandos assim como eu, era o meu lugar de fala. Sendo assim, compartilhei experiências em alguns momentos, mas com a devida cautela para não fugir dos tópicos pertinentes à pesquisa, nem ultrapassar o tempo máximo estipulado para cada entrevista.

Na sua empreitada em construir uma Sociologia da Sociologia, que reflete atentamente sobre suas teorias, métodos e percursos na pesquisa, Bourdieu (2004, p. 26) sentencia:

Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto de tradições intelectuais da disciplina - e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: “É proibido proibir” ou “Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos”. Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego (grifos do autor).

Por mais que se tenha desenhado um percurso e adotado certas preferências teóricas, a construção de uma pesquisa não acontece unicamente de acordo com “canetadas” e “batidas de martelo” do pesquisador. Retoques e mudanças de rota fazem parte do ofício do sociólogo. Mesmo que haja uma predisposição a compreender instrumentos teóricos e metodológicos em si mesmos, é preciso colocá-los em prática, tecendo analogias com o objeto, considerando o conjunto de relações complexas da realidade que o cerca. “[...] É preciso pensar *relacionalmente*. Com efeito, poder-se-ia dizer, deformando a expressão de Hegel: *o real é relacional*” (grifos do autor) (BOURDIEU, 2004, p. 28).

Para ilustrar o compartilhamento de experiências que citei, elenquei alguns trechos de diálogos com pós-graduandos que guardam mais aspectos em comum comigo do que simplesmente estarmos cursando pós-graduação no Brasil numa terrível conjuntura histórica: somos homens gays que estudam ou em algum momento estudaram objetos dentro do campo do gênero e da sexualidade. Como já mencionei na primeira parte deste capítulo, foi com um projeto sobre trabalho e gênero que ingressei no mestrado.

Estou lembrando da minha experiência, porque como eu pesquisava... na verdade eu digo que eu pesquisava, mas ainda é uma coisa muito viva em

mim porque eu quero levar o que era do mestrado para o doutorado, sabe? Por isso que eu ainda não abandonei, é só fazer algumas reformulações, porque o projeto do doutorado é um pouco diferente. Aí o pessoal sempre perguntava, que não entendia nada... como eu faço graduação pra não enlouquecer em muitos dos trabalhos que é tudo... não é a mesma área, mas é de serviço social aí tem muita coisa que dialoga. Aí eu levava... os professores deixavam eu levar os trabalhos da pós como avaliação das disciplinas, aí muita gente ficava me perguntando, mas que negócio é esse... o que é trans, o que é travesti... num sei o que... aí lá vai eu explicar o que era orientação sexual, o que era identidade de gênero e era sempre um exercício... não é fácil explicar né, a gente que está na área de gênero sabe que é muito complexo, mas era um exercício bacana porque faz parte do cotidiano profissional da gente. Ainda mais eu assim que, se eu for trabalhar como assistente social em algum projeto, em alguma política pública envolvendo gênero eu vou ter que fazer isso profissionalmente né? Então sempre é um exercício legal, levar essas informações pras pessoas (Declaração minha em diálogo com Darcy).

[...] mas até julho (de 2020) eu estava com um projeto que envolvia questões de gênero também né, que era analisar os impactos do programa transcidadania que é uma política pública voltada pra empregabilidade de pessoas trans, isso em João Pessoa que não se sabe nem se vai continuar existindo, porque agora a gente vai ter uma prefeitura que foi eleita uma chapa de direita, pelo menos não foi a chapa mais bolsonarista, mas mesmo assim não garante a continuidade do programa. Nem se ele vai continuar existindo, mas talvez seja descaracterizado, né? É um ambiente assim de muita incerteza. Aí eu, junto do meu orientador tinha discutido às vezes sobre isso, teve até uma postagem que o Carlos Bolsonaro fez no começo de 2019, que ele pegou a capa de uma dissertação que ele achou na internet e era mais ou menos uma pesquisa parecida com a tua, mas eu acho que era da área de Geografia que o cara estudava a questão das sociabilidades entre pessoas, acho que era entre pessoas... não sei se eram LGBT ou eram só gays o termo que ele utilizava, relacionada a questão de aplicativos que usavam geolocalização, aí ele postou dizendo que o governo do pai dele estava buscando acabar com isso, né? Aí quando tu falou eu fiz um link com a tua situação (Declaração minha em diálogo com Florestan).

[...] eu trabalhava com gênero, cursei uma disciplina de gênero e sexualidade que eu dizia a minha professora: “professora, você sabe que a qualquer momento... tem gente do MBL aqui rondando a universidade e a qualquer momento alguém pode vir aqui, prender a gente porque a gente está discutindo gênero e sexualidade!” enfim... aí a gente ficava ao mesmo tempo um medo e tirando onda da situação, porque se não... se não tivesse nem esse senso de humor seria muito difícil (Declaração minha em diálogo com Paulo).

Como isso é pesado, eu tinha muito medo da época da eleição dele, de alguma coisa acontecer comigo porque eu sou gay. Eu lembro que eu estava em uma região aqui de Belo Horizonte, que se chama Savassi, é uma região boêmia muito famosa aqui da cidade, geralmente muito inclusiva de pessoas LGBT de forma geral, eu estava com meu ex namorado atravessando a rua lá de noite e (na época de eleição de 2018) um cara parou e começou a ficar no sinal, fingindo que ia atropelar a gente e começou a ameaçar, começou a vir em nossa direção e falou que se o mito for eleito, tudo vai acabar... aí meu ex xingou ele de alguma coisa e ele falou “vira aqui agora, vira aqui agora” e a

gente só saiu correndo com medo dele ter uma arma, uma faca ou qualquer coisa assim... como... sei lá, como a gente chegou nesse ponto e em certa medida é isso que me motiva a estudar, a entender e a percorrer esses caminhos por dentro dessa política educacional pra essas redes internacionais conservadoras, é isso que me dá vontade de entender! (Paulo em resposta a declaração acima).

Faria (2020) aponta que há um elemento confessional relacionado a interações em vídeo que vai além do espaço físico da esfera privada, refletindo a dimensão narrativa da intimidade. Dentro do seu elemento, sem a presença de um pesquisador questionando as suas declarações, observando suas linguagens corporais e o ambiente onde vivem, as pessoas se sentem mais abertas a compartilhar informações de caráter mais sensível e confidencial.

Só que esta privacidade precisa ser relativizada, pois para muitas pessoas, o isolamento social ocasionou uma transferência das atividades do âmbito público para a esfera privada, como as jornadas laborais em regime *home office* e o ensino remoto, que são ainda mais difíceis de lidar quando residem com cônjuge, filhos e outros familiares. Nesse mundo interior, se manifestam uma diversidade de microrrelações que geram situações, que mesmo havendo a possibilidade de arrumar o ambiente com bastante antecedência para participar de uma videoconferência, podem ser inevitáveis, como uma criança que chora, um animal que faz barulho, um vizinho que aparece gritando na porta, etc. São intempéries que, mesmo que por outras lentes, ou melhor, telas, possibilitam conhecer os pesquisados de outra forma.

Ouvir o outro, partilhar experiências comuns e demonstrar empatia são atitudes que ganham ainda mais significado em meio a uma crise de proporção mundial. Posso afirmar que passei por uma situação reconfortante ouvindo os relatos dos pós-graduandos, pois pensava: “Meu Deus, estamos no mesmo barco, isolados, cheios de compromissos com nossas pesquisas, prazos, etc. Podemos nos unir nem que seja por concordância de ideias só nesse momento da entrevista, mas já consigo sentir uma força, uma percepção de coletivo”. Resumindo, meses após mal colocar o rosto no portão de casa, me senti um pouco humano novamente.

Quando estes diálogos têm continuidade as relações podem mudar de configuração. Foi o que aconteceu com dois interlocutores, Nise e Paulo. Com Paulo mantenho contato até hoje. Mal havíamos encerrado as entrevistas e já estávamos “trocando figurinhas” sobre diversos assuntos, a maioria ainda acadêmicos. Eram notícias de intercâmbios, chamada de publicações em revistas, abertura de inscrições para eventos acadêmicos, editais de concursos públicos, entre outros. Nestes momentos de trocas, apesar de realizadas no campo de estudo, pois o *Whatsapp* foi uma ferramenta pensada para o contato inicial, mas também para tirar

possíveis dúvidas com os discentes, me senti afetado pelo objeto de estudo, pois tais interações não foram planejadas para integrar a pesquisa. Simplesmente aconteceram, logo, vi meu projeto de conhecimento se desfazer, tomando como referência os dizeres de Favret-Saada (2005).

Estas múltiplas relações no decorrer da pesquisa revelam o quanto pode ser enriquecedor e singular o processo de construção do conhecimento. Aprendi que um objeto próximo, do qual também faço parte, como pesquisador em formação, pode apresentar caminhos e nuances bem diferentes do que pensei, pois como afirma Velho (1987), não é preciso observar o familiar como exótico, apenas reconhecê-lo como uma realidade potencialmente mais complexa do que aquela à qual fomos condicionados a enxergar.

CAPÍTULO 2

A PÓS-GRADUAÇÃO E A PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL: DO DESENVOLVIMENTO AOS DILEMAS CONTEMPORÂNEOS

2.1 A reforma do Estado e o novo modelo de avaliação da Capes: iniciando o processo de mercantilização das universidades e da pesquisa científica

Muitas foram as modificações ocasionadas pela crise do capitalismo no começo dos anos 1970. Estas mudanças não se configuraram apenas como novos padrões de organização da economia, das relações de trabalho e das políticas estatais, mas também grandes alterações culturais, reconfigurando os modos de ser e estar no mundo. Estes processos aconteceram primeiramente nos países capitalistas centrais, na Europa e nos Estados Unidos, mas logo se espalharam pelo mundo, chegando aos países latino-americanos, como o Brasil.

O neoliberalismo substituiu o *Welfare State* como teoria das práticas políticas e econômicas e passou a orientar grande parte dos governos ao redor do mundo. Anderson (1995) sinaliza que desde os anos 1940 o neoliberalismo vinha sendo debatido a partir de seu texto fundador *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek. Todavia, só mesmo a partir dos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979 e Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980 que tal programática foi colocada em prática. Até mesmo governos ditos de esquerda a adotaram nos anos seguintes, evidenciando o seu sucesso ideológico.

De acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo preconiza que uma estrutura institucional marcada pela garantia de direitos a propriedade privada, livre mercado e livre comércio deve ser promovida pelo Estado, zelando pela qualidade e pela integridade do dinheiro. Para isso necessita investir nas funções de defesa e legais para assegurar, mesmo que pela força, as liberdades individuais e o pleno funcionamento do mercado. A atuação estatal não deve ultrapassar estas atribuições. Dessa forma, o investimento público em áreas como Saúde, Educação e Assistência Social, por exemplo, é encarado como um gasto que impede a liberdade do mercado e a eficácia das atividades estatais.

O Estado neoliberal permite que o mercado avance sobre estas áreas sob a forma de privatizações:

[...] A ausência de claros direitos de propriedade - como sucede em muitos países em desenvolvimento - é julgada uma das barreiras institucionais ao desenvolvimento econômico e à melhoria do bem-estar humano. O reconhecimento e a atribuição de direitos de propriedade são tidos como a melhor maneira de proteger as pessoas da chamada “tragédia dos bens comuns”, a tendência de superexploração por alguns indivíduos de bens comuns a todos como a terra e a água. Setores antes geridos ou regulados pelo Estado tem de ser passados à iniciativa privada e desregulados (libertos de todo tipo de interferência). A competição - entre indivíduos, entre empresas, entre entidades territoriais (cidades, países, grupos regionais), é considerada a virtude primordial (HARVEY, 2008, p. 75-76).

A extinção do monopólio estatal na oferta de serviços seria essencial para melhorar a qualidade e reduzir os custos destes. Reorganização é uma das palavras chave na busca por alavancar a posição dos Estados no mercado global. Acordos e blocos econômicos têm surgido em diversas regiões do mundo justamente para diminuir e/ou remover as barreiras para o livre movimento do capital, a exemplo da União Europeia, do Mercosul, do G7, do Brics, entre outros.

Nesta direção, aconteceu em 1989 nos Estados Unidos o Consenso de Washington, evento que promoveu o ideário neoliberal na América Latina a partir de uma série de recomendações de medidas econômicas que visavam o “desenvolvimento” do continente. Contando com a participação de instituições e economistas de perfil neoliberal, além de vários chefes de Estado, o evento recebeu a denominação de consenso devido a ampla aceitação das medidas recomendadas pelos países presentes, muitos deles em dívida com instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que já colocavam a adesão às medidas neoliberais como pré-requisito para realização de futuros empréstimos (PENA, 2020).

O Brasil ainda vivia uma conjuntura política, econômica e social conturbada nesta época. A redemocratização ainda estava em vias de consolidação após a promulgação da constituição federal de 1988 e as primeiras eleições diretas pós ditadura militar aconteceram em 1989. A crise fiscal era gigantesca, o que tornava o desafio ainda maior para o governo que fosse eleito. Fernando Collor de Mello foi eleito com propostas que iam de encontro ao receituário neoliberal, mas ao sofrer impeachment nos anos seguintes, seu projeto de governo não teve continuidade⁵, cabendo ao seu vice, Itamar Franco, pavimentar o caminho para o governo de FHC, responsável pela implementação de muitas das medidas recomendadas pela reunião de Washington.

A Reforma do Estado foi o grande projeto do governo de FHC, cuja gestão da idealização coube ao ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, que liderou a pasta da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) de 1995 a 1998. De acordo com ele, para sanar os problemas ocasionados pela crise fiscal, o país carecia de disciplina fiscal, privatizações e liberalização comercial. Ao denominar sua proposição de social-liberal, esforçando-se para distanciá-la do neoliberalismo, afirmou que não almejava atingir o Estado mínimo, mas trabalhar para a reconstrução do Estado que manteria suas atribuições na área social a partir de interlocução com o mercado, que seria contratado para prestar os serviços (BEHRING, 2008).

Bresser criticava a esquerda tradicional, chamando-a de arcaica e populista por se manter presa ao nacional-desenvolvimentismo populista e supostamente ser conivente com o aumento do déficit público. Para ele o projeto da reforma do Estado representava a constituição de uma “esquerda moderna” no âmbito de um Estado intermediário:

Para alcançar uma sociedade moderna - com alocação de recursos eficiente e democracia -, cabe uma estratégia voltada para o mercado, que use pragmaticamente o Estado para distribuir renda e promover a inovação tecnológica, numa sociedade heterogênea e dual, rompendo os círculos viciosos econômico e político social. O primeiro desses círculos refere-se ao populismo econômico e o segundo à “contradição da cidadania”. Aquele deve ser enfrentado no seu elo mais fraco: a inflação. O político-social, por um pacto sólido e pela política educacional, no médio prazo. Bresser propõe um *pacto de modernização* em torno dessa proposta, que se inicia com a liberalização comercial, as privatizações e o programa de estabilização monetária (Plano Real) e prossegue com a reforma da administração pública: a chamada reforma gerencial do Estado (BEHRING, 2008, p. 176).

⁵ Mesmo sendo interrompido antes de pouco mais da metade, o governo Collor de Mello chegou a instaurar diversas medidas neoliberais na perspectiva de conter a alta da inflação, a exemplo da redução do número de ministérios, demissão de funcionários públicos, privatização de estatais e aumento de impostos (SILVA, 2020).

Sendo assim, o Plano Diretor da Reforma do Estado⁶, documento que norteou as ações da Reforma descrevia o Estado brasileiro como rígido, lento, ineficiente e sem memória administrativa. No entendimento do Plano o Estado não necessitaria de governabilidade, mas de *governance*, uma espécie de jargão da área administrativa/contábil que caracterizaria uma transição de uma gestão pública rígida e ineficiente para uma administração flexível e eficiente. Esta perspectiva promoveria uma cultura de eficiência e qualidade na administração pública ao implementar mecanismos de controle por obtenção de resultados e não mais pela mera realização dos processos, estimulando a competitividade no âmbito estatal (BEHRING, 2008).

O texto tece críticas a transição democrática e a Constituição de 1988, vistas como “retrocessos”, pois provocaram um novo momento de populismo patrimonialista no Brasil, engessando o aparelho do Estado, através de medidas como o regime jurídico único, a estabilidade para servidores civis e a aposentadoria integral no serviço público.

Nesta perspectiva “modernizadora” serviços como a educação e a pesquisa científica passaram a ser transferidos/compartilhados com o mercado. Conforme Chauí (2003, p. 06) ao situar a educação no rol de atividades não exclusivas do Estado, a Reforma sinalizou:

a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada como um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social.

As diferenças entre uma instituição social e uma organização social são bastante amplas. A instituição social tem como referência a sociedade, no âmago de sua complexidade e distinções de percepções, posicionamentos e projetos conflitantes, como por exemplo, de um lado os que se manifestam contrariamente, e do outro a favor da sociedade capitalista e do reforço da exclusão social que esta provoca, tendo legitimidade social para conviver e se expressar de maneira autônoma perante a situação. Já a organização social tem como referência a si mesma, estando calcada em valores instrumentais e técnicas administrativas

⁶ Concebido pelo Mare, foi aprovado em setembro de 1995 na Câmara da Reforma do Estado, órgão de caráter interministerial criado exclusivamente para tal fim, que também conduziu outros processos e legislações, a exemplo da Emenda Constitucional nº 19/98, que dispôs sobre a Reforma. A centralização do processo de sua implementação é uma das maiores críticas à Reforma, pois ocorreu sem a interlocução com a sociedade civil organizada e com a ampla utilização de medidas provisórias e negociatas no Legislativo, explicitando a visão instrumental de democracia de seus idealizadores (BEHRING, 2008).

que norteiam a consecução de determinados objetivos, adotando um caráter de competição com outras organizações que possuem o mesmo fim: “Não lhe compete discutir ou questionar a sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato” (CHAUÍ, 2003, p. 06).

Assim, emerge a universidade operacional, uma organização cujo funcionamento se norteia a partir de gestão estratégica baseada na eficiência, eficácia e efetividade, assim como a flexibilidade, que lhe permite se adaptar às necessidades postas pelo mercado e pela conjuntura econômica. O entendimento das atividades de ensino e pesquisa vai em direção a lógica do ciclo de reprodução do capital, tanto em relação a compressão espaço-temporal, que induz a realização de atividades em períodos mais curtos, como no caráter do trabalho acadêmico que deve se orientar pelo que gera mais lucro. Desta forma, os investimentos para a pesquisa científica devem priorizar áreas que apresentem retorno mais imediato e que contribuam para melhor posicionar os países economicamente através da produção de tecnologia e inovação⁷.

Isto ocorre porque uma das transformações societárias advindas da crise do capital é a passagem do protagonismo do capital produtivo para o capital financeiro, cuja acumulação se assenta na produção científica e tecnológica, que na criação de máquinas possibilita contínuas mudanças nas mercadorias, cada vez mais obsoletas em menos tempo, forçando as pessoas a adquirirem novos produtos. Por isso o controle e disputa pela inovações tecnológicas.

A incessante procura por bens de consumo, aliás, é estimulada pelas constantes e renovadas estratégias capitalistas para aumentar as taxas de lucro ao introduzir novos padrões culturais e de sociabilidade que também incidirão sobre o campo educacional, como aponta Ribeiro (2015) ao mencionar o estudo de Christian Laval que analisa a forma como a educação escolar promove o individualismo e a competição visando a formação de uma sociedade de consumidores. A universidade, por ser responsável pela formação dos professores que atuarão na educação básica, também está implicada diretamente neste processo.

Envolta por esta série de valores que conduzem as relações sociais no modo de produção capitalista, a ciência foi conduzida para um processo de dupla transformação:

⁷ É importante salientar que no caso de países da periferia capitalista, a exemplo do Brasil, este processo não se dá de forma autônoma. A tecnologia e a inovação por terem papel primordial no estágio atual do capitalismo são extremamente controladas pelos países capitalistas centrais que forçam os países dependentes a não implementar políticas públicas que fomentem descobertas científicas inovadoras a partir de tecnologias próprias (RIBEIRO, 2015).

[...] em primeiro lugar, ela deixou de ser a investigação de uma realidade externa ao investigador para tornar-se a construção da própria realidade do objeto científico por meio de experimentos e de constructos lógico-matemáticos [...] em segundo lugar e, como consequência, ela tornou-se uma força produtiva e, como tal, inserida no modo de produção capitalista. A ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital. Donde as novas formas de financiamento das pesquisas, a submissão delas às exigências do próprio capital e a transformação da universidade numa organização ou numa entidade operacional (CHAUÍ, 2003, p. 08).

Os critérios para o financiamento de pesquisas também foram uma das mudanças significativas empreendidas pela Reforma do Estado. Em 1998 a Capes deu início a implementação de um sistema de avaliação dos programas de pós-graduação que, embora tenha sido “aperfeiçoado” nas décadas seguintes, preserva muito de sua forma original até hoje. O foco já não era mais a formação de professores para a atuação no ensino superior, mas sim a formação de pesquisadores. O item produtividade passou a ter peso fundamental no processo, induzindo a busca incessante por publicações em periódicos científicos que, por sua vez, foram surgindo aos montes nos anos seguintes.

Esta modificação, que foi responsável por consolidar o sistema de pós-graduação, é narrada com a sensibilidade de quem participou de sua implementação pela antropóloga Cláudia Fonseca (2001). A conjuntura era no mínimo inusitada, pois o processo se deu no meio de uma greve que durou três meses nas universidades federais⁸. Segundo ela, os pesquisadores convocados para fazer parte do comitê avaliador se depararam com a estapafúrdia situação de ao mesmo tempo estarem em greve protestando contra uma política de descaracterização e precarização da universidade pública, estarem concentrando esforços para contribuir com um sistema de avaliação que estava surgindo para integrar esta mesma política.

O objetivo da Capes consistia em hierarquizar a pirâmide de conceitos dos programas. A autora conta que o sistema de avaliação se desenrolava com bastante tranquilidade em um período que já durava mais de quinze anos. Embora os comitês de cada área de conhecimento estivessem atentos a algumas orientações gerais, possuíam enorme autonomia na elaboração e na aplicação dos critérios de avaliação, que não necessitavam ser tão quantificáveis e

⁸ A essa altura, a Reforma do Estado já tinha acarretado diversos prejuízos para a universidade pública brasileira, especialmente para a pós-graduação. O receio da perda de direitos levou a redução do quadro docente através das aposentadorias precoces. A diminuição de concursos públicos impedia a ocupação das vagas deixadas pelos aposentados, mortos ou os que deixassem os empregos. A falta de recursos precarizava até mesmo a conservação, impactando nos serviços de água, luz, telefone, etc. (SIQUEIRA, 2006 apud FERREIRA, FERENC e WASSSEN, 2018).

objetivos. Polêmicas e surpresas não faziam parte do processo, pois seguia um trajeto mais ou menos linear em que todos os programas alcançavam de maneira progressiva o conceito máximo. Para a Capes e o MEC: “[...] este sistema, com tantos programas conceito A, não avaliava mais nada. A distribuição ideal de conceitos, aquela pirâmide que coloca um pequeno número de programas em cima e a grande massa embaixo, tinha sido praticamente invertida” (FONSECA, 2001, p. 264).

O conceito de participação da comunidade acadêmica foi deturpado pela nova política de avaliação. Apesar das áreas de conhecimento terem representantes, não foram estes que pensaram os mecanismos que cada uma delas utilizaria para a avaliação, nem como e quando esta se realizaria. A dinâmica de um processo que ocorria a partir de diversas reuniões e numa temporalidade que variava de semanas a meses, visando a formulação de um consenso entre os acadêmicos que definiam uma ficha de avaliação. Com as mudanças implementadas pela Capes, a ficha já chegava pronta e uniformizada para todas as áreas, sem levar em conta as especificidades delas. Estava dividida em seis tópicos: proposta do programa, corpo docente, atividades de formação, linhas de pesquisa, defesas de tese e produção intelectual. Os membros dos comitês foram orientados a se adequarem às mudanças.

No decorrer desse trabalho que foi realizado em poucos dias, novas informações iam chegando e acrescentando muito mais itens à ficha original:

Devíamos, por exemplo, olhar o tempo de titulação desdobrado em média, moda e mediana; os titulados desdobrados em bolsistas e não bolsistas; e os bolsistas desdobrados em “por até 12 meses, 12-24 meses, e mais de 24 meses”. Aprendemos a pensar em termos de NRD (sistema de classificação dos membros do corpo docente conforme tipo de vínculo e tempo de dedicação ao curso), e enfrentamos termos como “coeficiente curtose” (a não ser confundido com “coeficiente de variação”) - tudo, na crença de que iam nos dar a palavra final sobre a realidade de nossa área (FONSECA, 2001, p. 267).

No final das contas, após uma longa jornada para analisar os documentos recebidos e construir um diagnóstico fiel a nova proposta avaliativa, o comitê avaliador da área de Antropologia atribuiu conceitos que iam de 3 a 7. Com a pequena margem de liberdade concedida pela Capes, a pesquisadora indica que foram realizados alguns ajustes para que todos os programas que até então tinham conceito A recebessem no mínimo a nota 5. Na fase final da avaliação, foram atribuídos os conceitos 6 e 7 para os programas que atendessem a dois critérios: quantidade significativa de doutores titulados e boa produção do corpo docente em veículos renomados de circulação nacional e internacional. Apenas dois cursos

conseguiram este feito, atingindo assim o objetivo da avaliação de hierarquizar e discriminar os programas.

Um dado que chamou atenção nos relatos de Fonseca (2001) foi a ausência de enfrentamento à questão naquele primeiro momento. A grande maioria das áreas de conhecimento nas ciências humanas, cuja lógica de produção científica não é facilmente mensurável, não questionou os principais elementos do novo sistema de avaliação, que já chegaram praticamente prontos para os comitês avaliadores. A única área que decidiu pela continuidade da lógica da metodologia de avaliação anterior atribuiu conceito 6 a todos os programas que até então possuíam conceito A. Tal prática não foi aceita pela Capes que obrigou o comitê desta área a se reunir novamente para recomençar os trabalhos com base na nova política de avaliação.

A dinâmica da cultura da avaliação aparenta carregar sua própria trajetória, racionalidade e estética (STRATHERN, 1997 apud FONSECA, 2001). Para este sistema nem sempre o mais determinante é a quantidade de trabalho, mas sim a maneira como são produzidas provas deste trabalho. A atuação do pesquisador é mensurada conforme sua performance em atender aos critérios estipulados pela avaliação. “Estamos na era da *information technology*. Na mentalidade produtivista, não há mais lugar, nas atividades de pesquisa, para “períodos vazios”, só de reflexão; os resultados devem ser imediatos e regulares” (FONSECA, 2001, p. 269).

O sucesso de um programa de pós-graduação deve ser verificado a partir de termos que possibilitem formular um padrão que tenha como referência a excelência. Por isso que caracteres subjetivos e complexos devem ser traduzidos numa linguagem simples e objetiva que permita ser aplicada a todas as áreas, mesmo que isso leve a desfiguração das atividades de ensino e pesquisa e não considere as especificidades regionais e locais:

O “modelo ideal” [...] é uno. Quem chega mais perto, recebe nota mais alta [...] O tipo atual de cobrança impõe um padrão idêntico, não somente para os programas, mas também para os acadêmicos. Todos devem estar dando aula e fazendo pesquisa, mesmo quando participam ativamente da administração universitária (FONSECA, 2001, p. 270).

Como consequência da implementação deste novo sistema dentro da programática gerencial da Reforma do Estado, ocorreu uma mudança radical no funcionamento não apenas da pós-graduação, mas das universidades públicas como um todo. O elogio ao produtivismo

acadêmico⁹ impactou decisivamente o trabalho na comunidade acadêmica. Docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e demais colaboradores (profissionais da segurança, limpeza e serviços gerais, que passaram a ser contratados amplamente de maneira terceirizada) tiveram suas rotinas completamente afetadas. Um quarteto de conceitos têm sido empregados para dar conta das problemáticas ocasionadas pelas reconfigurações no âmbito estatal nas relações de trabalho na academia: intensificação, extensificação, flexibilização e precarização.

Sguissardi e Silva Júnior (2018) talvez tenham realizado o mais completo estudo sobre estes efeitos na prática universitária, entendida por eles como um constructo que envolve todas as atividades realizadas pelas universidades: ensino, pesquisa, extensão, administração, entre outras que formam a identidade desta instituição. O foco era nos professores pesquisadores, atores centrais para o funcionamento desta repartição pública. A amostra se constituiu por um grupo de sete instituições do sudeste do Brasil, região mais desenvolvida do país e que concentra o maior número de universidades públicas, quinze no total. Além de pesquisa documental sobre dados referentes a cada uma das IES - recursos financeiros, contrato de trabalho e grade salarial do corpo docente, cursos de graduação e pós-graduação, matrículas destes cursos e produção intelectual bibliográfica -, foram realizadas entrevistas com 49 professores, sete por IES, que estivessem vinculados a pós-graduação de diversas áreas.

Os resultados da pesquisa apontam para uma mudança de rumo nas práticas universitárias, que passaram a ter a pesquisa realizada na pós-graduação e o recebimento de recursos financeiros como protagonistas. “Todas as atividades da prática universitária parecem estar orientadas para a obediência das normas da Capes, para a utilização dos financiamentos do CNPq” (SGUISSARDI e SILVA JÚNIOR, 2018, p.224). Diante disso, toda a estrutura foi reordenada para privilegiar a atividade da pesquisa. A diminuição de servidores técnico-administrativos é uma das medidas que exemplificam a modificação. A concentração de mais atividades na figura dos professores é uma das consequências, bem como dos próprios servidores remanescentes e novos contratados, que precisam dar conta de um maior número de demandas. Não é raro, por exemplo, encontrar programas de pós-

⁹ Compreende-se que o auge do fenômeno denominado de produtivismo acadêmico atingiu seu ápice nos governos petistas (2003-2016), que foram responsáveis pelo “aperfeiçoamento” da política de avaliação da Capes, estipulando critérios cada vez mais quantitativos para os programas de pós-graduação. As políticas destes governos serão abordadas no tópico seguinte. Situa-se o produtivismo e suas principais consequências neste tópico para seguir uma ordem cronológica, já que a supracitada política de avaliação foi desenhada no governo FHC (1994-2002).

graduação ou coordenações de cursos de graduação com apenas um funcionário para atender centenas de alunos, além das necessidades destes próprios setores.

Apesar desta transferência de atribuições técnico-administrativas também para os professores, não é essa a principal razão da precarização do seu trabalho, mas sim a ampliação da carga e da jornada laboral pelas atividades relacionadas à pesquisa, como a orientação de iniciação científica, dissertações e teses, produção de artigos e pareceres para periódicos e eventos científicos, editoração de periódicos científicos, participação em bancas de graduação, mestrado, doutorado e concursos públicos, entre outras. Dessa forma, são os docentes que se encontram na pós-graduação os mais atingidos: “[...] os docentes vinculados à graduação queixam-se mais do elevado número de aulas e superlotação das salas enquanto que os professores ligados à pós-graduação enfatizam a exigência do aumento da produção científica, mormente da cobrança de publicação de artigos” (COUTINHO et al, 2011 apud SOUZA et al, 2017, p. 3671).

Souza et al. (2017) utilizam a expressão “sociedade de urgência” para designar o ambiente criado nas universidades em que se adotam horários atípicos e a precipitação na realização das atividades, ocasionando a diminuição da convivência entre os indivíduos e a dinâmica coletiva de criação. Mesmo que a qualidade da educação e da pesquisa sejam prejudicadas, o que tem sido mais relevante é alcançar as metas quantitativas da produção científica.

Nesta direção, surge uma outra problemática: a confusão entre a vida privada e a vida profissional dos docentes. A quantidade de atividades exercidas é praticamente impossível de ser realizada no trabalho, mesmo para aqueles que dispõem de um ambiente específico para a realização de outras atividades que vão além da sala de aula. Levar parte do trabalho para as suas residências é uma rotina, tornando estas atividades simultâneas aos afazeres domésticos, às relações familiares e até mesmo aos momentos de lazer e repouso, como afirmam vários participantes da pesquisa de Sguissardi e Silva Júnior (2018).

A precarização do trabalho dos docentes pesquisadores na ânsia de atingir o ápice do produtivismo acadêmico também tem suscitado debates sobre a ética na autoria/coautoria de trabalhos acadêmicos. Para atender ao “canibalismo” das políticas de avaliação das agências de fomento à pesquisa¹⁰, práticas como a redação de artigos por pós-graduandos, mas que o

¹⁰ Apesar de haver uma concordância entre a literatura consultada sobre uma generalidade na aceitação das normas impostas pela Capes, pelo CNPQ e agências de fomento à pesquisa estaduais, há também muitos professores pesquisadores que se manifestam de maneira veemente contra tais políticas. Isto ocorre de distintas formas, como simplesmente optar por não ingressar na pós-graduação, mesmo atendendo a todos os critérios estabelecidos ou a partir da ação coletiva junto a sindicatos e associações de docentes.

orientador assina como autor principal para pleitear publicações em revistas mais conceituadas, que exigem a máxima titulação para um dos autores, assim como a fragmentação da produção científica, quando diversos autores contribuem apenas com suas partes na elaboração de um artigo, sem ter a vivência do processo em sua integralidade são cada vez mais comuns.

A qualidade do que se produz no sentido de ser um material que realmente traga uma descoberta científica, contribuição efetiva para uma determinada área de conhecimento ou para a resolução de um problema social também tem sido questionada. Bianchetti e Machado (2007) ao discutirem esta questão trazem depoimentos de pesquisadores que questionam a ocorrência de publicações marcadas pela mesmice, ou seja, quando os autores produzem diversos textos similares apenas para se enquadrar nos critérios da avaliação das agências financiadoras. “Isto é problemático”, afirma uma professora entrevistada.

São poucos os estudos que focam nos impactos do produtivismo acadêmico em estudantes de pós-graduação. O fato de suas atividades não serem consideradas como um trabalho, em direção contrária aos professores, que possuem vínculo empregatício formal com as IES, certamente também impacta na realização de menos esforços para a compreensão dessa realidade que os atinge de maneira até mais nociva do que os professores.

Estácio et al. (2019) examinaram a influência das exigências produtivistas em um grupo de estudantes da Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Os resultados demonstraram que o produtivismo é visto de maneira ambígua pelos pós-graduandos, pois ao mesmo tempo que contribui efetivamente para o processo de construção do conhecimento, pode provocar variados problemas por meio das pressões institucionais para a publicação de textos científicos.

A ocorrência de problemas físicos e psicológicos também foi abordada pela pesquisa, deixando evidentes situações como a auto-cobrança, o bloqueio para escrever, a ansiedade, a depressão, além de distúrbios como a síndrome de Burnout nos discentes:

Entendo porque também o questionamento das consequências causadas pelo produtivismo para com os professores, para com os docentes, porque eles também são cobrados, então isso pode afetar muito a vida, dos discentes, trazendo muitas doenças, como é o caso de amigos que apresentaram no decorrer da pós-graduação sintomas de pânico, sintomas de depressão (ESTÁCIO et al, 2019, p. 150).

Pinto e Silva (2020) destaca os processos de sofrimento e adoecimento no âmbito acadêmico, considerando todos os atores da prática universitária, incluindo assim, além dos

docentes, servidores técnico-administrativos e funcionários cujo contrato é temporário, como os tutores das graduações EAD. Esta visão ampliada permite ir além do protagonismo dado a precarização do trabalho docente pela maioria dos estudos e perceber as especificidades das vivências de cada categoria na universidade, que se revelam em um conjunto de dinâmicas contraditórias e duais, como sociabilidade/subjetividade, prazer/sofrimento, saúde/doença, reconhecimento/não-reconhecimento e significado/sentido no trabalho.

O autor ressalta ainda a importância de um olhar mais apurado para a problemática dos estudantes que apesar de não possuírem cargos ou empregos, cumprem prazos e rotinas que, estando gradativamente mais curtos sob os ditames da sociabilidade capitalista, ocasionando não só uma série de doenças, mas também atitudes suicidas, “a ponta do iceberg do fenômeno psicossocial” (BOTEGA, 2015 apud PINTO e SILVA, 2020). Atenta também para o fato da necessidade da existência de espaços e políticas institucionais para lidar com a problemática. A escuta, o acolhimento, entre outros serviços dentro de uma política de saúde mental são essenciais, citando o exemplo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que já discute a formulação de diretrizes neste sentido.

2.2 As políticas de expansão do ensino superior dos governos petistas: entre mudanças e permanências

O período de 2003 a 2016 foi marcado pelos primeiros governos populares da história do Brasil. Embora não tenham promovido grandes mudanças estruturais, foram responsáveis por importantes políticas de superação da pobreza, das quais algumas se tornaram referências mundiais. Antes de discorrer especificamente acerca de suas políticas educacionais, vejo como necessária uma breve caracterização deste momento de flerte com uma experiência cidadã no país.

Singer (2012) possui uma das interpretações mais conhecidas a respeito dos governos petistas no Brasil. Porta-voz e secretário de imprensa da presidência da república durante parte do governo Lula, o autor detém uma trajetória de experiência e relação afetiva com o Partido dos Trabalhadores (PT). Suas ideias defendem que o reformismo moderado adotado pelo lulismo não significou um abandono dos pressupostos originários do PT, mas apenas uma diluição do “reformismo forte”, optando por políticas de conciliação, que apesar de conceder benefícios para a classe trabalhadora, trabalhavam pela manutenção de privilégios da burguesia.

Fazendo uso do conceito de subproletariado, formulado por Paul Singer, para caracterizar cerca de metade do contingente populacional do país, formado por pessoas que não possuem poder aquisitivo necessário para a sua reprodução social, o autor observa que Lula capturou esta parcela do eleitorado em detrimento das classes médias urbanas escolarizadas, no que ficou conhecido como o realinhamento eleitoral de 2006. De perfil conservador, este público almeja melhores empregos e salários e garantias de direitos sociais, mas sem confrontar a ordem, ou seja, mantendo a gestão capitalista do Estado. A programática do governo neste ponto já não era a distribuição da riqueza socialmente produzida, nem o enfrentamento da desigualdade social, mas sim o combate à pobreza e a miséria, constituindo um “reformismo fraco”.

Boito Júnior (2018) discorda da análise do lulismo como defensor dos interesses do subproletariado, argumentando que os governos de Lula e Dilma devem ser caracterizados como os que deram protagonismo a burguesia interna ao invés do capital internacional, cujas prioridades estiveram no centro da atuação estatal nos governos anteriores, puramente neoliberais. Tal burguesia é formada por setores da construção civil, da mineração, do agronegócio e bancos privados e estatais, cujos interesses são em partes similares aos da classe trabalhadora.

Esta “frente política neodesenvolvimentista” seria a responsável por possibilitar o desenvolvimento numa economia capitalista periférica ao concretizar a implementação de um modelo econômico que mesmo se mantendo fiel aos princípios do neoliberalismo, contemplava os interesses da burguesia interna e da grande massa de trabalhadores. Programas como o *Minha Casa Minha Vida* e o *Programa Universidade para Todos (Prouni)* são exemplos de iniciativas que beneficiam tanto o capital (construção civil e educação privada), quanto a classe trabalhadora (pessoas sem residência própria ou em busca de qualificação profissional).

Já Paulani (2017) compreende a experiência dos governos petistas em sua forma contraditória, alegando que existe uma incompatibilidade entre a primazia pela acumulação financeira, em especial de credores e investidores externos, adotada nas administrações de Lula e Dilma¹¹, que mantiveram uma política macroeconômica calcada na austeridade fiscal e em taxas reais de juros elevadas, com o neodesenvolvimentismo, pois este exige um projeto nacional e uma preocupação maior com a indústria:

¹¹ A autora traz dados importantes que constata a hegemonia das finanças nos governos petistas, como por exemplo, a relação entre a riqueza financeira e o PIB, que evoluiu de 0,8 em 1994 para 2,1 em 2010. A própria evolução da Selic, taxa básica de juros da economia brasileira, possibilitou uma acumulação de ativos 6,5 vezes maior no período de 1991 a 2009 (PAULANI, 2017).

Por projeto nacional aqui seria preciso entender [...] um planejamento da intervenção do Estado no sentido de melhorar a forma de inserção internacional do país não só no mercado internacional de bens e serviços, mas na economia mundial em sua totalidade, ou seja, considerando igualmente as transações com fatores de produção e com estoque de ativos. Tradicionalmente marcados pela dependência tecnológica e pela condição de importadores de capitais, estando aí em cheque, em ambos os casos, a questão do grau de autonomia da Nação para conduzir seu próprio destino, os países latino-americanos requerem que qualquer intervenção governamental na economia esteja pautada em um projeto que vise alterar essa condição subalterna, conferindo-lhe soberania no sentido estrito do termo (PAULANI, 2017, p. 143).

A autora defende que há um momento desenvolvimentista, demarcado no final do primeiro governo Lula com o lançamento do *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)* em 2007, que consistia num robusto programa de investimentos públicos num período de quatro anos em setores de infraestrutura, como energia, transporte, recursos hídricos e saneamento. Neste período, mesmo diante da emergência da enorme crise econômica de 2008, o governo brasileiro mantém esta política anticíclica, induzindo o crescimento pela demanda, tendo como resultado um crescimento real da economia de 7,5% em 2010.

O crescimento econômico ainda permaneceu durante alguns anos influenciado pela alta das exportações e dos efeitos do conjunto de políticas sociais de alto impacto implementadas por estes governos, mas quando os rebatimentos da crise de 2008 começam a aparecer de maneira mais intensa no primeiro governo Dilma, as contradições entre a agenda neoliberal e o investimento em políticas sociais tornaram-se inconciliáveis. Na sequência, as tentativas de gestão da crise mediante corte nos investimentos públicos para financiar a desoneração nas folhas de pagamento das empresas não surtiram efeito, culminando com pírias taxas de crescimento da economia que, aliadas a novas políticas de austeridade adotadas após a reeleição de Dilma em 2014, criaram o cenário ideal para a contestação do seu mandato que culminou no golpe parlamentar de 2016.

Estas contradições também se estenderam para as políticas educacionais, mesmo que suas contribuições na ampliação do acesso ao ensino superior pela população jamais possam ser ignoradas. Neves e Martins (2016) enfatizam que a expansão do ensino superior não se deu conforme planejamento educacional, mas sim orientada pela lógica da demanda e da oferta, própria das relações mercantis, concedendo protagonismo ao setor privado. Neste contexto, surgiram várias críticas para tais políticas. Teriam propiciado uma democratização do acesso ao ensino superior ou apenas provocado uma certificação em massa da população? A expansão do ensino superior se deu em termos qualitativos ou meramente quantitativos?

Mancebo, Vale e Martins (2015) sintetizam de maneira eficiente a expansão neste período em quatro pontos: 1) o aumento das IES privadas; 2) a ampliação do número de vagas, matrículas e cursos nas IES públicas a partir de ações do governo federal, a exemplo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); 3) a diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino de graduação, com crescimento significativo do ensino a distância (EAD); e finalizando, 4) a expansão da pós-graduação, redirecionando sua atuação com foco no empresariamento do conhecimento.

Embora o crescimento do setor privado sobre o público, constituindo um mercado educacional no Brasil, não seja propriamente uma novidade deste período, pois é incentivada desde o período da ditadura militar através da reforma universitária de 1968, os números atestam: “Em 2010, no final do segundo governo do presidente Lula da Silva, o crescimento da rede privada permaneceu como tendência, chegando-se a 25,8% de matrículas nas IES públicas e 74,2% nas privadas” (MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015, p. 36).

Programas como o *Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)* e o Prouni desempenharam papel importante na difusão do ensino privado. O primeiro, criado no governo FHC, sofreu modificações no governo Lula, que facilitaram o seu acesso, a exemplo da criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGeduc), dispensando a necessidade de fiador para estudantes com renda de até 1,5 salário mínimo. Já o Prouni, foi criado em 2005, com o intuito de oferecer bolsas parciais e totais em IES privadas para alunos de baixa renda, além de cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência (CISLAGHI, 2019).

Duras críticas são direcionadas ao Fies e ao Prouni. Talvez a principal delas diga respeito à questão dos financiamentos e isenções fiscais concedidas pelo governo para as empresas educacionais que participassem dos programas. Anteriormente apenas instituições filantrópicas e sem fins lucrativos gozavam de isenções, mas com a entrada das empresas educacionais, a abertura de capital em mercados financeiros se tornou possível, dando margem também para a internacionalização do setor. Um negócio absurdamente lucrativo que passou a envolver grandes conglomerados que, a partir de movimentações de compra, vendas, fusões e aquisições, tomam posse de instituições endividadas e com baixo valor no mercado para quitar as dívidas e fazê-las terem lucro novamente (MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015; CISLAGHI, 2019). De acordo com Azevedo (2015, p. 95-96):

Desta forma, por intermédio de programas de financiamento direto ao estudante (PROUNI e FIES) e financiamento às empresas de ensino

superior, o tesouro público federal tem dado suporte para o desenvolvimento do que poderia ser chamado no Brasil de “**capitalismo acadêmico sem riscos**” (grifo meu); pois grupos privados (nacionais e estrangeiros), a exemplo de *Laureate Internacional Universities*/Universidade Anhembi Morumbi, Kroton/Anhanguera Educacional Participações S.A, Estácio Participações S.A e UNIP (Universidade Paulista), têm sido beneficiários colaterais do FIES ao provisionar recursos na forma de empréstimos aos estudantes, essencialmente, transforma cidadãos em consumidores (endividados) e transfere rendas públicas para a iniciativa privada.

Mancebo, Vale e Martins (2015) salientam que a oferta de cursos nas instituições privadas se dá dentro da corrida pelo lucro, isto é, possuem forte apelo mercantil e praticamente não contribuem com o desenvolvimento econômico, social e cultural da região onde estão inseridos e do país. Caráter completamente distinto das IES públicas, que se orientam pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo como foco o diálogo e a transformação social, que no âmbito da interiorização instaurada pelo REUNI, considerava minimamente as particularidades de cada território para a oferta dos cursos nos inúmeros campi construídos pelo Brasil.

No entanto, longe de ser unanimidade, a implementação do REUNI também trouxe problemas, tanto para as novas instituições, quanto para aquelas que já estavam em funcionamento. Para Mancebo, Vale e Martins (2015) duas bases sustentam o programa: 1) o mais-trabalho do professor, pois a ampliação das vagas discentes não cresceu na mesma proporção que a abertura de concursos para docentes; 2) a flexibilização dos currículos e o aligeiramento do ensino provocados pela enorme profusão do EAD. Não à toa, uma das últimas grandes greves dos docentes das universidades públicas, que durou vários meses, ocorreu justamente em 2012, cinco anos após o início desta política, já no seu pleno desenvolvimento. Pinto e Silva (2020), por sua vez, afirma que o REUNI trouxe novos elementos às já consideráveis exigências que a expansão da pós-graduação vinha provocando, pois as demandas da graduação, da pós-graduação, da educação a distância e do trabalho técnico-administrativo apareciam naquele momento de maneira sobreposta.

O pesquisador chama atenção para o duplo caráter desta política, que ao mesmo tempo que investia na expansão das vagas, num projeto de universidade inclusiva, com políticas de ações afirmativas, acirrava algumas desigualdades entre estas instituições, atendendo a diretrizes de organismos como o Banco Mundial. As IES recém criadas, sobretudo em cidades do interior das regiões Norte e Nordeste, não tinham condições infraestruturais e de recursos humanos para desenvolver cursos de pós-graduação, o que provocava contrastes ainda maiores em relação a grandes centros de pesquisa localizados em universidades do eixo Sul-Sudeste. Dessa forma, enquanto os pólos interiorizados desenvolviam somente o ensino e a

extensão, as IES localizadas nas capitais e regiões industriais, ficavam responsáveis pela pesquisa. “Produção de tecnologia para agregar valor ao capital de um lado, e educação terciária para a formação para o mercado de trabalho de outro” (PINTO e SILVA, 2020, p. 11).

Em pesquisa realizada no campus de Rio das Ostras (RJ) da Universidade Federal Fluminense (UFF), um dos que foram construídos através do REUNI, o autor fez diversas entrevistas com gestores, sindicalistas e professores da instituição. Enquanto os gestores enfatizam o caráter positivo do processo, defendendo a importância da interiorização das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país, sindicalistas e professores iam na direção oposta, criticando a abordagem privatista e tecnicista da formação acadêmica, as propostas de pesquisas direcionadas ao setor produtivo, o adoecimento dos docentes ocasionado pela intensificação e precarização do trabalho (estresse, ansiedade, depressão, etc.)¹², além da ausência de infraestrutura, pois a universidade começou a funcionar num pequeno prédio que pertencia a uma escola municipal, com *containers* sendo improvisados como salas de aula.

Modalidade de ensino já consolidada na educação privada, a ampliação do EAD também foi uma das apostas do REUNI, embora a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), responsável pela institucionalização do EAD nas universidades públicas tenha ocorrido em 2006, um ano antes da criação da política de expansão. Trata-se de uma fundação de direito privado que foi idealizada através do Fórum das Estatais pela Educação em 2005.

Seu objetivo é capacitar professores da educação básica e interiorizar a oferta de cursos da educação superior. Possui caráter terceirizado, pois os municípios que almejam integrar o projeto devem organizar um pólo presencial com laboratórios, bibliotecas e toda a infraestrutura necessária para o contato dos tutores presenciais com os alunos, enquanto o MEC apenas abre os editais para que as universidades participem do programa. Os pólos podem receber cursos de uma ou várias IES, de acordo com as especificidades de sua região e das universidades. Mancebo, Vale e Martins (2015) enxergam diversos problemas na UAB, dos quais destaco a falta de infraestrutura adequada, pois boa parte dos municípios responsáveis não possuem condições para organizar o ensino com a qualidade necessária, e a precarização do trabalho dos tutores que apesar de ficarem em contato com os discentes por

¹² Devido a falta de planejamento, a instituição não contava com uma quantidade adequada de servidores técnico-administrativos, o que fazia com que os docentes acumulassem parte dessas funções. A falta de infraestrutura na cidade, além do acúmulo com atividades de ensino ou de estudo na pós-graduação nos campus maiores, localizados em Niterói e na cidade do Rio de Janeiro, impediu a fixação de residência de grande parte dos docentes, provocando constantes viagens (PINTO e SILVA, 2020).

mais tempo, não possuem vínculo empregatício formal, recebendo bolsas que evitam que haja comprometimento com garantias e benefícios trabalhistas.

A qualidade dos cursos oferecidos também é alvo de críticas. Silva Júnior e Sguissardi (2013) afirmam que a expansão foi caracterizada pela ampliação de vagas no período noturno, em cursos de licenciatura e tecnólogos, e no EAD, pois a certificação em massa seria voltada para a capacitação de parcelas mais excluídas da sociedade com o objetivo de inseri-las em postos de trabalhos precários, que solicitam menores requisitos técnicos. Dessa forma, esta nova configuração do ensino superior provocaria ainda mais desigualdades entre as classes sociais, oferecendo um ensino de menor qualidade para alunos oriundos, em sua maioria, do sistema público de ensino, e que já possuem dificuldades de leitura, escrita e interpretação textual, inviabilizando a ascensão às carreiras de ponta e o acesso a pós-graduação *stricto sensu*.

Os critérios de seleção para mestrados e doutorados estão cada vez mais exigentes. Atualmente é bem comum que já na inscrição do processo seletivo seja necessário a apresentação de certidão de proficiência em pelo menos uma língua estrangeira para o mestrado, e duas para o doutorado, isto é, os candidatos necessitam ter ao menos a capacidade para a leitura de textos em inglês e espanhol, os idiomas estrangeiros de maior disseminação no Brasil. A questão do currículo também é importante, pois a participação em projetos de monitoria, pesquisa, extensão, assim como a publicação de artigos em periódicos aumenta a pontuação na busca pelas primeiras colocações, que dão mais probabilidade de bolsas. Tais requisitos complicam o ingresso de graduandos de cursos noturnos presenciais e do EAD, que muitas vezes trabalham durante o dia, e dos que frequentam universidades privadas que focalizam exclusivamente o ensino, pois essas condições impossibilitam que tenham uma experiência acadêmica completa.

Apesar disso, houve uma ampliação do número de discentes na pós-graduação *stricto sensu*, acompanhando o crescimento do número de PPGs nas universidades públicas:

No nível da pós-graduação (mestrado e doutorado), o quadro geral é, também, de forte crescimento. O número de cursos de mestrado cresceu de 1.235, em 1998, para 3.342, em 2012. Os cursos de doutorado foram de 792 para 1.738 no mesmo período. A matrícula nos cursos de mestrado era de 49.397 estudantes em 1998, e passou para 124.239, em 2012. No doutorado, o número de pós-graduandos cresceu de 26.697, em 1998, para 79.478 em 2012. Neste mesmo ano ocorreu a titulação de 42.878 mestres e de 13.912 doutores (CAPES, [s.d] apud NEVES e MARTINS, 2016).

Neste nível de qualificação, os estudos destacam fortemente a indução da produção de conhecimento (MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015; PIMENTA, 2014; SILVA JÚNIOR e SGUISSARDI, 2013) que leva ao fenômeno do produtivismo acadêmico e a crescente vinculação das universidades ao setor produtivo através de parcerias com empresas. A atuação do CNPq, formulando políticas de financiamento direcionadas a formação técnica e tecnológica, e da Capes na elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que neste período compreendeu as edições V (2005-2010) e VI (2011-2020), tiveram papel primordial neste sentido.

O V PNPG apresenta a questão da indução de maneira bem definida, dando diretrizes para a produção de tecnologia e inovação, respaldado pela lei nº 11.079/2004, conhecida como Lei da Parceria Público-Privada (PPP), que estabeleceu normas gerais para licitação e contratação de PPPs no âmbito da administração pública, e pelo decreto nº 6.260/2007, conhecido como a Lei da Inovação Tecnológica, que permitiu a transferência de tecnologia das universidades para as empresas, incluindo equipamentos, recursos humanos, afastamento de pesquisadores, além de captação de recursos desde que direcionados a um projeto de inovação (MANCEBO, VALE e MARTINS, 2015).

Destaco ainda os objetivos voltados para o aprimoramento da avaliação qualitativa da pós-graduação, a formação de docentes para todos os níveis de ensino e o protagonismo concedido aos mestrados profissionais. É, de fato, neste espaço de tempo que há uma significativa disseminação desta modalidade de pós-graduação em todo o país, reforçando a tendência de mercantilização da pesquisa científica ao ter como finalidade a qualificação para reforço dos quadros profissionais das empresas.

Já o IV PNPG, ainda está em vigência e apresenta uma mescla da sistematização de proposições dos planos antecessores com novas diretrizes. Enfatiza a integração da pós-graduação com o setor empresarial e com a sociedade e retoma consideravelmente a noção de indução estratégica ao montar uma “agenda nacional de pesquisa”, organizada em torno de variados temas que seriam relevantes para oportunizar o desenvolvimento econômico e social do país. Destaco também os seguintes aspectos:

- 1- expansão do sistema nacional de pós-graduação, a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; [...]
- 3- o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de CT&I;
- 4- A multi e a interdisciplinaridade, principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa (BRASIL, 2010, p. 15).

Ferreira, Ferenc e Wassen (2018, p. 1327) focalizam o terceiro tópico, levantando o debate sobre atrelar o reconhecimento ao fomento para estabelecer os critérios de financiamento dos programas, pois para ter mais recursos, os PPGs precisam trabalhar para alcançar conceitos maiores nas avaliações da Capes. E isto se dá através do aumento da produção científica de discentes e docentes, mesmo que em determinados lugares do Brasil, hajam universidades com estruturas e orçamentos insuficientes: “[...] nesse sentido, parece haver uma inversão de valores, isto é, em geral a ideia que se tem é de que o investimento precisa ir para quem tem menos condições”.

Furtado e Hostins (2014) afirmam que a implementação de todas as diretrizes dos planos que norteiam o Sistema de Avaliação se dá a partir de dois processos: a avaliação dos programas de pós-graduação já existentes e a avaliação das propostas de novos cursos, a APCN. A avaliação dos programas que já estão em funcionamento possui duas etapas: a avaliação anual, em que a Capes estabelece um diálogo com as instituições promotoras dos cursos com o objetivo de orientar a sua atuação; e a avaliação trienal, realizada ao fim de cada triênio, cujo ano de efetivação se dá a partir da sequência histórica estabelecida pelas avaliações anteriores. São avaliados os seguintes itens: Proposta do Programa; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social. Ao final do processo são concedidos os conceitos de 1 a 7 aos programas. Os conceitos 6 e 7 atribuem excelência aos programas e só podem ser atingidos por aqueles que possuem doutorado. Já nos PPGs que possuem apenas mestrado, o conceito 5 é o máximo que pode ser alcançado, e o 3 o mínimo para mantê-los em funcionamento. Os conceitos 1 e 2 referem-se a programas com desempenho fraco e abaixo do exigido, devendo ser fechados.

Os autores elencam algumas críticas que são feitas ao modelo de avaliação por pesquisadores da área de educação, sintetizadas nos eixos: *caráter homogeneizador*, pois um modelo único avalia programas de diversas áreas, regiões, universidades e pesquisadores com características peculiares; *quantitativismo/produtivismo*, que pode ser visto na exacerbação do trabalho voltado à produção bibliográfica e suas consequências para a qualidade das pesquisas e a saúde dos docentes; e *críticas diversas*, das quais destaco os parâmetros diferentes para programas 6 e 7, avaliados com foco na produção científica internacional, enquanto os programas com conceitos menores são qualificados por todos os outros critérios de avaliação.

Apontam também que, mesmo com todas as críticas, os anos de 2003 a 2010 são considerados como o período de fortalecimento e aperfeiçoamento da avaliação da Capes, instituindo um “padrão mínimo de qualidade” para a pesquisa científica. Além disso, a trajetória como um todo do modelo de avaliação é considerada exitosa, se observadas a

dimensão e a relevância do sistema, assim como a qualidade dos PPGs ofertados no Brasil. Tal visão da comunidade acadêmica acerca do modelo de avaliação ressalta o caráter dual, de avanços, mas também de manutenção e ampliação das desigualdades nas políticas educacionais brasileiras.

2.3 Do Golpe de 2016 a “guerra cultural” do governo Bolsonaro: a precarização e a perseguição ao ensino superior e à pesquisa

Apesar de demarcar este recorte temporal para dar conta do processo de desestruturação das universidades e da pesquisa científica no Brasil, sinto a necessidade de ressaltar a minha concordância com pesquisadores que têm defendido que o processo de desdemocratização vivenciado pelo país atualmente não deve ser compreendido a partir do Golpe de 2016 ou da eleição do governo Bolsonaro (PINHEIRO-MACHADO e FREIXO, 2019; MIGUEL, 2021). Trata-se de um processo que remonta à própria formação do Estado e da sociedade brasileira, sendo objeto de estudo de historiadores e cientistas sociais desde o século passado.

Pensadores do quilate de Florestan Fernandes (1987) e Caio Prado Júnior (1991), cujas obras são consideradas clássicos da sociologia brasileira, analisaram as contradições presentes no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira, em que as marcas da colonização europeia, como a desigualdade social, o racismo e a violência, ainda são bastante visíveis. A economia brasileira, então, continua sendo funcional à acumulação dos países capitalistas centrais, pois se estrutura tendo como referência as determinações do capital internacional, caracterizando-se como um capitalismo dependente ou uma heteronomia.

Apesar da Independência do Brasil, anunciada no ano de 1822, e de suas consequências, como a organização dos poderes que passou a acontecer a partir de dentro, a conjuntura que se desenvolveu não rompeu completamente com a ordem social anterior, preservando elementos conservadores. Dessa maneira, não forneceu condições para o pleno desenvolvimento da nação, pois o liberalismo foi cooptado pelas elites como uma forma de emancipação e manutenção de seus status, sem estender direitos para a população como um todo.

A formação do mercado de trabalho foi profundamente afetada pelos séculos de escravidão, o que fez do trabalho livre um desdobramento do trabalho escravo, prejudicando a articulação de movimentos de politização da classe trabalhadora, fato que retardou o surgimento das primeiras legislações sociais. Tais conquistas não ocorreram mediante lutas

populares organizadas por uma sociedade civil engajada e ativa, foram doadas por uma elite política que visava à manutenção de seus privilégios a partir da coerção social travestida de concessão de direitos. Paranhos (1999) ao realizar uma análise da ideologia do trabalhismo do governo de Getúlio Vargas¹³ corrobora com esta visão, afirmando que tais conquistas na prática significaram a captura da fala dos trabalhadores, apropriando-se de suas demandas e precavendo-se das possíveis vozes dissonantes que poderiam gerar revoltas e ameaçar a hegemonia das forças produtivas do país.

Para Telles (1993), a forma como se institucionalizou a cidadania é a responsável pelos grandes paradoxos da sociedade brasileira. A dissolução da república oligárquica provocou um processo de modernização econômica, mas seguiu acompanhado pela incivilidade nas relações sociais. Afinal, a proteção social dada pelo governo configurou-se apenas como uma transferência das relações de tutela e de paternalismo do patronato para o Estado. Não à toa, ainda hoje há quem considere as políticas sociais, chanceladas pela Constituição de 1988, como um favor dos quais seus usuários devem ser eternamente gratos.

Mesmo no período de “aventura cidadã” dos governos petistas, como diria Paulani (2017), com as diversas políticas sociais de alto impacto, passou-se longe de uma experiência de cidadania plena, pois a maior parte do fundo público continuou sendo apropriada pelas elites políticas e empresariais e pelo capital financeiro internacional. Foi durante esses governos, inclusive, que ocorreram processos fundamentais para o estágio atual da desdemocratização brasileira, pois propiciaram a reemergência das forças políticas de direita ou o surgimento de uma “nova direita”, como alguns pesquisadores (CÊPEDA, 2018; ROCHA, 2021) preferem afirmar.

A tática petista de evitar confrontos possibilitou a acomodação de setores com interesses distintos nos seus governos. Um modelo já utilizado há tempos, que combina a conciliação entre as forças políticas que estão no executivo e as bancadas que ocupam o congresso mediante distribuição de cargos, verbas públicas e emendas parlamentares, formando assim uma maioria parlamentar que, como um colete à prova de balas, protege o executivo das estratégias da oposição, garantindo a aprovação de medidas e a governabilidade. É definido como “peemedebismo”, em alusão à atuação do MDB, antigo PMDB, que independente da programática dos governos vigentes, dança conforme a música para garantir vantagens (NOBRE, 2013 apud PINHEIRO-MACHADO e FREIXO, 2019).

¹³ Como exemplo paradigmático dos direitos sociais que foram implementados na Era Vargas, pode-se citar a criação do Ministério do Trabalho em 1930 e a criação da carteira de trabalho em 1932.

Conforme Miguel (2018) dois grupos permaneceram na oposição: os extremistas e o PSDB. Enquanto o primeiro grupo sempre demonstrou a sua incivilidade e anti republicanismo ao longo da história, os tucanos surgiram com o objetivo de reunir a camada mais esclarecida das elites brasileiras. Ainda que o termo “social democracia” da sigla não correspondesse às práticas adotadas no exercício dos mandatos, existia um discurso de defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas e da justiça social. A cooptação dos antigos parceiros pelos governos petistas e a desidratação eleitoral ao longo dos pleitos dos anos 2000 fizeram com que o partido assumisse de vez a posição arcaica da direita ideológica, como a negação do direito ao aborto nas eleições de 2010 e a defesa da maioria penal nas eleições de 2014.

A mobilização da direita acionou diferentes discursos e estratégias que deslocaram a disputa política do terreno dos direitos, algo que vinha ocorrendo desde a promulgação da Constituição de 1988, para um debate público calcado em visões de mundo meritocráticas e de contenção do investimento público, próprias da racionalidade neoliberal¹⁴. Neste período eram comuns diversas críticas, que ficavam ainda mais visíveis durante as campanhas eleitorais presidenciais.

A atribuição do rótulo de incompetentes e ignorantes ao eleitorado pobre, revestido de xenofobia, já que grande parte deste estava localizado no eixo Norte-Nordeste, passou a ser comum após a reeleição de Lula e chegou ao ápice durante a enorme polarização das eleições de 2014, quando Dilma Rousseff venceu Aécio Neves por uma diferença de apenas 3% dos votos, com grande contribuição do eleitorado nordestino. Da mesma forma, as críticas aos programas sociais, que seriam destinados para pessoas vagabundas que deveriam estar garantindo renda através do trabalho, e aos direitos humanos que não servem aos “humanos direitos”, mas sim a bandidos. É pertinente recordar também que a diminuição da vulnerabilidade social, a extensão dos direitos trabalhistas e a ampliação do acesso ao ensino

¹⁴ De acordo com Miguel (2018) mudanças nas visões de mundo em determinados espaços sociais contribuíram para este processo. Nas igrejas cristãs, a caridade cedeu espaço para a teologia da prosperidade. No mundo do trabalho, o enfraquecimento do sindicalismo prejudicou a organização coletiva e a constituição de laços de solidariedade entre os trabalhadores, cada vez mais condicionados pelo discurso do empreendedorismo a se enxergarem como capitalistas em formação, mesmo que estejam em relações de trabalho precárias nos moldes da pejetização e da uberização, que dão a falsa sensação de liberdade e autonomia. Outro fator importante foi o caráter das políticas sociais dos governos petistas, que focalizaram a inclusão pelo consumo, isto é, a mobilidade social individual que reforça a meritocracia. Em entrevista concedida em 2018, José Mujica, ex-presidente do Uruguai e uma das principais lideranças do campo da esquerda na América Latina, teceu críticas a estas políticas, afirmando que transformaram pobres em consumidores ao invés de cidadãos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46624102>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

superior provocaram o recuo da distinção que parcelas da classe média acreditam ser uma vantagem competitiva em relação aos mais pobres (MIGUEL, 2018).

Impulsionada pela cobertura midiática, seja televisiva, impressa ou digital, seletiva e sensacionalista de escândalos de corrupção como o mensalão, o petrolão, assim como todo o trabalho politizado e espetacularizado da Operação Lava Jato¹⁵, no qual figuras como o ex-juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol tornaram-se ícones da ética e da probidade, a revolta da classe média primeiramente é canalizada pelo combate à corrupção, personificada unicamente no PT, mesmo que partidos como MDB, PP e o próprio PSDB fossem mais citados nos processos da Operação. A corrupção não é compreendida como uma anomalia produzida por relações espúrias entre o Estado e o mercado, mas como a representação da desonestidade de determinados políticos e da “organização criminosa” denominada PT, o que me remete às ótimas reflexões de Souza (2009) sobre a errante compreensão da corrupção na sociedade brasileira como produto do Estado, enquanto o mercado seria um campo de infinitas qualidades.

O que dizer dos financiamentos privados de campanhas eleitorais? Das bancadas do boi, da bala e da bíblia que representam interesses do agronegócio, da indústria armamentista e do fundamentalismo religioso representado pelos impérios da fé? O próprio campo da educação, como já debatido anteriormente, também é disputado por interesses mercantis, tendo o Conselho Nacional de Educação (CNE) ocupado por entidades e grupos privados do setor educacional que influenciam na elaboração de normas e diretrizes como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

É inegável que a repulsa à corrupção foi uma das principais pautas reivindicadas nas diversas manifestações de rua que marcaram esse reenquadramento do campo político da direita desde as jornadas de junho de 2013, que mesmo sendo motivada pela melhoria do acesso ao transporte público, também aglutinou movimentos e pautas tipicamente de direita, que seguiram em pleno desenvolvimento nos anos seguintes com a crescente popularidade de grupos como o *Movimento Brasil Livre (MBL)*, *Vem pra a Rua* e *Revoltados Online* na internet, que auxiliaram na difusão do discurso anticomunista e anti-igualitarista (SOLANO, 2019).

¹⁵ Instituições como a Justiça, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal tiveram atuações que excederam as suas funções, realizando a prática do *lawfare* através de atos e procedimentos considerados ilegais por diversos juristas no âmbito da Lava Jato, dos quais a prisão do ex-presidente Lula em 2018, meses antes das eleições, é a expressão máxima, e em outros processos, como o que envolveu o ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Carlos Cancellier, que em meio à turbulência dos acontecimentos cometeu suicídio. Este fato também marcou a série de ameaças à liberdade de cátedra das universidades que seguem até hoje (PINHEIRO-MACHADO e FREIXO, 2019).

A recusa do resultado das eleições por Aécio Neves e o PSDB em 2014 marca a série de acontecimentos que, aliados às equivocadas medidas que aprofundaram a crise econômica, inviabilizaram o começo do novo mandato da presidenta Dilma, que enfrentou a indisposição de um legislativo ainda mais conservador que o eleito anteriormente e a fúria da população que tomou as ruas vestida de verde e amarelo, com ampla repercussão da mídia hegemônica, que chegava a transmitir os eventos ao vivo. Sem ceder às chantagens de setores fisiológicos do parlamento, sob o frágil argumento de crime de responsabilidade por pedaladas fiscais, o processo de impeachment é aberto e o golpe parlamentar efetivado com o afastamento definitivo da presidenta em agosto de 2016.

O governo golpista de Temer consegue implementar algumas das políticas de austeridade há tempos reivindicadas por setores empresariais e do mercado financeiro, como a PEC 95/2016 e a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), mas não põe panos quentes na crise política que, impulsionada por escândalos como o de recebimento de propina pela corporação JBS, segue a todo vapor com grandes manifestações de rua em 2017. Solano (2019) realizou pesquisas em vários destes atos na cidade de São Paulo em 2017 e 2018 e nas entrevistas com os manifestantes, foi ficando evidente a transferência das intenções de voto do PSDB para Jair Bolsonaro, concretizando o esvaziamento do campo tucano, pois além do antipetismo e do anti esquerdismo, o antipartidarismo também estava muito presente, afetando legendas tradicionais, que eram vistas como mais do mesmo dos podres poderes que ocupavam a Praça dos Três Poderes em Brasília.

Mobilizando sentimentos e emoções, o ex-capitão falastrão e preconceituoso, e deputado já há quase três décadas personificava um “mito” antissistema, “contra tudo e todos que estavam aí”, patriota, cristão e defensor da moral e dos bons costumes que “a esquerda havia corrompido”, tal qual aconteceu com as eleições de Donald Trump nos Estados Unidos, de Viktor Orban na Hungria e de Matteo Salvini na Itália. Portanto, o bolsonarismo é uma visão de mundo ultraconservadora que transcende a própria figura de Bolsonaro, e ganha adeptos no mundo inteiro devido à crise da representação da democracia liberal (PINHEIRO-MACHADO e FREIXO, 2019). De acordo com o estudo de Solano (2019, p. 313):

A palavra “esperança” atrelada à figura de Bolsonaro se apresentou em 23 das trinta entrevistas. Essas pessoas diziam sentir esperança num possível governo dele por entender que só um político com as características de Bolsonaro poderia mudar o cenário político brasileiro. Um político diferente porque seria honesto e autêntico, firme o suficiente para não se deixar levar pela roteirização da política. O marketing de Bolsonaro consegue transformar o antigo deputado federal numa figura antimainstream, capaz de

capturar o voto de protesto, frustração e raiva contra o sistema político. Os partidos tradicionais são percebidos como indistintos, fisiológicos e preocupados com os próprios privilégios.

Mesmo com poucos minutos de propaganda eleitoral, sem comparecer a grande maioria dos debates e com um plano de governo superficial que mais parecia uma apresentação de slides capenga e amadora, Bolsonaro consegue se eleger através de uma campanha que articulou diversas estratégias de comunicação e marketing nas mídias sociais, disparos em massa de mensagens no *Whatsapp* e as mais esdrúxulas *fake news*, que empobreceram ainda mais o debate público, a exemplo do “kit gay”, que chegou a ser defendido ao vivo numa entrevista durante o Jornal Nacional na Rede Globo.

A “cruzada moral” ou “guerra cultural” de Bolsonaro avançou durante toda a campanha eleitoral contra as questões de gênero e sexualidade, esvaziadas de sentido e de legitimidade quando colocadas sob o termo “ideologia de gênero”. Tal falácia já estava bastante presente no debate político nos anos anteriores à eleição de Bolsonaro, sobretudo quando vários municípios brasileiros sancionaram leis que proibiam abordagens sobre gênero e diversidade nas escolas, catapultadas pela atuação do movimento *Escola Sem Partido* (KALIL, 2019).

Nesta direção, os professores foram uma categoria profissional bastante atacada, pois estariam promovendo um ensino ideológico e doutrinador, que deveria ser neutro e despolitizado. Segundo Solano (2019, p. 317), o anti-intelectualismo obteve grande destaque na campanha¹⁶, pois professores e intelectuais eram tão desacreditados quanto a classe política: “Porque devo aceitar verdades científicas e acadêmicas validadas por intelectuais? É a negação daqueles que tradicionalmente atuaram como mediadores entre os indivíduos, o conhecimento e a participação política”.

A jornada contra a educação e a ciência seguiu a partir da posse de Bolsonaro em 2019, tendo como um de seus principais exemplos três documentos normativos que cerceiam a autonomia das IFES: 1) MP 914/2019, que permitia a interferência no processo de escolha dos reitores, perdendo a validade em junho de 2020; 2) Portaria 2.227/2019, que dispôs sobre procedimentos de afastamento da sede e concessão de diárias e passagens para viagens nacionais e internacionais, restringindo a participação de servidores em congressos e eventos;

¹⁶ Durante a campanha eleitoral de 2018, um dos fatos que causaram bastante polêmica foi a repressão a manifestações políticas nas universidades, em sua maioria contrárias a Bolsonaro, que já despontava em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018). Lembro bem de estar na UFPB quando policiais e fiscais de tribunais eleitorais interromperam manifestações e apreenderam materiais como jornais. Talvez o acontecimento mais simbólico tenha ocorrido na Universidade Federal Fluminense (UFF) com a retirada de uma bandeira da fachada da Faculdade de Direito, em que estava escrito “Direito antifascista”.

e 3) MP 979/2020, que dispôs sobre a designação de dirigentes *pro tempore* durante o período de emergência de saúde pública ocasionado pela pandemia da Covid-19, devolvida pelo então presidente do senado Davi Alcolumbre e posteriormente revogada pelo governo.

No entanto, a nomeação de candidatos menos votados pela comunidade acadêmica nas eleições para o reitorado nas IFES vem ocorrendo, pois a lei não obriga que o presidente indique o primeiro colocado da lista tríplice enviada por estas instituições, mesmo que haja uma tradição de respeito à lista. Segundo matéria do site Metrôpoles (2021), 36% dos reitores nomeados desde 2019 não foram eleitos internamente, o que representa 18 dos 50 que assumiram neste período. Esta política tem provocado conflitos nas instituições, pois os reitores, em sua maioria, seguem a cartilha ideológica do bolsonarismo e realizam gestões que avançam contra o ensino, a pesquisa e a extensão.

Outra medida que tentou afrontar a autonomia universitária, desta vez apresentada como um grande projeto, foi o *Future-se - Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores* (PL nº 3076/2020). Dividido em três eixos: 1) Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; 2) Empreendedorismo; 3) Internacionalização, está em total sintonia com a lógica da austeridade fiscal instaurada pela PEC 95 e com as modalidades de contratos de trabalho precarizados que foram legalizados através da Reforma Trabalhista. Um dos argumentos mais utilizados pelo governo para justificar a relevância do programa foi impulsionar a autonomia financeira das IFES, que deveriam ser convertidas em organizações sociais para a obtenção de recursos.

A lógica do Future-se [...], não se explica tão somente em função de uma medida de mudanças de episteme da ciência - ele é, também, programa de privatização de bens patrimoniais e recursos públicos, direcionando-os no modelo de autonomia financeira, à mercê das grandes corporações nacionais e mundiais, reorganizando as universidades públicas em OS dependentes do setor privado e vendendo serviços. Tudo isso indica para a **mercantilização máxima**, além de integrar uma cruzada ideológica, embora esse tópico não apareça de modo direto nas entrelinhas, mas nas manifestações do governo e do Ministério da Educação (vide o núcleo ideológico assumidamente reacionário) (SILVA JÚNIOR e FARGONI, 2020, p. 6-7).

Como era de se esperar, a comunidade acadêmica reagiu negativamente ao projeto, e entre diversos documentos e notas publicados, destaco o dossiê do *Grupo de Pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências da UFBA* (2019), que sintetizou brilhantemente a situação do debate acerca do tema. Também foi importante por evidenciar elementos

importantes para a análise do programa e oferecer um alerta dos seus prejuízos não só para a universidade, mas para a sociedade como um todo.

Em investigação sobre a versão final do programa, divulgado após a realização de uma breve consulta pública realizada pelo MEC e das inúmeras críticas de conselhos universitários, sindicatos e partidos políticos, Leher (2021) enfatiza as modificações apresentadas, a exemplo da retirada da possibilidade de alienação de patrimônio; dos contratos de gestão calcados em organizações sociais ligadas a fundos de investimentos; a criação de sociedades de propósito específico; assim como a desistência de modificação em diferentes legislações, das quais cita como exemplo a que permitiria a abertura da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) a planos de saúde (Lei nº 12.550/2011), e o revalidação de diplomas estrangeiros pelo setor privado (Lei nº 9.394/1996).

No âmbito do MEC, a primeira escolha de Bolsonaro até respeitou os “critérios técnicos” que tanto alardeou após a vitória no pleito presidencial. Ricardo Vélez Rodríguez apesar de se autointitular liberal-conservador e cristão, alinhando-se com as alas mais ideológicas do governo, é formado em Filosofia e foi professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). No entanto, desde as primeiras semanas no cargo se envolveu em polêmicas, a exemplo das declarações “Universidade para todos não existe” e “As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual”, seguindo a lógica do ensino técnico em detrimento do ensino superior e do corte de investimento público em programas como o Fies. Após decisões atrapalhadas, recuos e atritos com a ala ideológica do governo por se opor à “guerra cultural” e almejar uma atuação mais técnica, com base em reformas nas políticas educacionais, Vélez Rodríguez deixou o cargo após três meses, em 8 de abril de 2019.

Foi substituído por Abraham Weintraub, de perfil beligerante e bem mais identificado com a ala ideológica do governo. Economista com anos de atuação no mercado financeiro e na bolsa de valores e professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sua nomeação foi alvo de críticas desde o princípio por não ter experiência em educação e gestão pública e possuir perfil ideal para mudanças estruturais nas universidades, como o pagamento de mensalidades e a privatização. Crítico ferrenho destas instituições, Weintraub teve seu nome envolvido em diversas confusões desde o começo de sua trajetória no cargo, marcada pelo anúncio de um contingenciamento de recursos que chegaram a afetar o funcionamento de suas atividades, alegando que promoviam “balbúrdia” e que possuíam plantações extensivas de maconha, como abordado no capítulo anterior. Deixou o MEC em 18 de junho de 2020 após meses de desgastes ao proferir insultos xenofóbicos contra a China e críticas a

ministros do STF, definindo-os como “vagabundos” que deveriam ir para a cadeia (BBC NEWS BRASIL, 2020).

Após uma brevíssima passagem de Carlos Alberto Decotelli pela pasta, Milton Ribeiro assumiu em julho de 2020 e permanece no cargo até o presente momento. Professor universitário e pastor da igreja presbiteriana, tem um perfil que agradou setores evangélicos ligados ao governo. Apesar de não ter o mesmo tom bélico de Weintraub, se esquivando de polêmicas, como quando foi questionado sobre a ditadura militar e o Golpe de 1964 no Brasil (BIMBATI e VALENÇA, 2021), o ministro afirmou que o MEC deve seguir a visão educacional do presidente e, de fato, tem feito a gestão mais bolsonarista da pasta.

Órgãos e secretarias importantes tiveram trocas de coordenação, como a própria Capes, em que Benedito Aguiar Guimarães Neto, que já tinha sido alvo de polêmica por ser defensor do criacionismo, foi substituído na presidência por Cláudia Mansani Queda de Toledo, advogada e reitora da faculdade particular Centro Universitário de Bauru. Desta vez, a polêmica ocorreu não só pelo perfil ligado ao ensino privado, mas por ser coordenadora de um curso de mestrado nota 2, que teve descredenciamento recomendado pela própria Capes em 2017. Mesmo que não haja relação com a educação superior, acho relevante mencionar também a escolha de Sandra Ramos, professora ligada ao *Escola Sem Partido* como coordenadora geral de materiais didáticos, escancarando ainda mais o direcionamento ideológico e conservador nas políticas da pasta.

Assim como Vélez-Rodríguez, Ribeiro é defensor do ensino técnico e crítico da expansão do ensino superior, e também gerou controvérsias com declarações como “Universidade deveria, na verdade, ser pra poucos, nesse sentido de ser útil a sociedade” e “Tem muito engenheiro ou advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida. Se fosse um técnico de informática, conseguiria emprego, porque tem uma demanda muito grande” (TENENTE, 2021). Tais declarações reforçam o entendimento do governo de que um ensino técnico e instrumental seria o ideal aos mais pobres, para concretizar sua agenda ultraliberal e submissa à financeirização do capital internacional, capacitando profissionais para o setor de serviços em detrimento de mão de obra mais qualificada, que poderiam agregar ao setor industrial e a pesquisa.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, então, é comandado desde o início do governo pelo astronauta Marcos Pontes, que assiste passivamente ao desmonte das políticas da pasta, cujo desfinanciamento aumenta ano a ano, prejudicando a concessão de bolsas de mestrado e doutorado do CNPq. Além da diminuição das bolsas, o CNPq já não concede mais recursos no formato de cotas para os PPGs, que agora precisam submeter

projetos aos editais da agência que possuem “áreas prioritárias” cada vez mais restritas para financiamento que prejudicam principalmente os cursos da área de Humanidades.

Dois acontecimentos recentes sintetizam o descaso do governo com a pasta. O primeiro deles foi a aprovação no Congresso, em agosto de 2021, do remanejamento de recursos para outras áreas, mais especificamente, um valor correspondente a 690 milhões de reais, que significou uma perda de mais de 90% do orçamento do ministério. O segundo ocorreu entre julho e agosto de 2021, quando a Plataforma Lattes ficou indisponível. Responsável por armazenar os currículos dos pesquisadores brasileiros, possui caráter essencial em seleções de pós-graduação, concursos públicos e até mesmo empregos em organizações privadas. Além disso, funciona como um mapa da produção científica nacional. A possibilidade da perda dos dados causou bastante transtorno no meio acadêmico. Trata-se de um acontecimento emblemático, pois representou perfeitamente o atual apagão da ciência brasileira.

CAPÍTULO 3

ANALISANDO EXPERIÊNCIAS DE PÓS-GRADUANDOS EM TEMPOS DE DESMONTE DA PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL

3.1 As relações com os programas de pós-graduação

Este tópico aborda a forma como os estudantes se relacionam com os PPGs, abarcando diversos aspectos que influenciam as suas trajetórias ao longo dos cursos, como: 1) Escolha do programa de pós-graduação/dinâmica do processo seletivo; 2) Estrutura do programa de pós-graduação/atendimento das demandas pelos funcionários; 3) Pré-requisitos para a obtenção do título de mestre e doutor/pressão institucional para publicações científicas; 4) Relação com o orientador; 5) Representação estudantil, entre outras. Pude observar que estas relações são mais complexas do que aparentam, envolvendo variáveis que mudam de acordo com os recursos materiais e humanos dos PPGs, bem como os itinerários percorridos ao longo de suas vidas.

De uma maneira geral, as experiências dos pós-graduandos acerca desta questão podem ser consideradas como positivas, com algumas exceções relacionadas principalmente a estrutura dos programas e atendimento às suas demandas, que envolvem tanto as atribuições

técnico-administrativas, como respostas a e-mails e encaminhamento de processos, por exemplo, quanto à disponibilização de recursos financeiros para eventos e atividades de campo.

É sobre estes pontos também que recaem as maiores diferenças entre os programas de conceitos 6 e 7 e os programas de conceito 4, evidenciando que as distinções ventiladas como hipóteses inicialmente podem não ser tão significativas assim.

Quando questionados (as) sobre a escolha do PPG, as principais motivações apontadas foram a presença de orientadores que estudam temáticas de interesse, a localização geográfica e a experiência em projetos de iniciação científica, como destaque nos seguintes relatos:

Foi meio do acaso assim e pela **localização geográfica** também. Eu não tinha condições financeiras, pra esperar um tempo a mais pra fazer outros processos seletivos ou alguma coisa do tipo, eu não vim de uma família que não tinha muitos recursos, eu tinha a minha bolsa de mestrado e eu queria tentar ter uma bolsa de doutorado, eu não queria continuar no mesmo programa, queria mudar. Eu estava no programa da ciência política ali da UFRGS. Eu não quero continuar mais ali... pensei em fazer um processo seletivo pra outros programas de pós-graduação em ciência política no Brasil, mas tinha muitas implicações (Interlocutora Maria Isaura).

No finalzinho da graduação a gente tem... eu não sei como funciona aí, mas aqui na USP tem aquela coisa das disciplinas optativas pra você fechar os créditos né, pra se formar! E acabou que eu fiz uma disciplina que me atraiu muito. Eu sempre gostei muito de processos eleitorais, mas a ciência política me incomodava um pouco assim, o jeito que... muita tabulação e muitas coisas assim não era bem a minha praia. Daí... não era muito o que eu estava pensando né. **Mas aí a minha orientadora ela tinha entrado no programa**, que é a minha orientadora até hoje, né! Naquele momento ela tinha acabado de passar no concurso, aí foi a primeira disciplina que ela deu na graduação, foi... se chamava: Família, Política e Conflito Social. E daí ela mostrou que dava pra estudar processos eleitorais através da antropologia (Interlocutora Marilena).

Eu escolhi o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB por causa da temática que eu pretendia trabalhar [...] Eu pesei alguns programas, alguns deles em universidades públicas, não me interessei por causa dos eixos temáticos e muitas vezes eram temas muito conservadores dentro da Sociologia, não abria muito para inovação dos trabalhos e foi quando eu cheguei na UFPB, no programa da UFPB na verdade e vi que **haveria esta possibilidade de ter um orientador que pudesse realmente pegar o meu trabalho pra me orientar** (Interlocutor Florestan).

A escolha pelo programa **foi muito pela questão geográfica**, por ser na minha cidade e aliada a questão da excelência também. É um dos melhores programas do Brasil e é na minha cidade. Agora tem a questão que dentro da pós-graduação eu sou estudante do doutorado latino-americano, então foi uma escolha também... [...] E eu fui fazer uma disciplina isolada e essa disciplina era do doutorado Latino-americano, aí eu tive certeza que era esse programa que eu queria (Interlocutora Nise).

Eu fui fazer a licenciatura, fui na FAE, tive contato com o grupo de pesquisa com as professoras, **entrei como iniciação científica lá no grupo e gostei muito, me senti muito acolhido, muito à vontade e resolvi tentar o processo seletivo pra mestrado lá**, nisso eu já tinha me desassociado da FAFICH e da Ciência Política, queria a linha de políticas públicas, mas na área de educação (Interlocutor Paulo).

Como eu vim do PIBIC né, eu sempre... **desde o primeiro ano do PIBIC eu sempre tinha a intensão na minha cabeça... pro mestrado e provavelmente o doutorado!** Eles sempre estavam na minha cabeça, até porque eu sempre gostei de escrever, de sistematizar as formas de ir pro acervo, de pesquisar... então eu tinha muito prazer nisso, era um negocio muito gostoso pra mim! Então em 2019 eu... no inicio de 2019, eu já tinha certeza de que eu queria tentar o mestrado (Interlocutor Anísio).

São motivações bastante corriqueiras diante do que tenho acompanhado em diálogos com colegas da UFPB e de outras universidades brasileiras, assim como através da minha própria experiência. Em muitos processos seletivos é necessária a indicação de um ou dois orientadores, que devem ser escolhidos a partir da afinidade com a temática e do objeto de pesquisa dos (as) candidatos (as). E caso não haja esta necessidade, a possibilidade de aprovação num processo seletivo em um PPG com orientadores capacitados nas temáticas de estudo dos estudantes é bem maior.

Esta proximidade pode acontecer desde a graduação, a exemplo do que relatam os interlocutores Marilena, Paulo e Anísio, que conheceram seus orientadores cursando disciplinas ou participando de projetos de iniciação científica, que possuem como objetivos introduzir os estudantes de graduação e de ensino médio nas atividades de pesquisa. Após esta experiência muitos alunos optam por seguir a carreira acadêmica, participando de seleções de mestrado e doutorado.

A localização geográfica certamente é um dos primeiros fatores analisados pelos candidatos ao optarem por um PPG por diferentes razões, como facilidade de transporte e minimização de gastos. Por isso as interlocutoras Maria Isaura e Nise decidiram cursar o doutorado nas cidades em que residem. E até quando escolhem ir para outros Estados, é natural que os estudantes avaliem as cidades com melhor relação custo/benefício para permanecerem até o final do curso. Tal situação é ainda mais considerada devido a atual conjuntura econômica do país, que nos coloca como um dos países com maior índice de inflação entre as maiores economias do mundo (ALVARENGA, 2022), ao passo que a diminuição dos recursos para a pós-graduação, com constantes cortes de bolsas, ocorre.

Um dado que também chamou a atenção nesta questão foi a crítica a práticas acadêmicas elitistas, que condicionaram a escolha dos PPGs. Alba afirmou que mesmo residindo em Olinda/PE, foi perdendo a vontade de cursar o mestrado em Antropologia na

UFPE por ouvir de várias pessoas próximas que tal universidade era bastante elitista, fato que diz ter comprovado ao verificar o edital do processo seletivo:

Mas sabendo que existem pessoas muito massas lá, então eu ainda tinha uma esperança na UFPE, aí eu falei... “não! Vou pra UFPB porquê... que pra mim...” eu vi o edital, eu não conhecia ninguém... fui ler as referências, sabe? Então eu vi nas referências da UFPB que era um pouco menos careta por assim dizer, pouco menos conservadora [...] Na época eu ainda fiz um balanço assim, fiz um balanço de autores, aí eu fiz quantos autores eram homens, quantos autores eram brancos, quantos eram latino-americanos, quantos autores eram estadunidenses, quantos autores eram europeus assim [...] A UFPE estava perdendo em grande maioria né... A maioria eram homens, brancos e europeus e estadunidenses, aí eu falei pronto a UFPB é minha e aí eu comecei a me interessar mais, aí eu fui e fiz a prova.

A percepção de Alba se coaduna a de uma parcela considerável dos estudantes que têm ingressado nas universidades mediante políticas de expansão do ensino superior e de ações afirmativas, implementadas nas décadas anteriores. Ao terem acesso a uma educação mais crítica, estas pessoas têm questionado o tipo e a origem dos conteúdos acessados nas salas de aula, sobretudo estudantes das áreas das ciências humanas e sociais. Na UFPB, por exemplo, não é incomum ouvir que determinados professores não trabalham questões raciais e de gênero em suas disciplinas, muito menos que utilizam bibliografia de pesquisadores do chamado eixo sul-global.

As reflexões de Ribeiro (2019) são importantes nesta direção, sobretudo quando trata do regime de autorização discursiva, que se vincula a noção foucaultiana de discurso. Dessa forma, o discurso é visto como um sistema que tem o poder de estruturar o imaginário social. Buscando romper com este regime, a autora dialoga com diferentes autoras, em sua maioria mulheres negras e algumas de países periféricos, como Grada Kilomba, Patrícia Hill Collins, Linda Alcoff e Gayatri Spivak, que adotam perspectivas teóricas e políticas que buscam demarcar a diversidade de experiências de homens e mulheres, os diferentes pontos de vista dos fenômenos e o lugar de fala destes indivíduos. É preciso entender que o lugar social ocupado por certos grupos restringe oportunidades.

Sendo assim, a problematização de um conhecimento acadêmico branco e europeu é um dos pontos de partida para ampliar as lentes sobre a realidade social. Por isso faz total sentido o posicionamento de Alba, principalmente por questionar a bibliografia adotada por um PPG da Antropologia, área do conhecimento que se afirma crítica e desbravadora dos fenômenos sociais.

De acordo com os interlocutores, os processos seletivos não variaram muito, ocorrendo a partir das tradicionais etapas de prova, análise do projeto de pesquisa e entrevista,

tanto para o mestrado, quanto para o doutorado. Em diversos programas já não é adotada a realização de provas nas seleções de doutorado, fato que não se aplica a realidade dos PPGs dos respondentes.

Em relação à estrutura dos programas e o atendimento das demandas pelos funcionários, há algumas similaridades, a exemplo da existência de salas próprias e a ausência de bibliotecas, que quase sempre é apenas a biblioteca dos centros a que os cursos estão vinculados. Em relação à quantidade de funcionários, os pós-graduandos declararam ter apenas um ou dois, com o auxílio de um ou dois estagiários, o que atesta a tendência de precarização, intensificação e extensificação das atividades acadêmicas discutidas no capítulo anterior, ampliadas com o ultraneoliberalismo do atual governo brasileiro.

Nestes aspectos as diferenças ficam por conta da USP, que possui uma sala para estudantes com computadores e sofás, e a UFMG, que tem uma biblioteca própria, “uma excelente biblioteca”, segundo Nise, além de vários funcionários, algo incomum diante dos cortes de gastos para a Educação nos últimos tempos.

De acordo com os discentes, há diferenças em relação ao atendimento das demandas. Há envios de e-mails em todos os programas, mas nem sempre com informações além de prazos e defesas, deixando de fora conteúdos como chamadas de trabalhos para revistas, processos seletivos para pesquisadores, entre outros. Nos programas de menores conceitos, principalmente, há uma reclamação acerca do estabelecimento de uma comunicação impessoal e, às vezes, ríspida, a exemplo destes relatos:

Eu acho que todos esses processos, que eu não sou a única, tem várias questões de relacionamento dentro do programa que eu acho que acabaram afetando essa comunicação, a gente tem hoje uma dificuldade, atualmente uma dificuldade com o processo de comunicação com a secretaria do PPGA [...] O que eu vivencio atualmente é uma comunicação muito travancada, é uma comunicação com dificuldade. Muitas vezes quando a gente pergunta ou vai atrás de alguma informação as respostas são com rispidez [...] Embora, haja esse fluxo de repassar por e-mail e tudo mais se tem algum evento alguma coisa assim que é solicitada pra coordenação geral eles fazem. Mas eu tenho tido dificuldades (Interlocutora Heleieth).

Olhe essa parte de gestão interna do PPGS é uma coisa que decepciona! Embora alguns professores tenham feito o esforço de tentar melhorar e... é um sistema tão amador, tão amador, tão amador, que parece que eu estou viajando no tempo sabe? Há 20 anos atrás... essa gestão do e-mail é ridícula de ruim, as informações são um monte de bobagens... eu nunca recebi informações estratégicas do PPGS, nunca! A não ser informações sobre prazos, sobre defesa, eu nunca recebi uma informação... de uma oportunidade de trabalho, divulgada pelo PPGS, uma chamada legal de pesquisa, um evento legal, então é terrível você ter uma visão de

comunidade, se você não tem esse mínimo de organização pra estimular a comunidade, pra fornecer editais etc. como eu sou representante de turma e a gente faz um esforço de compartilhar iniciativas e coisas e oportunidades interessantes! Mas é muito impressionante, inclusive os eventos e iniciativas estudantis, são boicotadas pelo programa, sabe? A gente demorou quase 2 anos pra fazer a recepção dos alunos, porque a primeira foi completamente boicotada. A gente tentou fazer um manual de sobrevivência no PPGS e a coordenação só faltou rir da nossa cara na época, “sobrevivência hahaha” sabe? Foi uma coisa terrível, tenebrosa! (Interlocutor Milton).

Olha, como é um programa muito maior eu senti mais essa questão da desorganização em alguns pontos [...] só que na UFPB existe uma centralização muito grande na coisa das resoluções, então eu chego com uma dúvida pra secretário X e diversas vezes eu recebia a seguinte resposta: “avalie na resolução, pesquise na resolução!” e isso eu acho um pouco complicado assim... eu sei que os alunos eles tem que se apropriar das resoluções da universidade, do programa e tudo mais, mas os primeiros a saber disso também tem que ser os funcionários né... na minha opinião. Então, não custa nada dizer pelo menos assim “ah, eu acredito que seja tal procedimento, mas confira na resolução” né... eu acho que isso soa muito diferente... eu percebi muito essa centralização nos documentos oficiais e em relação aos e-mails, recebo muitos e-mails informando as bancas de qualificação, de defesa, mas não me recordo muito de ter receber e-mails avisando de prazos de submissão em revista científica por exemplo, eu nunca reparei nisso, eu acho que nunca recebi... eventos um ou outro... processos seletivo (Interlocutora Sueli).

Os programas de conceitos maiores tiveram seus sites elogiados pela maioria dos discentes, enquanto os programas nota 4 receberam algumas críticas. “É um site que não é funcional pro aluno, não tem informação, é horrível!”, disse Milton. A UFMG além de ter recebido comentários positivos sobre o site, possui um aplicativo, que possibilita que os discentes realizem solicitações diversas, entre outras funcionalidades.

Este mesmo contraste foi verificado quanto à celeridade dos processos, que não ocorre nos programas com conceito mais modesto, como consta nos relatos a seguir:

Ah e sobre a questão das solicitações e processos né... não sei se tem essa rapidez toda não. Eu tive um relatório... um relatório do estágio docência que eu submeti e teria que ter tido um parecer muito mais rápido do que eu acabei recebendo. Demorou muito, demorou meses, até que eu fui falar com uma das funcionárias do programa e ela falou “não... você já era pra ter recebido!” então assim... se eu não tivesse ido atrás talvez eu tivesse tido maiores problemas (Interlocutora Sueli).

Cara, eu acho que eles são muito ruins nessa gestão, a UFPB até tem um sistema que é relativamente bom, que é o SIPAC que ele dá um status em cada processo gerado internamente, mas a gente vê isso raramente sendo usado e as solicitações dos alunos, são simplesmente não tem... por exemplo: eu sou pesquisador da gestão pública... você faz um pedido, não gera protocolo, não tem prazo de resposta, muitas vezes você tem que provocar e demora dias pra provocar, só tem 1 funcionário que todo mundo reclama,

mas ainda é melhor do que o anterior, é menos ruim do que o anterior! Então, eu nem sei como esse programa existe! (Interlocutor Milton).

Por outro lado, há também um movimento no sentido de compreender as razões dessa morosidade, visto nas declarações de Alba e Florestan, que recordam o número reduzido de recursos humanos nos programas, que acabam concentrando todo o trabalho de atender solicitações de centenas de alunos em apenas um(a) funcionário(a). Alba vai além e menciona a coordenação do curso, argumentando que professores universitários já realizam diversos trabalhos e quando conciliam com atividades de gestão, a sobrecarga fica ainda maior, especialmente num momento de avaliação dos programas pela Capes.

Nem todos os pós-graduandos souberam responder acerca dos auxílios estudantis oferecidos pelas universidades, mas entre os que contribuíram, foi possível verificar que os PPGs nota 7 dispõem de mais recursos e estrutura. Enquanto a UFPB conta com os auxílios extremamente seletivos da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), restritos aos não bolsistas, abarcando auxílios moradia, alimentação e Restaurante Universitário (RU), na UFMG “tem uma estrutura robusta de auxílio sim”, conforme o interlocutor Paulo, incluindo residência universitária bem organizada, auxílio moradia, e alimentação a preços baixos no RU para todos, podendo até chegar a gratuidade em casos específicos.

Já na USP, o funcionamento dos auxílios foi relatado de maneira mais aprofundada por Darcy, pois confessa já ter sido contemplado pelos benefícios. Menciona que existem duas formas de obter a moradia no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), a emergencial, em que o estudante fica alojado até receber a primeira parcela da bolsa, e a permanente, que pode ser solicitada após um ano de moradia na residência. Entretanto, afirma que existem muitos problemas estruturais nos apartamentos: “eu morei durante sete meses na moradia emergencial da USP que eu vou te falar, porque é um lugar difícil... é um quarto que mora quinze pessoas, quinze alunos e eles ficam nesse quarto emergencial com beliches né... então tem sete ou oito beliches e dorme cada um... um em cima e um em baixo”.

De acordo com Costa e Carvalho (2021), o CRUSP não era reformado desde a década de 90 e tem um projeto de reforma previsto para iniciar em 2021, que se estenderá ao longo dos próximos sete anos com um bloco sendo reformado de cada vez. No residencial há problemas diversos, a exemplo de vidros quebrados, que permitem a entrada de chuva; cozinhas coletivas sem gás e com vários fogões quebrados; falta de lâmpadas em alguns andares; elevadores para cadeirantes quebrados; infiltrações em vários apartamentos, entre outros.

Os pós-graduandos também foram questionados sobre a disponibilidade de recursos para a participação em eventos, que de certa forma também pode ser considerado como um auxílio ao estudante. Há uma tendência geral de diminuição e escassez, com os programas atuando de maneira cada vez mais seletiva, solicitando que bolsistas não requisitem os recursos, mas como afirma Heleieth, “ter bolsa não significa que você tenha condições de pagar por eventos”, que além de contarem com inscrições por vezes caras, envolvem gastos com passagens, hospedagem e alimentação. Além da defasagem das bolsas, sem reajuste há quase uma década, as passagens, principalmente de avião, contabilizando viagens de ida e de volta, podem ultrapassar o valor de uma bolsa, fazendo com que os estudantes precisam realizar extensos parcelamentos para quitá-las.

Apesar disso, parte dos discentes afirmaram que nunca tiveram problemas para obter acesso aos recursos e que desconhecem pessoas que tiveram solicitações reprovadas. Mesmo assim, houve relatos de que algumas vezes os recursos não foram utilizados em sua integralidade, retornando para a reitoria das universidades. Na UFPB, os recursos disponibilizados pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) são ofertados em períodos específicos do ano, além do valor de R\$ 200,00 por estudante ser muito pequeno. Conforme Milton:

[...] tem várias situações que eu já presenciei enquanto aluno do PPGS, uma delas a gente quase perde, o recurso volta, porque o programa não conseguiu medir a tempo quem queria. Teve várias situações da pessoa ir pro evento e não conseguir o reembolso desse recurso. Aí ninguém conseguia acessar, distribuía pra quem se inscreveu. A divisão desse recurso é sempre muito problemática né... quais são os critérios etc. Por exemplo, quando eu estava na Inglaterra eu fui pra um evento na Espanha, super evento internacional, sabe? Um evento de que qualquer programa incentivaria esse tipo de participação dos seus discentes né! Mas eu fiz a inscrição e não consegui o recurso!

Tal declaração dialoga com os resultados do estudo de Souza Júnior e Rego (2019), que analisaram a aplicação dos recursos do PROAP pela UFPB, que em 2014 também não foram utilizados em sua totalidade, constatando que uma mudança gerencial nos recursos realizada sem estudo e planejamento, acarretou essa devolução.

Os valores aplicados pela UFPB são ainda mais irrisórios se comparados a organização e a quantidade dos recursos disponibilizados pelos PPGs com maiores conceitos. Na UFRGS é lançado um edital que especifica o valor de R\$ 900,00 por pessoa, que cobre além da participação em eventos, trabalhos de campo. Na USP, antes dos cortes realizados pela Capes, a situação era ainda melhor, de acordo com Darcy. Havia auxílios para eventos e pesquisas de campo. No caso de eventos nacionais (R\$ 900,00) e internacionais (R\$ 1,500).

Para pesquisas de campo variava entre R\$ 1,500 e R\$ 2,700, conforme o lugar e o período da realização do trabalho.

Os requisitos para a solicitação dos recursos são bem semelhantes e consistem em carta de aceite do evento, certificado de apresentação do trabalho, comprovantes de gastos com passagens aéreas e hospedagem. Em caso de trabalho de campo, apenas as passagens de ida e volta são solicitadas.

Já os pré-requisitos para a obtenção dos títulos de mestre e doutor também são similares, abrangendo comprovante de proficiência de língua estrangeira (inglês para o mestrado, inglês e/ou espanhol e francês para o doutorado), integralização dos créditos de disciplinas obrigatórias e eletivas e realização de qualificação e defesa. O estágio docência é obrigatório em alguns programas, principalmente para discentes bolsistas. A UFMG solicita a publicação de um artigo para a obtenção do diploma, cuja produção deve ser registrada no mesmo aplicativo citado anteriormente.

Os discentes afirmaram que não existe uma pressão excessiva. Consideram que as exigências são normais, como por exemplo, os relatórios semestrais de atividades, que contém espaços para a descrição da participação em eventos e publicações em revistas científicas. Nos casos de PPGs que almejam aumentar/manter o conceito a pressão fica um pouco mais visível, mas não chega a ser um incômodo para a maioria dos discentes:

Como eu falei, a minha escolha pelo PPGA na UFPB foi exatamente porque eu senti que essa pressão ela era muito mais abrandada. Existe obviamente, existe uma necessidade de produção científica porque é necessário até pra justificar aumento na nota, principalmente agora, né... que é o ataque as ciências humanas. Então a gente, os próprios alunos se movimentam pra publicar coisas e participar de eventos pra que a gente consiga uma nota melhor na Capes, no CNPq, pra que a gente possa conseguir mais financiamento. Recurso. Existe o que eu acho muito legal no PPGA, existe uma parceria muito grande entre professores e alunos nesse sentido, sabe? Existe muito estímulo e eu não vejo como pressão honestamente falando eu não vejo como pressão, assim... eu vejo muitos professores estimulando a produção científica mas principalmente assim, por exemplo, nesse momento da pandemia, eu vi muitos professores dizendo “oh, vai até aonde você conseguir e se você não der conta, está todo mundo num período, é um momento complicado pra todo mundo, não é só pra você, é pra todo mundo... então segura aí, segura as pontas” mas mesmo assim eu vejo um movimento dos próprios estudantes de quererem publicar e de quererem participar das coisas (Interlocutora Heleith).

Sim. Como eu disse a minha visão em relação a UFPB na pós-graduação em antropologia, é uma pós-graduação que ela está ascendendo assim, pra um conceito cinco futuramente, então a gente está sentindo uma pressão maior de publicações, de grupos de pesquisas, dos estudantes entrarem num grupo de pesquisa, então... eu nunca senti essa super pressão assim de “você tem

que fazer... você tem que fazer... você tem que fazer!”, mas eu senti mais agora um pouco, de a gente receber do nada assim e-mails do tipo, vocês precisam entrar em um grupo de pesquisa pra fazer algo [...] Nessa questão de escrita acadêmica, a gente vê que não está na pós-graduação com o conceito maior assim e que poderia exigir mais disso, e acho que isso é bem sutil, porque a gente acaba não ficando tão pressionado ao escrito acadêmico como é outros e lidar com um pensamento academicista muito de pressão, assim... só que a gente entra em conflito pensando no seu programa, sabe? Porque você quer que ele cresça também, você quer que ele tenha mais bolsas (Interlocutora Alba).

Sim... então, em relação a isso a gente tem um relatório que ele tem uma pressão um pouco maior pra quem é bolsista mesmo assim, não é nada institucional e formal, mas é algo que ele se dá de uma maneira mais sutil, mas ainda sim com uma pressão muito grande, porque solta assim “ah, mas vocês tem que publicar, mas vocês tem que fazer aquilo, vocês tem que fazer isso” então a gente tem que enviar esse relatório que em alguns lugares é anual, aquele que é na plataforma sucupira, que os programas preenchem, mas ali no nosso eles pedem semestralmente, pra justamente estar acompanhando o que é que a gente está fazendo [...] e agora está tendo uma pressão um pouco maior pra que a gente possa... deva publicar os nossos resultados de dissertações e teses defendidas no programa porque isso também está contando pontos para QUALIS do programa, isso entrou recentemente, eu sou editora da revista discente, então a coordenação pressionou a gente pra pressionar os estudantes pra que consiga publicar nessa próxima edição [...] É uma pressão muito grande do nosso QUALIS vai cair, não vai ser mais sete e eles ficam pressionando a gente, enfim, é bem chato às vezes! (Interlocutora Maria Isaura).

Não há pressão institucional para publicação embora as pessoas tem tentado ajudar a gente a publicar, porque o programa precisa ter uma certa nota... tem os índices de docentes e discentes e um desses índices que a CNPq mudou é a publicação, você precisa cada vez mais publicação, né! Então não há uma pressão institucional de você precisa publicar, mas eles têm tentado incentivar a publicação porque isso depois é avaliado na Sucupira (Interlocutor Darcy).

Não tem uma pressão assim “olha, você tem que publicar!”, mas a gente todo ano tem que preencher um relatório no final do ano, que é um relatório do departamento com as suas atividades, então tem a pressão pessoal de você ter aquele negócio vazio né, você tem que preencher alguma coisa naquele negócio (Interlocutora Marilena).

Bem... essa questão de pressão institucional para publicação de artigos e produção científica eu acredito que acontece em todos os programas, a maioria deles, porque é como se mede a capacidade de produção dos programas né... quando vai se direcionar recursos, vai se avaliar programas eles medem muito pela quantidade, por mais que a gente saiba que alguns cientistas, meio que reproduzem com outras palavras artigos que eles já trabalhavam porque tem que estar com o Lattes muito bem preenchido, eu acho que isso é uma cobrança de todos né, porque não é só com os alunos, mas também com os professores do programa, porque... principalmente agora com... nessas atuais circunstâncias do governo contra os programas de pós-graduação, principalmente os de ciências humanas e muito especificamente com o nosso de Sociologia, precisa de uma boa avaliação e

a questão de avaliação é muitas vezes a quantidade de produção (Interlocutor Florestan).

A pressão se manifesta com sutileza, fazendo com que alguns deles a naturalizem, como Florestan e Heleieth, que enfatizam não só a necessidade da produção para aumento da nota e de recebimento de recursos para os PPGs, mas o ataque às ciências humanas promovido pela guerra cultural do governo Bolsonaro. Essa situação pode provocar mobilizações discentes para a publicação de artigos visando “salvar”, contribuir com os programas, a exemplo da fala de Heleieth e Darcy. Maria Isaura interpreta de forma mais crítica, talvez porque seja membro de uma revista discente e receba orientações da coordenação do curso para incentivar a produção científica dos alunos, sentindo ainda mais os efeitos do produtivismo acadêmico.

Um dos fatores mais importantes na trajetória dos discentes na pós-graduação, sem dúvidas, é a relação com o (a) orientador (a), por se constituir como um elo mais próximo, que supervisiona e contribui mais ativamente na condução de suas pesquisas. De maneira geral, as falas sobre este ponto indicam relações positivas, sem nenhum atrito considerável que inviabilizasse o desenvolvimento dos trabalhos. A maioria afirma que os (as) orientadores (as) são maravilhosos e que cumprem seus papéis de maneira eficiente, os deixando livres e sem pressão para produzir as teses e dissertações. É uma relação mais colaborativa:

Sim! A minha orientadora é maravilhosa, eu falo isso assim com total convicção, ela é uma pessoa muito gentil, uma pessoa muito sensível, os meus problemas pessoais também, então ela não me pressiona, ela conversa comigo sobre como está a minha condição, ela se preocupa muito com a minha saúde mental, principalmente nesse momento pandêmico que a gente está passando por várias situações complicadas, né? E ela é muito transparente assim... ela sempre me incentiva muito, a gente publica juntas, ela está sempre a disposição e procurando sempre atender todos os orientandos dela pra publicação. Então ela faz assim... rodízios né “ah, agora é contigo” “agora é com fulano” “eu já publiquei... preciso dar conta outra orientação” e ela tenta publicar com a gente pelo menos um artigo por ano assim, pra ajudar mesmo, ela faz coisas bem coletivas, ela nunca publica sozinha porque ela sempre chama a gente, chama até bolsista de IC (iniciação científica) pra publicar junto (Interlocutora Maria Isaura).

[...] eu tive muita sorte né... na verdade! Ela é uma pessoa, uma pessoa muito querida mesmo, desde o começo quando eu resolvi ir pra USP, eu falei quais eram as minhas condições né... por exemplo, eu precisava de uma bolsa porque eu não tinha condições nenhuma de me manter no programa, ela sabia que eu ia morar no crusp, seria difícil morar no crusp porque, a gente já tem pessoas no grupo de pesquisa que morou no crusp, então ela sempre estava ali comigo assim. Então ela sabia que eu precisava mandar meu projeto pra Fapesp a gente sentou junto, olhou o projeto, a gente olhou o que tinha que melhorar e mandou. Desde o começo ela sabia também que em

algum momento eu ia prestar o doutorado e que ia ser junto, escrevendo a dissertação e ela comprou a ideia, vamos fazer. Então ela está sempre junto mesmo, foi uma pessoa muito importante pra desenvolver a minha pesquisa, porque pra quem está vindo de fora, pra quem não é de São Paulo, que não conhece nada e chegar naquele lugar, chegar na USP, chegar em São Paulo, se não tem uma pessoa que está muito junto de você as coisas tendem a ficar infernais. Eu sei disso, porque tive amigos muito próximos com relações com orientadores bastante destrutivas... (Interlocutor Darcy).

Minha relação com o orientador é maravilhosa assim... a gente tem uma boa sintonia, até então a gente não teve nenhuma rusga, nenhuma que pudesse colocar a gente em alguma situação complicada. Logo no início da pandemia ele se preocupou muito com a gente. Ele começou a promover encontros quinzenais com os orientandos dele. Então, às vezes a reunião era só a gente chorar, falar dos nossos dramas pessoais e ele acatando... acolhendo a gente, ele falando dos deles também, então assim... não tenho o que falar do meu orientador (Interlocutora Heleieth).

Bom a minha relação com meu orientador é muito tranquila, um dos motivos que eu escolhi e que realmente aconteceu, quando eu passei a conhecer ele... é que ele deixa livre pra o orientando trabalhar, não exige muito, ele adequa, ele pede adequação com as exigências mínimas do trabalho científico, mas ele não é o tipo de orientador que exige que a produção seja de acordo com a produção dele, ele não... os alunos... pelo menos comigo isso não aconteceu de forma nenhuma. Ele deixa bastante livre, ele estimula muito a questão da produção, que a gente produza de uma forma acadêmica, mas também autoral (Interlocutor Florestan).

A minha relação com meu atual orientador é muito bacana, ele é uma pessoa que está muito interessada, quer sempre saber se eu estou bem né, me deu uma força na época que eu peguei aqueles sintomas de Covid, até hoje eu não sei de fato se eu tive ou não porque são exames muito novos que também podem ser muito falhos, mas a minha relação com ele é muito bacana [...] aquilo que eu mais gosto na minha relação com meu orientador é isso assim, ele me deixa muito livre, muito autônoma pra fazer as decisões da pesquisa, pra tocar a pesquisa mesmo com a minha cara né, isso eu realmente gosto muito. Eu me sinto menos pressionada nesse sentido (Interlocutora Sueli).

A exceção ficou por conta dos interlocutores Bertha e Milton que salientam que os (as) orientadores (as) são pessoas de boa índole, mas não consideram que estavam conduzindo adequadamente o processo de orientação. Segundo Bertha, “Não sei se é só comigo, não sei, mas eu não acho que acrescenta, digamos que.... a impressão que eu tenho é que ela só revisa o trabalho assim, sabe? E não é o papel do orientador, sei lá...”. Milton, então, demonstra bastante frustração, pois afirma ter buscado o doutorado na UFPB para estudar com o seu orientador, mas no decorrer da pesquisa diz ter sido mais prejudicado do que auxiliado:

[...] Meu orientador eu gosto e admiro, mas nunca lê meu texto com atenção, nunca me trouxe uma bibliografia efetiva sobre o meu tema, vem trazer textos de manuais de políticas públicas que eu li há 15 anos, sabe? Eu fiquei

“eu não acredito que ele está me dando esse texto” que é básico de estudante de graduação, sabe? Então eu nunca tive uma leitura crítica e decente, em uma parte da minha pesquisa ele atrapalhou literalmente porque ele me sugeriu fortemente incorporar uma determinada discussão que não era o que eu estava interessado e nem era o que... o caminho que o meu trabalho ia, então eu desenvolvi a parte desse texto, até chegar 1 ano depois e dizer... cara, eu acho que isso aqui eu não tenho interesse de desenvolver, está me travando e tal... e a gente tirar completamente, sabe?

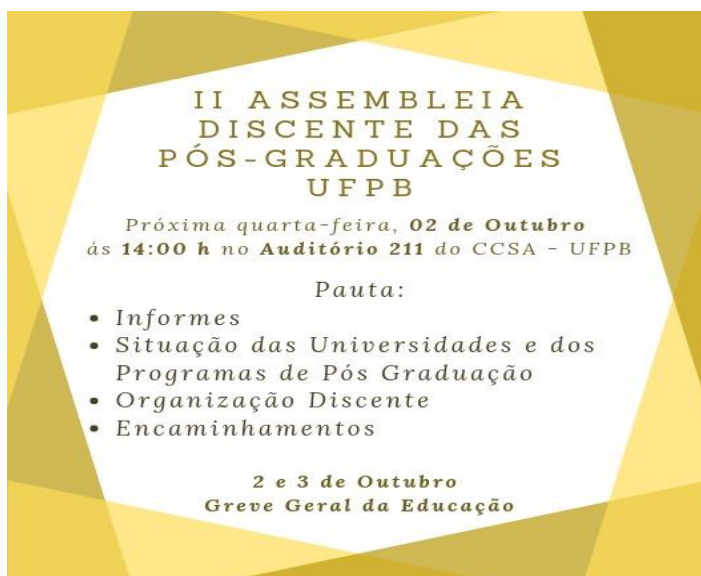
Um dado importante diz respeito à relação com os (as) orientadores (as) durante a pandemia, que poderia se caracterizar como problemática, caso não fossem consideradas as particularidades e dificuldades deste momento histórico. Fica evidente que os pós-graduandos receberam bastante apoio e foram consultados acerca do seu estado físico e mental. A declaração de Heleieth sobre a realização de reuniões com o orientador e os (as) colegas de orientação, partilhando suas angústias, demonstra que ali existiu uma relação de afeto e solidariedade entre todos.

Indo de encontro à experiência de Heleieth, a maioria dos discentes afirma haver uma integração com os colegas de orientação, tanto em relação a conhecê-los de fato, quanto à realização de reuniões e trabalhos em equipe, que envolviam produções científicas colaborativas.

Por fim, os estudantes foram questionados sobre a existência de representação estudantil nos PPGs e de iniciativas institucionais para atendimento de suas reivindicações. Todos relataram haver representação estudantil nos programas, mas desconhecem algum tipo de iniciativa das universidades para diálogo e encaminhamento da resolução das problemáticas apontadas pelos discentes. Tais dados indicam que a mobilização dos estudantes está articulada e buscando formas de enfrentamento a diminuição progressiva do orçamento público para a Educação, participando, inclusive, dos atos contra as medidas do Ministério da Educação (MEC) ocorridas em 2019. Por outro lado, evidencia que as IES estão negligenciando as demandas estudantis que só aumentam diante dos ataques ao campo da Educação.

Bertha e Maria Isaura afirmaram que na UFRGS existe a Associação dos Pós-Graduandos (APG), mas desconhecem como funciona a atuação da instituição. Heleieth fala sobre os fóruns de estudantes de pós-graduação que aconteceram na UFPB em 2019, nos quais esteve presente e reuniu estudantes de diversas áreas do conhecimento, como Educação, Serviço Social, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Física, Biologia, entre outras. Como pode ser visto a seguir:

Imagem 1: Card de divulgação de evento promovido por pós-graduandos da UFPB



Fonte: Acervo do pesquisador

Imagem 2: Registro de uma das assembleias discentes



Fonte: Reprodução/Instagram do pesquisador

Heleieth e Milton ressaltam as conquistas obtidas pelas representação estudantil:

A gente chamou o colegiado dizendo “olha, tem representação do mestrado, mas até então não tem do doutorado, a gente tem que ter pelo menos dois assentos porque são demandas diferentes, quatro anos não são dois, então a gente precisa que tenha outra representação estudantil” a gente conseguiu ampliar isso pra um de cada, né? Um do mestrado e um do doutorado com seus respectivos suplentes eu acho que é uma coisa que a gente avançou bastante e isso tudo é muito respeitado assim... tanto no colegiado quanto pelos estudantes. Os estudantes como eu já falei são muito engajados” [...] “É, eu acho que é uma coisa muito de ação e reação também! Eu acho que isso foi uma conquista. Uma conquista, porque se a gente não se impusesse quanto estudante... a gente sempre fala em coletivo, sabe? Por mais que por exemplo, a gente tenha nossa representação normalmente nas reuniões do colegiado, vai mais do que a representação, vai pessoas diversas assim... estudantes diversos. A gente vai pra escutar, a gente se interessa nas pautas, a gente vai atrás, a gente se interessa em saber o que está acontecendo exatamente porque a gente tem essa coisa de impor também a nossa presença e respeitar a nossa opinião, de dizer assim “olha, veja só” assim... por exemplo: a gente já conseguiu reverter situações importantes, sabe? E eu acho que isso é uma conquista muito legal, porque mostra como a capacidade de uma organização estudantil ela pode ser colocada na mesa assim... de tipo, “olha, vem cá! A gente tem que discutir de igual pra igual, vocês já passaram por isso aqui” sabe? (Interlocutora Heleieth).

Cara, essa é uma das coisas que eu mais me orgulho no doutorado! A representação estudantil... eu fui representante da minha turma, nos meus primeiros anos depois a representação passa pra nova turma né, mas eu continuo participando das representações, é super atuante e a gente não tem reuniões regulares, mas a gente tem reuniões quando necessário. A gente conseguiu definir por exemplo, acho que duas vitórias quando eu era representante. Uma foi de mudar o calendário do programa, porque o calendário era a bel prazer dos professores, era uma aula na segunda de manhã, outra na quinta a tarde, outra na sexta de manhã. Você que se vire pra vir três vezes, pra viajar três vezes, a gente teve uma briga lá no colegiado pra organizar esse calendário pra otimizar o dia, colocar duas disciplinas no mesmo dia, não ter tantos espaços e a outra era que as disciplinas eram também simplesmente do interesse do professor. O cara dá a mesma disciplina sempre, o cara está na sua zona de conforto e você entrava numa linha de pesquisa que não tinha disciplina ministrada nos últimos dois anos e a gente fez uma consulta com todos os alunos e perguntando quais as disciplinas que eles queriam nos próximos semestres. Em dois meses que as pessoas começaram a discutir isso a gente lançou, apresentou um relatório bem técnico, falando da amostra, da metodologia, representações gráficas e etc. que eles não tiveram pra onde definir as disciplinas de outra forma. Aí no outro ano eles se anteciparam do que a gente, foi antes da gente apresentar o formulário, mas foi um pouco dessa briga. A representação estudantil é superimportante, não é nenhuma bondade de nenhum professor porque é um requisito da Capes pra aprovação do curso de pós-graduação, nem todo mundo sabe disso! (Interlocutor Milton).

Tais relatos atestam a importância da atuação da representação estudantil como intermediadora das demandas dos discentes com a gestão dos PPGs. Atuei como representante

estudantil em 2019 e permaneci participando ativamente da representação em 2020, no epicentro da pandemia da Covid-19, que acarretou diversas consequências para a realização das pesquisas, como impossibilidade de idas presenciais ao campo. Esta demanda trouxe a necessidade de articulação a respeito da prorrogação de prazos para as defesas de dissertações e teses e também do recebimento das bolsas, garantido pela Portaria nº 55 de 29 de abril de 2020 da CAPES, o Informe nº 4 de 6 de maio de 2020 do CNPQ e a Portaria nº 54 de 22 de maio de 2020 da UFPB. Após reuniões remotas com discentes de diversas turmas, elaboramos uma carta (em apêndice), enviamos para a coordenação do curso e a discutimos numa reunião de colegiado.

Funcionando de maneira coletiva, buscando o diálogo e a participação de todo o corpo discente, a tendência é obter melhores resultados para que a experiência dos estudantes durante a pós-graduação seja de excelência, com todos os seus direitos efetivados, contribuindo para a realização de teses e dissertações de boa qualidade e com a formação de quadros para atuação na Educação e demais políticas públicas.

3.1 “O que é que eu estou pesquisando aqui, enquanto o Brasil está desse jeito?”: Saúde mental, estratégias de autocuidado e resistências diante da atual conjuntura

Como manifestei no capítulo anterior, o neoliberalismo é um modelo de organização da economia que acompanha diversas modificações na cultura e nos estilos de vida. Sendo assim, também é responsável pela produção de subjetivações, isto é, o processo de formação das subjetividades que engloba os itinerários dos indivíduos nas diferentes esferas sociais. “Neste ponto, “processo de subjetivação” é uma noção que dá conta de fenômenos contraditórios, fragmentados e heterogêneos, pois sua matriz, do ponto de vista sociológico, é multifacetada (linguagem, trabalho, poder, desejo, socialização, valores etc.) (PERRUSI, 2015, p. 141).

Foucault (1995) em sua empreitada na compreensão de como as pessoas se tornaram sujeitos, passou a analisar as complexas relações de poder imbricadas nas relações de produção e significação em que as pessoas se envolviam, focalizando instituições e saberes, como a Medicina, as prisões, os manicômios, e mais tarde, o neoliberalismo, quando a noção de governamentalidade passa a ocupar lugar mais central em sua obra.

Para o autor, o neoliberalismo realiza uma redefinição na análise das atividades econômicas, enfatizando um campo até então inexplorado, já que a economia política clássica

até aquele momento sinalizava que a produção de bens estava condicionada aos fatores terra, capital e trabalho, com este último restrito ao aspecto temporal. Tendo como premissa que: “A economia é a ciência do comportamento humano, a ciência do comportamento humano como uma relação entre fins e meios raros que têm usos mutuamente excludentes” (ROBBINS, 1962 apud FOUCAULT, 2008, p. 306), os neoliberais acreditam que a economia não partia da análise das relações entre artefatos e processos do gênero capital, investimento e produção, mas sim da análise do comportamento humano e de sua racionalidade interna, abrangendo a programação estratégica da atividade dos indivíduos.

Reintroduzir o trabalho no campo das atividades econômicas significaria indagar: Como quem trabalha usa os recursos que dispõe? E através desta questão, entender a performance das pessoas como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada e calculada por quem trabalha. É nesse âmbito que emerge a teoria do capital humano, que põe em evidência o *homo economicus*, os homens como empresários de si mesmos. Formar indivíduos com bom capital humano, os homens-máquina, requer investimentos educacionais, que dizem respeito não só ao aprendizado escolar e profissional, mas ao tempo que os pais dedicam aos seus filhos.

A biopolítica do Estado, responsável por normatizar e conduzir os campos da Educação, da Ciência e da Tecnologia, por exemplo, também ocupa um papel fundamental na conformação destes sujeitos, que vão contribuir para o pleno funcionamento deste novo estágio da sociedade capitalista. A produção destes sujeitos orientados por esta racionalidade neoliberal foi alvo da análise de Dardot e Laval (2016, p. 322), que atentam para o surgimento da figura do “homem-empresa” ou do “sujeito empresarial”, envolto por práticas discursivas e institucionais que contribuíram para a elaboração de uma rede de estímulos, comprometimentos e sanções que instauram novos funcionamentos psíquicos. “O homem neoliberal é o homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial”.

Nesta direção, destaco o conceito de governo de si, pois segundo os autores, a racionalidade neoliberal coloca as modalidades de governo para que este sujeito siga seu caminho como uma entidade em competição, que, assim como uma empresa, deve trabalhar para maximizar os seus resultados. Não à toa as ideias de performance e risco aparecem bastante nestes discursos, pois a nova subjetividade é moldada e direcionada a atuar da melhor maneira possível para atingir os objetivos diante de um mercado hostil, flexível, fluido e em constante mutação.

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 331).

A disseminação da ética da auto-ajuda, dos cursos de *coaching* e de conceitos como inteligência emocional é um exemplo do quão explícita é a utilização de categorias morais e psicológicas no discurso neoliberal. Por essa razão, Safatle, Silva Júnior e Dunker (2021) realizam uma abordagem analítica do neoliberalismo como gestor do sofrimento psíquico em duas direções: como gerador do problema, e como gerenciador, ou seja, aquele responsável por minimizá-lo e remediá-lo, já que estimula a extração da produtividade a partir do sofrimento. E quando falo remediar é em sentido estrito, pois a medicalização da vida através do consumo de psicofármacos é uma realidade constante neste modo de vida individualista que elogia o mérito e ojeriza o fracasso.

Nestes termos, as relações sociais baseadas no individualismo e na generalização da ideia de propriedade de si, constituem um dos elementos que caracterizam a crise de representação da democracia liberal, aprofundando o processo de desdemocratização, que, no Brasil, como mencionado anteriormente, ganha elementos peculiares e grotescos com a eleição de Jair Bolsonaro. O anti-intelectualismo e o negacionismo, elementos da “guerra cultural” contra os padrões de civilidade, enxergam nas universidades, locus da pós-graduação e da pesquisa científica, um campo de disputa para fazer avançar o seu projeto obscurantista.

As mudanças no ambiente acadêmico afetam os estudantes, que enxergam as universidades como um importante instrumento para a realização desse projeto de vida neoliberal, que nesta situação encontra-se num movimento contraditório, pois ao mesmo tempo que segue sendo estimulado pelo mercado de trabalho para a obtenção de um futuro melhor, é prejudicado pelo austerício neoliberal que precariza as atividades acadêmicas. Como atingir níveis elevados de qualificação, a exemplo dos títulos de mestre e doutor, se a diminuição dos recursos vem sendo institucionalizada? Tal situação provoca distintas subjetivações nos discentes, que desembocam em processos de sofrimento, autocuidado e resistência.

Quando questionados se passaram por algum processo de sofrimento psíquico durante o curso de pós-graduação, a grande maioria dos interlocutores respondeu que sim, embora apenas quatro tenham sido diagnosticados. Este resultado dialoga com conclusões de outros estudos que já vêm apontando a enorme ocorrência de processos de adoecimento mental entre

discentes de pós-graduação, como Costa e Nebel (2018). A ansiedade aparece como o principal problema, com quase todos afirmando que sofreram em algum momento, seguida de forma minoritária pela depressão. Como sintomas foram mencionados: insônia, dificuldade para dormir, excesso de preocupações, compulsão alimentar, ganho de peso e queda de cabelo e, principalmente, a perda de motivação, aparecendo em quase todas as falas, até mesmo entre aqueles que não relataram vivenciar algum processo de sofrimento:

Mas ansiedade assim eu nunca fui diagnosticada assim, porque eu nunca fui atrás assim, mas eu sou bem ansiosa esse negócio de ficar preocupada com as coisas, eu não sei termos clínicos assim, deve ter uma ansiedade que deve ser todo mundo tenha, e deve ter uma ansiedade patológica eu não imagino... imagino que deve ser uma coisa assim! [...] Mas, sim, eu sou uma pessoa ansiosa, e **essa coisa de motivação** principalmente agora nesse momento de pandemia está sendo bem complicada (Interlocutora Bertha).

Impossível não ter né, qualquer uma dessas coisas. Eu nunca fui diagnosticado, nunca fiz nenhum exame, não tomo nenhum remédio ansiolítico alguma coisa do tipo. Mas claro assim, nos momentos... agora então... nossa! Agora a ansiedade está sempre ali comigo, dificuldade de dormir, insônia, **desânimo, desmotivação**... não tem como nesse momento, estou carregando junto, né? (Interlocutor Darcy).

Então eu acho que eu sou um pontinho fora da curva aí também, porque eu não tive nada diagnosticado, nunca tive nada diagnosticado, nunca fiz terapia, nunca tomei nenhum tipo de remédio... assim, eu sei que isso é muito comum [...] Eu acho que eu ainda sou uma exceção, não tive nenhum problema assim, mas claro... **perda de motivação** é... todo dia a gente tem que achar um motivo. Todo o dia a gente tem que... se cutucar e às vezes o motivo não vêm! Tem semana que você fala que... “ah, eu não quero?” “o que eu estou fazendo aqui?” “o que eu estou fazendo da minha vida?” “Por que que eu não fui vender pipoca?” “Pra que que eu estou fazendo isso? Não tem mais concurso (Interlocutora Marilena).

Então eu tive muita dificuldade pra dormir, tive insônia, tive vontade de desistir de tudo, de dizer “vou procurar outra coisa pra fazer da vida!” e essa **perda de motivação** ela veio fortemente né! Principalmente porque a gente estava num período muito incerto com relação a muita coisa, na qual a gente não sabia o que é que ia acontecer após essa pandemia e principalmente a gente vendo que apesar do ensino ele continuar acontecendo nas universidades... principalmente porque eu tinha a intenção de ser professor universitário, então você vê muitos professores sendo demitidos, professores assumindo muito mais gente em turmas através de aula EAD, então a quantidade de profissionais foi sendo muito reduzido do quadro das faculdades, foi... começou a pagar menos as professores, a fazer eles trabalharem mais... então tudo isso que eu planejava se somava a “N”coisas (Interlocutor Florestan).

Eu sou... já venho trabalhando... tratando a ansiedade, a cerca de 6 meses na terapia, antes de entrar na pós-graduação no caso... 6 meses não... 6 anos, eu

disse 6 meses, enfim... cansado! Mas sim, isso já era uma coisa própria minha, já vinha antes da pós-graduação, mas a pós-graduação em certo período intensificou um pouco, com toda a pressão de prazo, receio, principalmente nesses finalmentes, agora com a pandemia. No início da pandemia eu não consegui escrever nada e eu estava na época de já começar a redigir a dissertação e eu travei, fiquei uns 2 meses travados [...] Dificuldade pra dormir sim! Desânimo sim! **Perda de motivação sim!** Etc sim! Eu acho que isso está meio muito intenso... eu já estava acostumado a lidar com isso em certa medida, por conta da graduação das ciências sociais... a gente não é preparado para o mercado de trabalho, a gente é preparado pra sofrer na academia, então isso não era uma coisa muito dissonante do que eu estava acostumado, mas se intensificou muito por conta da pandemia. Eu acho que teve um casamento muito propício para crises mentais e ansiedade na pós-graduação com a pandemia (Interlocutor Paulo).

Diante destas falas, sinalizo duas questões importantes: a intensificação do sofrimento psíquico durante a pandemia da Covid-19 e as expectativas profissionais negativas. A primeira questão parece ser uma consequência das medidas de isolamento social que, como refleti no capítulo metodológico, aglutina diversas relações de ordens bem diferentes num mesmo espaço, provocando cansaço e exaustão, assim como a diluição entre as fronteiras dos âmbitos pessoal, acadêmico e profissional. A enorme profusão de notícias negativas em meio a crise sanitária e econômica, que no Brasil ainda ocorre concomitantemente a uma crise política, de desajustes no pacto federativo, certamente também contribuiu para impulsionar o sofrer, principalmente considerando o fato que os interlocutores estão imersos no campo das ciências humanas e sociais e, distintamente da população em geral, possuem a reflexão sobre os problemas sociais como ofício. A segunda questão é muito presente nos processos de subjetivação neoliberais, dado que a vida é orientada para este fim, isto é, obter um bom posicionamento no mercado de trabalho em meio às acirradas relações concorrenciais. Voltarei a refletir de maneira mais aprofundada sobre isto na sequência, já que aparecerá com mais frequência em outro momento desta discussão.

Outro ponto importante no debate é a relação da bolsa com os processos de sofrimento. E nesta direção, compreendi que a incerteza sobre o recebimento dos recursos traz prejuízos à saúde mental dos discentes. Foram os casos das pós-graduandas Heleieth e Alba. Heleieth teve sua bolsa envolvida numa disputa judicial, pois um dos seus colegas de curso questionou os critérios de concessão de bolsas do PPGA/UFPB, alegando que deveria ser contemplado em seu lugar. Ela afirma ser diagnosticada e ter passado por crises de ansiedade com eventos de pânico que culminaram num quadro depressivo: “Como se eu tivesse construído um castelo e esse castelo estivesse o tempo todo sendo ameaçado”. Apresentou o

laudo médico à coordenação do PPG para que resolvessem a questão da continuidade de sua bolsa.

Já Alba, confidenciou ter vivenciado momentos bem delicados durante sua rotina na universidade ao perder a bolsa. Só não passou por provas maiores porque contou com a solidariedade da turma que a apoiou fazendo rifas e ajudando a reivindicar uma solução junto ao PPG e outras instâncias na universidade:

Quando eu perdi a bolsa, eu tive essa queda assim, eu acho que foi bem assim no começo, foi complicado, complicado mesmo, mas ao mesmo tempo eu tentei voltar ficar um pouco aqui em Olinda com a galera daqui eu tentei fazer outras atividades, sabe? Tentei..., mas eu tive que apresentar trabalho, já passei mal antes de apresentar trabalho, mas eu falei pra algumas pessoas, gente eu não estou aguentando, está sendo muita pressão, e fui buscando essas outras alternativas e aí é enfim, quais foram os sintomas? Falta de ar durante o trabalho, se trancar no banheiro para respirar várias vezes pra depois voltar, mas não falei pra ninguém, na aula tipo, sair correndo, brigar com todo mundo, puta porque as pessoas estavam com bolsa e eu não estava e ninguém estava interessado no que eu estava falando, sabe? Achando que isso era meu problema!

A importância da bolsa para conter os processos de sofrimento psíquico também foi citada, pois apesar do atendimento psicossocial estar disponível no Sistema Único de Saúde (SUS), as interlocutoras optaram por realizar tratamentos no setor privado, que não são tão acessíveis para a maioria da população: “Então eu cuido muito disso, invisto dinheiro nisso. Parte da minha bolsa também é pra terapia porque a gente sabe que não é algo muito acessível” (Interlocutora Sueli). Neste contexto, a medicalização, compreendida como um dos modos de maximização do desempenho e gestão do sofrer pela racionalidade neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016; SAFATLE, SILVA JÚNIOR e DUNKER, 2021) entra em cena:

[...] Na pós-graduação nem se fala assim eu comecei a usar alguns remédios que não são indicados, que não são psiquiátricos, só pra dar o efeito colateral do sono, tipo Dramim, Miosan, essas coisas, sabe? São fármacos que não são pra isso, não são pra dormir, mas ficam ali a mão e você acaba utilizando. Em determinado momento eu fui ao psiquiatra também porque a terapia não estava resolvendo e aí eu fui atrás de fármacos específicos pra ansiedade (Interlocutora Sueli).

Na sequência os questioneei acerca da “síndrome do impostor”, um tipo de sensação em que as pessoas têm a percepção de que não estão fazendo o que deveriam ou não estão desempenhando determinada atividade da melhor maneira. Justifico a opção por reservar uma questão específica sobre esse tema devido a sua presença constante em diversos espaços de discussão, como por exemplo, os grupos *Bolsistas Capes* e *Bolsistas CNPq* no Facebook, que

reúnem milhares de estudantes de pós-graduação brasileiros de todas as áreas de conhecimento, além de sua emergência nos debates sobre sofrimento social no ambiente acadêmico, dos quais destaco as reflexões da antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (PINHEIRO-MACHADO, 2016; 2019). Inclusive, a pesquisadora promoveu um curso de escrita acadêmica em 2020 que foi bastante comentado entre pós-graduandos, aparecendo na fala do interlocutor Milton: “[...] eu passei até por uma crise de choro, numa sequência de vídeos que foi feito pela Pinheiro-Machado [...] é um curso de escrita acadêmica, é muito legal, teve muitos vídeos legais”.

Imagem 3: Aula do curso de escrita acadêmica que abordou a síndrome do impostor



Fonte: Reprodução/Facebook do Anis - Instituto de Bioética

Praticamente todos os discentes já conheciam esta espécie de sofrimento, como também confessaram tê-lo vivenciado. A exceção foi o interlocutor Milton, que sentenciou: “Cara eu acho que a minha autoestima é muito alta pra isso, sempre me acho melhor de tudo né! Mas... sabe que eu sou de candomblé né, de orixá [...], dizem que filho de rei sempre tem um rei na barriga e na cabeça”. Todavia, no geral, houve um compartilhamento de “experiências impostoras” bastante amplo, que demonstro a seguir:

O tempo todo! O tempo todo, é uma coisa que é muito... eu acho que é isso assim... é... são posições de privilégio que embora eu seja uma pessoa cis, branca... eu sou mulher e de uma classe média baixa. Meu pai é marceneiro, então assim... eu não tenho um... muitas vezes eu me peguei pensando que... que tudo era sorte, que as pessoas tinham gostado da minha simpatia assim... sabe? Acho que hoje eu já estou no processo de superação dessa síndrome, sabe? Sem ser pessimista, olhando para os meus resultados eu hoje olho e penso assim “não Heleieth, você não é! Você produziu coisas interessantes” hoje eu já consigo me elogiar, assim... olhar para as coisas que eu produzo e dizer assim “caramba, que massa! Que texto legal!” não é porque fulana é

sua amiga, ou beltrana gostou de você... não... é porque você consegue produzir bem! (Interlocutora Heleieth).

Às vezes assim a gente se sente um pouco sentindo que não está dando conta, que não está fazendo o suficiente né... enfim... teria que desempenhar mais, melhor né! Mas eu tenho tentado ser mais generosa comigo mesmo assim, vendo que eu estou fazendo o que dá pra fazer com as ferramentas que eu tenho, emocionais e de saúde. O conhecimento que eu adquiri nesses últimos tempos e tenho evitado... cair assim nessa ideia de pensar muito sobre esse tipo de questão assim, de que “ah, eu não sou tão boa!” ou até de ler muito sobre a síndrome do impostor. Porque quando eu comecei a ler um pouco mais sobre isso eu comecei a me sentir um pouco pior, sabe? E aí eu falei “nossa”, sabe? Melhor, até conversei com a minha psicóloga, a sorte é que eu estou fazendo terapia e ela falou assim “ah, busca então não focar tanto a atenção nesse tipo de coisa assim que são imagens mais negativas, vê o que é que tu já fez, o que tu já produziu” (Interlocutora Maria Isaura).

Já passei! Passo e acho difícil não passar em qualquer momento que eu estiver nesse lugar [...] Acho, mas eu acho que quando eu digo que tem a ver com... não sei, mas quando você é uma pessoa pobre, que vem de uma família pobre e que esse lugar nunca foi um lugar pra ninguém da sua família, quando você chega nesse lugar, ele não é exatamente um lugar familiar pra você, né? Então eu não sei se em algum momento ele vai se tornar familiar pra qualquer pessoa que vem desses lugares assim... ele se torna um lugar que a gente tem que estar porque a gente sabe que vai ser importante, mas que... a gente percebe que a gente está buscando o tempo inteiro, correndo atrás das pessoas o tempo inteiro assim... do tipo, a gente pegar um texto em inglês, olhar pra ele e não conseguir dar conta e você perceber que está todo mundo do seu lado, principalmente quando você vai pra uma USP que estão ao seu lado que leem 3, 4 línguas, então existe uma tensão de estar nesse lugar que é difícil pra quem vem de situações de classe financeiras completamente desfavoráveis (Interlocutor Darcy).

A minha impostora ela é oh... fortíssima. Eu acho sim, eu acho que é muito recorrente essa sensação de que você fez um negócio mal feito. De que fez pouco, fez ruim, não leu suficiente, então tem que ser assim dia-a-dia sabe? É um trabalho diário de tentar mostrar pra si mesma que você faz, que você faz coisas, né, faz coisas. A gente acha que não, ontem mesmo eu estava revisando o que eu tenho que mandar pra minha orientadora, tinha que mandar mês passado, a gente já entrou em dezembro né... então vou provavelmente mandar hoje porque eu ia mandar até o dia 30, já burlando a minha regra de cumprir os prazos. Eu estava revisando, eu tenho 50 e poucas páginas e eu li e a minha sensação um dia é que eu não escrevi nada, dentro daquelas 50 páginas não tem nada que importa, eu olho e falo “puta que bosta!”, mas aí no dia seguinte às vezes eu olho e falo “olha, até que tem umas coisinhas legais, tem umas coisinhas boas aqui” então tem que ter esse movimento de tentar ficar lembrando do porque que eu vim aqui, porque que eu gosto de estudar isso, eu tenho que ficar fazendo isso comigo o tempo todo, sabe (Interlocutora Marilena).

Pois é... eu passei por isso... eu passo por isso né. É dessa forma que eu me sinto, às vezes eu sinto que eu não sou digna de estar cursando esse programa, e que esse doutorado não é pro meu bico... é muito forte! Eu sinto mesmo essa questão de não corresponder às expectativas, sabe? E muita ansiedade em relação... de não conseguir apresentar um trabalho do nível de

expectativa do programa e isso... como se fosse... eu gosto de usar a metáfora do *Dobermann* preto né, como se tivesse um cachorrão assim espreitando e me colocando mesmo essa pressão né, que eu tenho que dar conta, que eu tenho que trabalhar e às vezes eu vou escrever e dá uma... aquele branco né? Bloqueio na escrita. Então com certeza, essa síndrome me representa (Interlocutora Nise).

Diante destas falas, é interessante notar a presença constante de um ideal de perfeição para as atividades acadêmicas, que não é alcançado, trazendo essa miríade de sentimentos que provoca o sofrimento. As comparações com as produções de colegas e de pesquisadores renomados e a competição incentivada pelas políticas produtivistas de avaliação da produção científica implica não apenas na intensificação, mas na busca pela perfeição do trabalho científico. O problema reside na conciliação entre o aumento do ritmo, que impõe prazos cada vez mais curtos, e a confecção do artesanato intelectual, como diria Mills (2009), que exige tempo e dinâmica próprios.

Defendo que os pesquisadores cumpram os requisitos estabelecidos pelo conjunto de normas e diretrizes que regulam a produção científica, pois auxiliam a garantir um padrão mínimo de qualidade do conhecimento, mas dentro de condições que respeitem os limites de cada pessoa. A competitividade e a perfeição não precisam ser levadas a cabo, pois a saúde física e mental, e os laços de solidariedade e empatia são tão fundamentais quanto o foco e a performance para a realização de uma ciência que ofereça contribuições para a resolução dos problemas da sociedade.

Neste sentido, a ideia de compreensão e reconhecimento das limitações e qualidades das produções, levantada pelas falas, fornece pistas de que os pós-graduandos estão de certa forma resistindo ao ideal de perfeição e priorizando a saúde mental, que diante da atual conjuntura do país, necessita ser ainda mais preservada. Valorizar as dificuldades do processo de escrita e os obstáculos vivenciados durante todo o percurso na pós-graduação parece funcionar como um combustível para a sequência da jornada acadêmica.

Outro fator importante evidenciado pelos relatos é a demarcação da condição de classe dos interlocutores. As dificuldades impostas pela ausência das pré-disposições que facilitam a trajetória universitária de estudantes das classes média e alta fazem com que os pós-graduandos de classes populares desenvolvam menos a autoestima, não reconhecendo a legitimidade de suas presenças num espaço historicamente elitista como as universidades, que só nas últimas décadas puderam ser acessadas pela classe trabalhadora no Brasil. Ainda mais se for uma instituição como a USP, uma das universidades mais prestigiadas da América Latina, presente até em *rankings* mundiais de excelência acadêmica.

Em relação às percepções acerca das atuais políticas do governo brasileiro, posso sintetizar os depoimentos dos interlocutores numa diversidade de sentimentos negativos: impotência, pânico, perplexidade, angústia, desânimo, incerteza, etc.:

É muito assustador e triste assim né, a gente se sente muito desmotivados e isso a gente vê que é uma coisa assim bem constante, a gente não sabe muito bem o que fazer das nossas vidas né... por exemplo, a própria definição do programa é de não contratar novas e novos professores e a gente está vendo isso acontecer, a gente já está mais pro final do doutorado e a gente já começa a ficar pensando no futuro no que fazer, toda essa perseguição, a área cada vez mais é estigmatizada, de forma bem negativa. Pra quem vem dos estudos feministas, estudos de gênero, raciais, minorias enfim... pega mais ainda né... às vezes a gente tem até medo de publicar algumas coisas com medo de perseguição, né (Interlocutora Maria Isaura).

Porque é muito difícil você estar trabalhando uma coisa que você não sabe que... que você não tem absolutamente nenhuma certeza que daqui a dois anos você vai ter um emprego, que daqui a dois anos você vai sair do mestrado, vai entrar no doutorado, vai ter uma bolsa. Então é muito difícil assim, muito difícil! Porque isso tem muito a ver com a pergunta 23, vai desmotivando, isso vai te dando um desânimo, isso impacta diretamente na sua pesquisa né... você fica se perguntando o tempo inteiro se você tinha que estar ali, né? (Interlocutor Darcy).

É uma sensação de perplexidade, da gente não acreditar no que está vendo, no que está acontecendo. O governo que nega a ciência, vários ministros da educação que passam pelo ministério e que não conseguem ter o mínimo de proposta pra área de educação, essa perseguição ideológica aos pesquisadores, as universidades, essa tentativa de desqualificar a universidade pública, de desqualificar o pesquisador especialmente os das ciências humanas, então isso com certeza impacta (Interlocutora Nise).

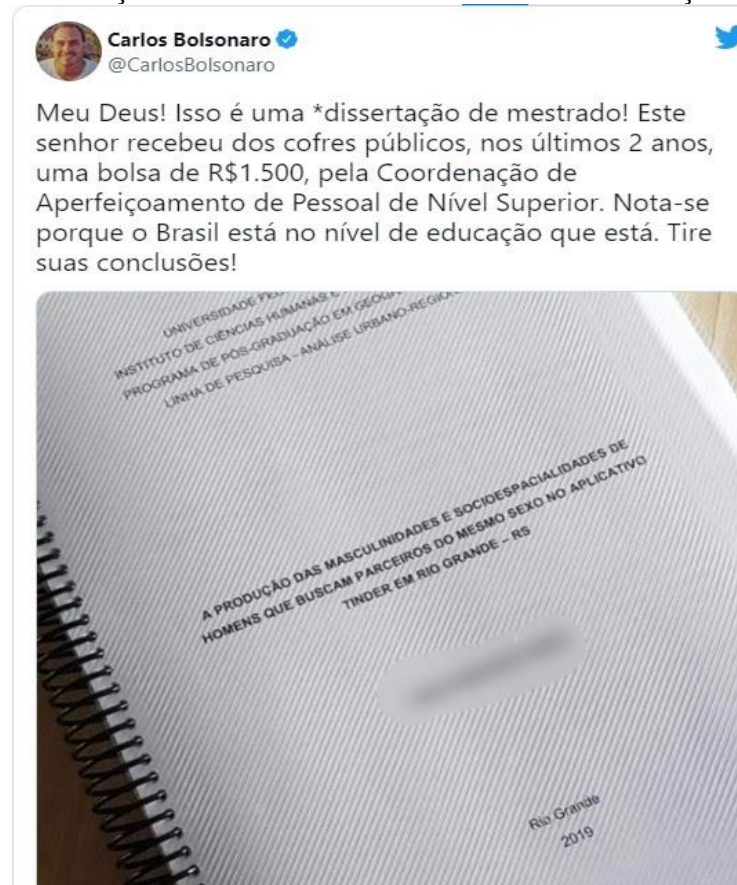
Então eu acho que a ciência está bem complicada no Brasil atualmente. Não está a mesma perspectiva de quando eu entrei na graduação que era o governo Dilma, Ciência sem fronteiras, bolsa aqui, bolsa ali... pós-graduação bombando, agora não! Agora está cada vez mais cortes, que nem você falou provavelmente seremos os últimos bolsistas do CNPq, saiu o edital de bolsas da pós-graduação daqui pro ano de 2021 e eu posso concorrer, futuro estudante de doutorado, mas as bolsas só vão ser da Fapemig e da Capes, não tem mais o CNPq e a Fapemig tá moribunda porque o governador do estado cortou verbas e verbas, e verbas e verbas dela... então... quando tinha bolsas já vinha atrasada, eu já recebi bolsas da Fapemig mesmo em tempos de vacas gordas, era meio problemático... aí vai depender só da Capes? Fica complicado, isso dá uma insegurança eu não sei como é que eu vou fazer ano que vem se eu não receber a bolsa, vamos ter que dar um jeito aí nas mirabolâncias dessa vida aí e ver o que é que rola. Um tiro no escuro? É! Saúde mental a gente tem? Não! Mas não tem outra saída (Interlocutor Paulo).

Eu acho que boa parte da minha pesquisa de doutorado, foi pensando como ela era inútil, dizendo meu Deus do céu, o que é que eu estou pesquisando aqui, enquanto o Brasil está desse jeito? Estar discutindo esse governo Federal, estar discutindo a mudança das políticas públicas, Coronavírus e o

Ministério da saúde, eu passei uma boa parte pensando “nossa! Estou falando besteira aqui!” até chegar o momento em que eu disse... não a pesquisa é importante, vamos mudar isso aqui e ali, mas é extremamente frustrante né, você não ter perspectiva nenhuma, só que você pensa que boa parte da absorção dos profissionais da nossa área são concursos de docentes que simplesmente pararam, não constroem mais nada e eu fiquei naquela... “nossa eu vou terminar o doutorado e o que é que eu vou fazer depois?” (Interlocutor Milton).

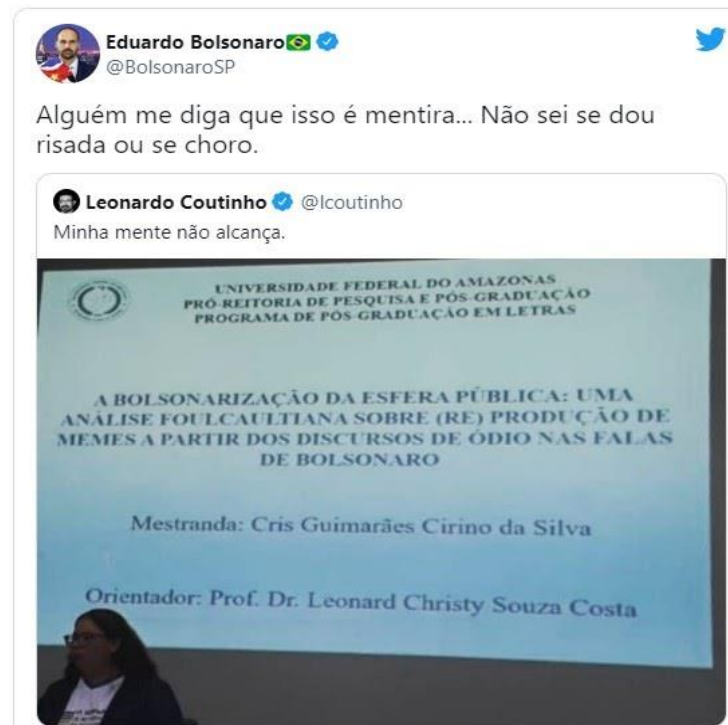
Frente a estes relatos, percebo duas questões em destaque: a perseguição às ciências humanas e sociais e as expectativas profissionais negativas. Já discuti que o anti-intelectualismo faz parte da “guerra cultural” do governo Bolsonaro contra a educação e a ciência, só que através destes relatos, consigo enxergar as minúcias dos processos de subjetivação provocados por tais políticas. No cotidiano da universidade já existe certo receio em mencionar/escrever sobre certos temas, sobretudo relacionados aos campos da política e das relações de gênero e raciais, pois as dissertações e teses ficam disponíveis em repositórios online, podendo chegar a figuras ligadas ao governo, que definitivamente não se intimidam em demonstrar publicamente o ódio a perspectivas e análises críticas dos fenômenos sociais.

Imagem 4: Publicação do vereador Carlos Bolsonaro sobre dissertação de mestrado



Fonte: Reprodução/Twitter

Imagem 5: Publicação do deputado Eduardo Bolsonaro acerca de pesquisa de mestrado



Fonte: Reprodução/Twitter

No tocante às expectativas profissionais negativas, ressalto uma noção de incerteza em relação ao futuro que prejudica o pensamento prospectivo dos pós-graduandos, isto é, torna mais difícil a realização de um planejamento pessoal, que no caso de quem dedica anos de sua vida à pesquisa científica, seria alcançar um posto altamente qualificado no mercado de trabalho, garantindo uma vida digna e um futuro confortável. A significativa diminuição de concursos para docentes nas universidades públicas foi bastante mencionada como um dos aspectos que trazem insegurança, fazendo os interlocutores questionarem suas motivações para persistir na pós-graduação e na pesquisa. Diante da diminuição progressiva dos repasses do fundo público para a educação e a ciência e de projetos como a Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que pretende limitar a estabilidade no serviço público para diversas carreiras, abrindo espaço ainda maior para cargos comissionados oferecidos por mandatos políticos, a preocupação é real e legítima, impulsionando gatilhos que influenciam os processos de sofrimento.

Esta conjuntura de instabilidade e precariedade é objeto de estudo de uma infinidade de pesquisas em subáreas como a Sociologia do Trabalho e a Sociologia das Profissões. Estudos renomados como os de Castel (1998), Sennet (1999) e Standing (2013), evidenciam que as relações de trabalho flexíveis e precárias não são apenas aquelas vinculadas aos postos menos qualificados, se estendendo a grande maioria das profissões. A precarização e o

desemprego não se constituem mais como uma exceção, mas sim como regras, ainda mais num país de economia capitalista dependente e periférica como o Brasil, onde o mercado de trabalho já foi majoritariamente construído por postos de trabalho pouco valorizados.

Em recente estudo publicado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), Neri (2021) realiza uma análise comparativa das aspirações e valores de jovens brasileiros em relação à juventude em escala global. Questionados a respeito de temas como educação, trabalho, economia, política e felicidade, os jovens brasileiros se sentiram mais preocupados e estressados em comparação com a média mundial desde o começo dos anos 2000, porém os números cresceram justamente a partir período que abrange a deterioração da “experiência cidadã” dos governos petistas a emergência do bolsonarismo: 2015-2020. Também foi verificada a baixa crença dos jovens brasileiros em ascender profissionalmente em relação aos padrões latino-americanos e globais, denotando que se trata de um problema estrutural que atinge toda a juventude, não apenas os que seguem na busca pela carreira acadêmica.

Na tentativa de superar e/ou se poupar dos processos de sofrimento, os pós-graduandos mobilizam diferentes estratégias, que visualizo em três direções: estratégias de proteção à saúde mental, estratégias profissionais e estratégias de mobilização política. Um tipo de relação ética consigo mesmo, que tais sujeitos se concedem de acordo com suas vontades e desejos, que Foucault (2014) denomina de cuidado de si.

Mas eu acho que a minha fuga foi essa, eu falar que vou suspender um pouco a minha carreira. Suspender entre aspas né... vou ficar me preparando pro inglês... [...] estudando... [...] lendo mais... eu sinto falta disso. De conseguir me aprofundar mais em leituras que eu não consegui ler, enfim que eu queria , enfim que queria. E enfim, vou suspender por um tempo, vou trabalhar e aí tentar uma seleção lá fora, porque no Brasil não dá mais, sabe? (Interlocutora Bertha)

Então, isso me afeta, mas é potência né, então eu acho que isso faz com que a organização política, mesmo que ela não seja tão política como a gente pensa na cabeça no político da gestão, da atuação ali, nesse político enfim, mas pensar nas nossas atuações diárias, nas atuações enquanto organizações sociais, enquanto movimento de pessoas, enquanto sujeitos ativos na sociedade, isso é um político também de atuação. Então isso pra mim é uma forma de estratégia, de manter um pouco a sanidade nesse momento (Interlocutora Alba).

A minha estratégia é a estratégia de acreditar que esse país não é só deles, é um país de outras pessoas, é um país de pessoas que acreditam em projetos políticos outros, e acreditar que eu fazendo isso em algum momento eu vou conseguir as coisas que eu acredito e que eu quero, então... é quase uma esperança. É viver na esperança assim, de achar que as coisas vão mudar,

que esse país não é do Bolsonaro e que algum momento as coisas vão mudar! (Interlocutor Darcy).

[...] o que sustenta, o que dá ânimo é saber que apesar de tudo ainda sim as pessoas e as situações elas precisam ter essa visibilidade, principalmente em um momento em que a existência delas é muito combatida, então realmente a gente precisa mostrar e defender essas pessoas. Mostrar que essas pessoas existem. Não pode recuar nesses momentos, sabe? (Interlocutor Florestan).

Eu cogitei muito sair do país, eu fiz intercâmbio acadêmico [...] na época da graduação, fiquei 6 meses em Portugal, num curso de relações internacionais na Universidade de Lisboa e eu estava muito afim de vazar pra lá, eu queria até tentar o mestrado lá, mas por intercorrência da saúde da minha mãe e tal, eu resolvi ficar e por um acaso o pessoal do Gestrado¹⁷ do grupo tinha muita proximidade com a universidade de Lisboa! A gente fez muita coisa grande em conjunto com eles. Essa é uma possibilidade, às vezes um doutorado sanduíche de estar lá, porque é difícil pensar em carreira acadêmica aqui. Muito disputada e até criar condições pra conseguir disputar uma vaga em uma universidade federal eu tenho que ralar muito e eu não sei se eu tenho oportunidades e condições pra conseguir me sustentar até o ponto de poder ralar pra poder entrar no negócio, sabe? (Interlocutor Paulo).

Algo que eu comecei a fazer é pensar em alternativas pra além da academia que eu comecei a adotar como estratégia até pra eu não me desmotivar, porque eu me peguei pensando... “bom, estou aqui passando por isso né... estou vivendo esse momento, eu não sei o que vou fazer daqui a dois anos quando eu concluir... o cenário ele é muito ruim em vários aspectos, né? É um cenário de grande fechamento da nossa área, de cursos de ciências sociais aqui próximos sendo fechados né... onde que a gente vai trabalhar? O que é que a gente vai fazer da vida? E aí eu comecei a redesenhar atuações que fossem pra além dessa ideia da academia né, comecei a pensar como eu posso me inserir dentro do mercado pra ter um trabalho, porque eu não vou ter esse tempo que algumas pessoas vão ter de ficar anos estudando pra um concurso público pra depois passar, porque realmente as condições socioeconômicas não me são tão favoráveis, né? (Interlocutora Maria Isaura).

Minha estratégia é muitas vezes não ver jornal, às vezes semanas sem ver o jornal, sem redes sociais também! É uma estratégia muito positiva. Porque as redes sociais gastam uma energia mental muito grande! Quando você vai fazer atividades você já está cansado mentalmente porque já passou o tempo ali, mas o governo atual é aterrorizante né? (Interlocutor Milton).

Esse processo do governo federal de Jair Bolsonaro... é muito complicado porque tenho vários amigos que entraram num processo de depressão muito pesado depois que ele se elegeu... então eu fui percebendo que eu talvez estivesse se encaminhando pra esse processo se eu continuasse indo buscar, ir atrás de notícias e informações sobre o que ele deixava de fazer ou fez. Então eu preferi pra minha saúde mental, deixar de acompanhar. Uma outra coisa também é que eu desativei... desativei não... desinstalei do meu celular o Facebook (Interlocutor Anísio).

¹⁷ Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (UFMG). Ver: <<https://gestrado.net.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Entre as estratégias de proteção à saúde mental, evitar o acesso às redes sociais na internet e o noticiário ocupam destaque. Confesso que durante toda a minha trajetória no mestrado, o período que mais estive bem foi justamente quando resolvi desativar o Facebook e o Instagram e não acompanhar mais jornais televisivos, nem sites de notícias. Por isso me identifico com estas estratégias, que embora tenham me deixado mais desinformado e alheio a conjuntura, também me fizeram mais feliz. A quantidade de informações negativas desde a ascensão de Bolsonaro ao poder é tamanha que normaliza certos absurdos. Evitar ou deixar adormecida a indignação é importante para frear os processos de sofrimento.

Em relação às estratégias profissionais, o natural posicionamento de adaptação ao mercado de trabalho, citado pela interlocutora Maria Isaura, acompanha as intenções de sair do país. É uma tendência que já vem ocorrendo nos últimos anos, coincidindo com a diminuição do orçamento para a educação e pesquisa desde a promulgação da PEC 95 em 2016. Denominada pelas abordagens da mídia hegemônica como “fuga de cérebros” (SILVEIRA, 2020), mestres e doutores estão cada vez mais buscando oportunidades fora do Brasil, seja no campo da pesquisa científica ou no mercado de trabalho tradicional.

Já no campo das estratégias de mobilização política, enxergo um horizonte de esperanças em meio a tantos acontecimentos nocivos. As expectativas por dias melhores se constituem como força motriz para o embate político, que pode ter como consequência a mudança social. É uma potência, como afirma Alba. E não podemos recuar, em concordância com as percepções de Florestan, que entende que precisamos defender as minorias neste momento, em que são um dos grupos sociais mais afetados pela ação do Estado.

Por fim, temos o último eixo da discussão, que se refere ao debate sobre a saúde mental no PPG e as resistências dos discentes. Nessa questão percebo que há diferenças entre as experiências de acordo com os PPGs, pois instituições detentoras de maior renome e prestígio, aqui representadas pela USP e pela UFMG, estão mais avançadas acerca da importância de zelar pela saúde mental dos estudantes, promovendo discussões e oferecendo serviços, mesmo que pontuais, neste sentido:

Porque a universidade, esse é um ponto assim, ela não tem muitos serviços psicológicos pra gente né! Eu já ouvi falar, que já teve casos de colegas que realmente tiveram problemas muito graves assim, psicológicos e o máximo que o PPG fala é “procura um atendimento, a gente te dá uma licença de seis meses se foi o caso, né!”, mas se encerra um pouco nisso [...] Eu tive que dar aula no estágio docente, eu tive um ataque de ansiedade, eu vomitei, fiquei super nervosa né... então... e aí eu mandei mensagem pra uma colega [...] e ela conversou comigo, ela disse “não... te acalma! Vamos lá” e tal... então a

gente vai fazendo um pouco isso, porque na estrutura do programa é aquilo, é uma coisa individualizada, te vira, sabe? (Interlocutora Maria Isaura).

E eu acho que realmente que deveria ter algo institucional pra combater ou pelo menos ajudar essas pessoas nesse enfrentamento. Mesmo que... eu realmente acho que isso é um pouco de tabu, as pessoas muitas vezes tem dificuldades de dizer que não estão conseguindo porque as pessoas associam muito isso a incompetência, incapacidades e poderia realmente ter uma ajuda do programa, da universidade, do centro acadêmico, de qualquer coisa, de acompanhamento psicológico pra ajudar essas pessoas (Interlocutor Florestan).

Bom, existem discussões sim sobre a questão da saúde mental do estudante, inclusive no contexto de pandemia. O programa... eu não sei se foi uma iniciativa do próprio programa ou da representação discente, mas teve um momento de debate dessas questões. Eu não pude participar porque era um horário que eu estava dando aula, mas aconteceu. Tem um canal de escuta que é bastante interessante, que é de discente pra discentes... são pessoas que se dispõe a ouvir os colegas que estão se sentindo pressionados ou angustiados... bem bacana e eu acho que existe sim uma rede de apoio e uma rede de proteção. Que a gente sabe que é um momento difícil, existem vários casos de suicídio em estudantes de pós-graduação. Teve um caso de suicídio no programa, eu não sei se foi motivado pelas próprias questões da pós-graduação, mas eu vejo o pessoal do programa bem atento a isso (Interlocutora Nise).

Olha na minha concepção eu acho que se existe... poderia ser muito mais. Mas eu acho que ela nem existe, essa política de enfrentamento aos danos da saúde mental dos discentes... não! Eu acho que pelo menos no meu programa isso não exista, nem mesmo no setembro que é o mês dedicado a essas questão de suicídio, eu nunca vi assim, pode até ter tido algumas iniciativas nesse sentido, mas eu nunca percebi, nunca achei que fosse uma preocupação específica do programa “ah como está a saúde mental dos nossos discentes diante de alguma determinação que está existindo” (Interlocutora Sueli).

Eu acho que é muito pouco ainda, sabe? Se funcionasse tão bem, não tinha tanta gente pirando, tem? Tem! Assim... por exemplo na Faculdade de Psicologia, recebe os alunos gratuitamente, tem um programa lá pra você fazer um atendimento gratuito, eu nunca fui atrás e não sei como funciona, mas eu sei que existe, às vezes tem alguns eventos, já tiveram alguns importantes, tipo... de pessoas que ficaram mal mesmo e se recuperaram e foram falar, mas eu ainda acho que foram muito pontuais, eu acho que tinha que ter mais [...] Acho que a palestra que eu assisti, por exemplo, era de uma moça branca, bem-nascida, entendeu? Eu acho que poderia ir além. Poderia ter também das pessoas que entraram na universidade em outras condições, né? Que eu acho que aí tem um... tem um adendo aí maior ainda. As pessoas que têm grandes problemas financeiros, problemas de preconceito racial ou de homofobia, enfim... eu acho que tem outras pessoas que precisam ter mais espaço pra falar sobre isso na universidade, eu acho! Eu acho que ainda, mesmo que ainda exista, está um pouquinho, mesmo isso ainda é um pouco elitista, eu acho, sabe? (Interlocutora Marilena).

Bom, isso tem sido debatido na USP desde 2017, teve um seminário chamado “Saúde mental na pós-graduação” porque aconteceu... na USP vira

e mexe acontece das pessoas se suicidarem [...] E aí aconteceu esse seminário em 2017, eu não estava, mas meu amigo que estava me contou e ali se começou a discutir saúde mental na pós-graduação. Ainda não há... eu não sei se há alguma ação de enfrentamento institucional da USP como um todo, eu sei que do programa não há ainda... ainda não há uma ação institucionalizada de como trabalhar isso dentro de um programa de pós-graduação de antropologia, isso não há. Mas as discussões, vira e mexe são feitas (Interlocutor Darcy).

Pois é, no programa não! Na universidade têm! Sempre tem lá umas palestras, eu vejo até na graduação, na estatística assim, eu vejo uns e-mails né? Então tem sempre assim... [...] grupos de apoio entre os graduandos e tal... isso é bem comum. Na pós-graduação em si mesmo não tem. Na verdade, eu até vejo assim, muitos colegas meus falando assim “isso é muito exagero ficar falando sobre essas coisas” e é meio, é um tabu porque na verdade eu sei de vários colegas meus que tem problemas de saúde mental, de depressão, de tomar remédio forte, mas a gente não... não se fala muito nisso, é um tabu ainda, né! Talvez muito por essa questão de ter que fingir que tu... nessa questão da competição né... tu ter que fingir que tu não tá... [...] tu não é uma pessoa fraca... é não demonstrar fraqueza (Interlocutora Bertha).

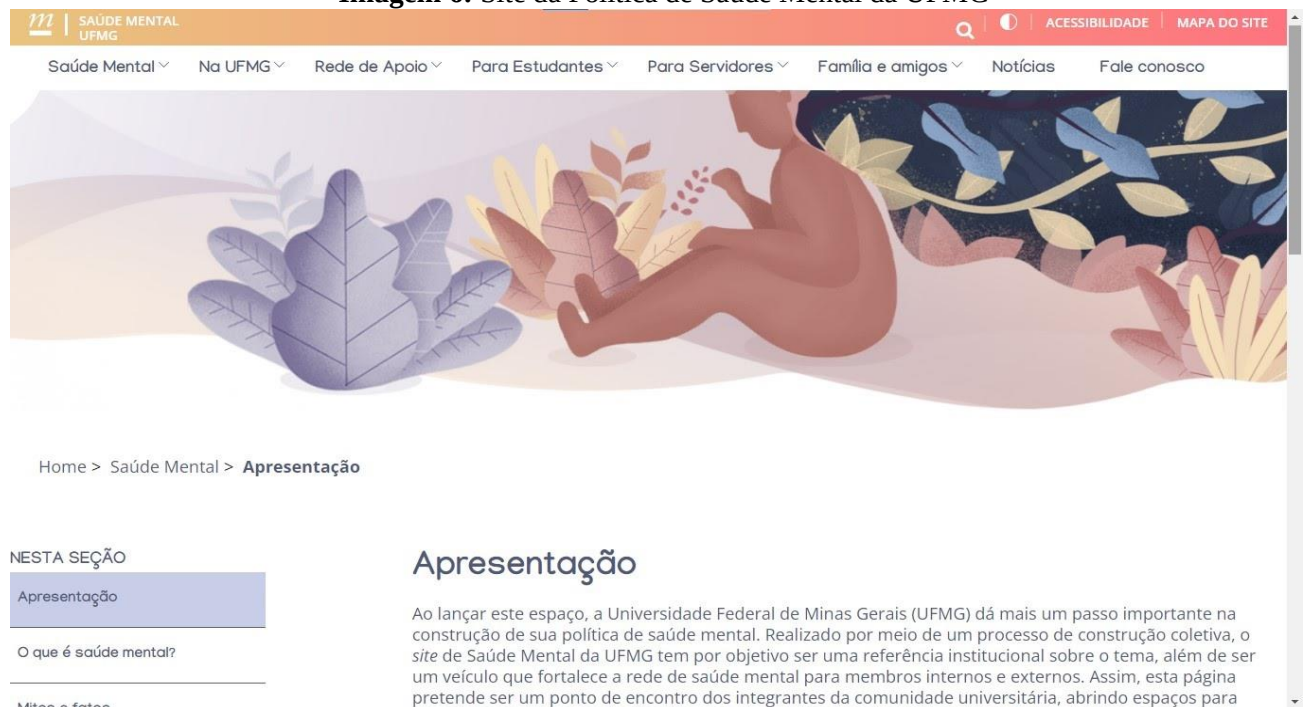
Nestes discursos percebo que os valores próprios da racionalidade neoliberal, como o individualismo, a maximização do desempenho e a competitividade são tabus que funcionam como entraves para que haja um consenso sobre a necessidade de uma política institucional de saúde mental nas universidades públicas. A dificuldade dos discentes em assumir que vivenciam processos de sofrimento psíquico decorrentes do modo de organização da pós-graduação prejudica o avanço do debate sobre a questão, que não chega com força suficiente às instâncias decisórias das universidades, mesmo que os relatos de casos extremos como os de suicídios evidenciem que se trata de um problema de saúde pública que demanda intervenção estatal.

Entre as instituições que vêm discutindo a saúde mental dos estudantes há mais tempo, parece haver uma superficialidade que impede que as iniciativas sejam mais contundentes. O relato da interlocutora Marilena é emblemático, pois de que adianta realizar eventos para difundir cases de superação, que em muitos casos, se assemelham a palestras de *coachings*, se não contemplam experiências que dialoguem com a diversidade do corpo docente da universidade? Pessoas negras, periféricas e LGBTQ+ possuem vivências atravessadas por diferentes tipos de violência que imprimem especificidades aos seus processos de sofrimento. Não à toa, no âmbito das políticas de saúde, existem a *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* e a *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*.

Na UFPB algumas ações e projetos em caráter de extensão têm surgido nos últimos anos, mas ainda muito tímidos, não possuem o investimento e a divulgação necessários para serem reconhecidos pela comunidade acadêmica, tanto que nem sequer foram mencionados pelos interlocutores. Acredito que as pró-reitorias de pós-graduação deveriam realizar uma série de pesquisas e debates com vistas na elaboração de uma política de atenção à saúde mental nas universidades, que dialogue com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), fazendo valer a intersectorialidade, tão valorizada no âmbito das políticas públicas sociais.

A experiência da UFMG parece ser exemplar. Diante dos relatos de Nise e Paulo, busquei informações no site da instituição, que possui uma política de saúde mental com princípios e diretrizes, cujo histórico, ações, eventos e canais de acolhimento estão muito bem detalhados num site próprio, como demonstro a seguir:

Imagem 6: Site da Política de Saúde Mental da UFMG



Fonte: <<https://www.ufmg.br/saudemental/>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Para encerrar este debate, trago as percepções acerca das resistências diante da conjuntura, que vão de ausência de reações a experiências coletivas, que expressam a força das relações de solidariedade entre os pós-graduandos que ganharam ainda mais ênfase durante a pandemia da Covid-19:

Logo no início da pandemia existiu um impulso de permanecermos em aula e aí a gente puxou essa discussão entre os estudantes [...] a gente fez uma carta né mostrou que não fazia sentido, a gente pontuou a questão de saúde mental a gente falou sobre como o programa poderia reunir estratégias efetivas de minimizar esses impactos em termos de saúde mental, a questão

das mães solo, sabe? Que tem dentro do programa e a gente não pode desconsiderar isso, é uma realidade muito diferente. É uma realidade de quem tem crianças dentro de casa... eu não sei o que é isso... quer dizer... eu tenho alguns, alguns... como é que chama... alguns demonstrativos com o meu sobrinho que está em casa, demanda muito mesmo. Criança é uma coisa que demanda e eu fico pensando nessas mães solo, e a gente fez essa menção, sabe (Interlocutora Heleieth).

Hoje o observatório tem cerca de 50 pessoas [...] sendo 3 professores. 3 a 4 professores, as demais são todas estudantes, então assim, eu acho que é uma questão muito prática. A gente consegue através das ações do observatório ter efetividade, né! Então, tem sido feito ação com os ciganos, quilombolas, então tem tido efeito prático na vida das pessoas e isso faz com que os estudantes se mantenham também ligados de alguma maneira a não só as produções científicas, sabe? Mas a uma ideia de sociedade, sabe? Uma sociedade melhor, mais justa e igualitária como a gente pensa (Interlocutora Heleieth).

Olha é difícil porque está todo mundo um pouco distante, mas os alunos estão discutindo estão em contato dentro das suas turmas, mas o coletivo dos representantes continua discutindo e continua trazendo questões... inclusive a minha turma específica de 2017 está marcando agora uma reunião, estou até acompanhando aqui, entre... ou vai ser quinta ou vai ser sexta... está tendo uma votação aqui entre quinta e sexta, entendeu? Então a gente está discutindo sim, está discutindo prazo, está discutindo apoio, a gente tem grupos de autoajuda digamos assim de demanda coletiva, grupos de apoio pra tentar sobreviver (Interlocutor Milton).

Então eu percebo que agora, ultimamente o pessoal está se colocando muito pouco! Está se indignando muito pouco e não se tem nenhuma ação fora da universidade, nenhum grupo de estudo se quer organizado pelos próprios estudantes para debater a conjuntura ou ver formas de sair dessas situações, de organizar uma espécie de plano de ação né... uma espécie de plano de ação... não se tem! É cada um por si! (Interlocutor Anísio).

Ressalto nesses relatos uma das iniciativas mais relevantes que tenho visto na UFPB nos últimos anos: o Observatório Antropológico. Reunindo pesquisadores de várias áreas das ciências humanas, articula ações de ensino, pesquisa e extensão para identificar problemas sociais ocasionados pela pandemia da Covid-19 e auxiliar nas suas resoluções. Além da confecção de conteúdos textuais e audiovisuais, como reportagens, informes, boletins e *podcasts*¹⁸.

¹⁸ Ver: <<https://www.observantropologia.com/>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer esta pesquisa foi um enorme desafio. Não apenas pelas dificuldades já conhecidas da escrita acadêmica, em que o pesquisador necessita ler uma infinidade de textos e realizar pesquisas de campo, para no fim sistematizar todo o conhecimento num produto que pode ser artigo, ensaio, monografia, dissertação ou tese. Mas também por escolher descortinar todos os processos de sofrimento que passei a partir do momento que adotei a autoetnografia como metodologia.

A pandemia da Covid-19 foi um divisor de águas para o trabalho, águas com ondas bastante furiosas, pois influenciaram diretamente não apenas a mudança do meu objeto de estudo, dada a inviabilidade da pesquisa anterior que demandava um campo presencial, mas a mudança de orientador, de linha de pesquisa, de metodologia, e principalmente, da maneira como passei a enxergar o fazer científico. Acidentes de percurso fazem parte do caminho, impondo uma tomada de decisões e ajustes que revelam o caráter dinâmico da produção de conhecimento.

Espero ter correspondido ao tentar produzir uma escrita criativa que, ao demonstrar as minhas vulnerabilidades, possa provocar um sentimento de identificação e empatia nos leitores que, muito provavelmente, serão outros pesquisadores interessados nas problemáticas da sociedade.

Há cerca de quase três anos vivemos sem ter um dia de paz nesse país. São muitos ataques em variadas frentes, que vem desestruturando as políticas públicas e os direitos sociais e nos fazendo refletir: “O que estamos fazendo aqui?”, “Onde esse país vai parar”. No âmbito da educação e da ciência, áreas essenciais para o avanço do projeto obscurantista do governo Bolsonaro, que traça uma “guerra cultural” contra os valores republicanos e civilizatórios, persistir fazendo pesquisa é de uma coragem imensurável, pois sofremos pesquisando, sofremos resistindo bravamente à normalização do absurdo, a revisionismos históricos, à perseguição contra as minorias, etc.

Neste sentido, defendo que a pesquisa trouxe algumas contribuições relevantes para entender este cenário. Ao traçar um breve panorama do desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil, ofereci algumas pistas para a reflexão de como foi possível chegar a situação atual, sempre contextualizando os acontecimentos das políticas de educação e ciência com a conjuntura mais ampla. Percebo que dadas às particularidades de cada governo, a racionalidade neoliberal e seus efeitos na produção de relações concorrenciais sempre estiveram ali em maior ou menor intensidade.

A pesquisa também se mostrou reveladora dos diferentes processos que perpassam pelo sofrimento psíquico na pós-graduação: do diagnóstico à medicalização, da apatia à luta política, das expectativas para o futuro às incertezas do presente. Ansiedade, depressão, perda de motivação, desejo de sair do país, estratégias de reposicionamento profissional, mobilização contra medidas dos programas e do governo, enfim, um conjunto de sentimentos, comportamentos e atitudes difíceis de analisar.

Talvez nunca tenha sido tão intenso vivenciar a pós-graduação no Brasil, por isso situações tão distintas apontam para a complexidade desse objeto. Torço pra que outros pesquisadores sigam analisando a comunidade acadêmica, dos estudantes de graduação até a pós, focando o trabalho docente também, ainda mais diante de uma pandemia que disseminou o uso do EAD na educação em todos os níveis.

Depois de analisar tantos processos negativos, não sei se devido à felicidade e a satisfação pela conclusão desta caminhada, prefiro enxergar uma luz ao fim do túnel e concordar com as palavras do interlocutor Milton: “Ao mesmo tempo dá um pouco de esperança, eu acho que essa tempestade vai passar e a reconstrução do Brasil vai precisar de gente qualificada”.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, jun., 2009, pp. 107-122.

ALVARENGA, Darlan. IPCA: inflação oficial fecha 2021 em 10,06%, maior alta desde 2015. **G1**, 11 jan. 2022. Economia. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/11/ipca-inflacao-oficial-fecha-2021-em-1006percent.ghtml>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil - a expansão privado-mercantil. **Revista Interdisciplinar de Educação Superior**, Campinas, v. 1, n. 1, jul./set., 2015, pp. 86-102.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BERMUDEZ, Ana Carla. **Sem provas, Weintraub diz que federais têm plantações extensivas de maconha**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/22/weintraub-ha-plantacoes-extensivas-de-maconha-em-universidades-federais.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. “Reféns da produtividade”: sobre produção do conhecimento. saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, 30, 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: 2007. pp. 1-16.

BIMBATI, Ana Paula; VALENÇA, Lucas. Com menos barulho, Milton Ribeiro deixa MEC mais bolsonarista que Weintraub. **Uol**, 16 mai. 2021. Educação. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/05/16/milton-ribeiro-mec-mais-bolsonarista-weintraub.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. São Paulo: Ed. Unicamp/Ed. Unesp, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010.

_____. **Portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016**. Dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473>. Acesso em: 12 out. 2021.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./out./nov./dez., 2003, pp. 5-15.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Parceria público-privada na gestão da universidade pública brasileira. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v.33, p. 311-324, mai./ago., 2009.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. **Ser Social**, Brasília, v. 21, n. 44, jan./jun., 2019. pp. 134-151.

COSTA, Everton Garcia da; NEBEL, Letícia. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis**, Revista Latinoamericana, n. 50, p. 207-227, 2018.

COSTA, César; CARVALHO, Pedro. USP reformará o Crusp, sua moradia estudantil, sem obras desde os anos 90. **Veja São Paulo**. Cidades. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/crusp-usp/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CUNHA, Luana Santos. “A deficiência já limita, não posso limitar minha sexualidade”: **Um estudo sobre corpo e sexualidade a partir da Paralisia Cerebral**. 2020. 160 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESTÁCIO, Letícia Silvana dos Santos; ANDRADE, Wemylinn Giovana Florêncio; KERN, Vinícius Medina; CUNHA, Cristiano José de Castro Almeida. O produtivismo acadêmico na vida dos discentes de pós-graduação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, jan./abr., 2019, p. 133-158.

FARIA, Louise Scoz Pasteur de. **Etnografia na pandemia: algumas experiências de trabalho de campo**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/etnografia-na-pandemia-algumas-experiencias-de-trabalho-de-campo-1>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 13, 2005, pp. 155-161.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, Andreza Cristina Souza Paula; FERENC, Alvanize Valente Fernandes; WASSEM, Joyce. Trabalho docente e avaliação da Capes: estranhamento e naturalização. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n.4, out./dez., 2018, pp. 1321-1341.

FONSECA, Cláudia. Avaliação dos programas de pós-graduação: do ponto de vista de um nativo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, dez., 2001, pp. 261-275.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.

_____. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A história da sexualidade 3**: o cuidado de si. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Heitor Luiz; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Avaliação da pós-graduação no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 19, n. 1, jan./abr., 2014, pp. 15-23.

GRUPO DE PESQUISA TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS. **Dossiê sobre o Programa Future-se do Governo/MEC e as implicações para a universidade/sociedade**. Salvador: UFBA, CRH, 2019. Disponível em: <<https://gtfuturese.paginas.ufsc.br/files/2019/08/Dossie%CC%82-FUTURE-SE-ufba.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

KALIL, Isabela Oliveira. “Gender ideology” incursions in education. **Sur** 29, v. 16, n. 29, 2019, pp. 115-123.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: Future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

MAIS de 30% dos reitores escolhidos por Bolsonaro não eram os mais votados. **Metrópoles**, 19 set. 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/mais-de-30-dos-reitores-escolhidos-por-bolsonaro-nao-eram-os-mais-votados>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil - 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v.20, n. 60, jan-mar, 2015, pp. 32-50.

MATTOS, Valéria de Bettio. **Pós-Graduação em tempos de precarização do trabalho**: um estudo sobre o alongamento da escolarização entre os mestrados da UFSC. 165 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. pp. 14-24.

_____. A desdemocratização e seu rastro. **Comciência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, Campinas, n. 226, mai., 2021. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/a-desdemocratizacao-e-seu-rastro/>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mulheres são maioria entre bolsistas de mestrado e doutorado no Brasil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/225-noticias/sistemas-1375504326/86161-mulheres-sao-maioria-entre-bolsistas-de-mestrado-e-doutorado-no-brasil?Itemid=164>>. Acesso em: 12 out. 2021.

NERI, Marcelo (coord.). **Jovens**: percepções e políticas públicas. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom et. al. (orgs.). **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília, Pequim: IPEA; Social Science Academic Press/SSAP, 2016, v. 1, pp. 95-124.

PARANHOS, Adalberto. **O roubo da fala**: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.

PAULANI, Leda. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo? **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 20, jan.-jun., 2017, pp. 135-155.

PENA, Rodolfo Alves. Consenso de Washington. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em: 15 set. 2020.

PEREIRA, Fabiana Santos; ROCHA NETO, Ivan. Ações afirmativas: quem são os discentes da pós-graduação no Brasil? **Educação, Artes e Inclusão**. v. 15, n. 4, out./dez., 2019, pp. 105-127.

PERRUSI, Artur. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos. Saúde mental e individualidade contemporânea. **Tempo Social**, São Paulo, v. 27, n. 1, 2015, pp. 139-160.

PIMENTA, Alessandra Giuliani. **(Des)caminhos da pós-graduação brasileira: o produtivismo acadêmico e os seus efeitos nos professores pesquisadores**. 2014. 324 p. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. Introdução: Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (orgs.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. pp. 9-24.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. A guerra na educação piora a já frágil saúde mental nas universidades. **The Intercept Brasil**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/10/14/guerra-universidades-piora-saude-mental/>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

_____. Precisamos falar sobre a vaidade na vida acadêmica. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/precisamos-falar-sobre-a-vaidade-na-vida-academica/>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PINTO e SILVA, Eduardo. Trabalho e subjetividade na universidade: por uma visão global e multifacetada dos processos de adoecimento e sofrimento. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 14, jan., 2020, pp. 1-30.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. São Paulo: Pólen/Sueli Carneiro, 2019.

RIBEIRO, Marlene. Até quando continuarão públicas as universidades públicas? **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 51, 2015, pp. 2-21.

RIGHETTI, Sabine; GAMBA, Estêvão. Na pós-graduação, mulheres são maioria entre estudantes mas minoria entre docentes. **Folha de São Paulo**, 12 mar. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/na-pos-graduacao-mulheres-sao-maioria-entre-estudantes-mas-minoria-entre-docentes.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2021.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). Introdução. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. pp. 9-13.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SENETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SGUISSARDI, Waldemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **O trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

_____. Universidade Pública no século XXI: Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco - Revista de Educación**, n. 23, jun., 2013. pp. 119-156.

SHIRKY, Clay. **Cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton Henrique Eleutério. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020.

SILVA, Daniel Neves. Governo Collor. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-collor.htm>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SILVEIRA, Evanildo da. Fuga de cérebros: os doutores que preferiram deixar o Brasil para continuar pesquisas em outro país. **BBC News Brasil**, 18 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51110626>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, Sérgio Henrique et al. **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. pp. 307-321.

SOUZA, Jessé. A tese do patrimonialismo: a demonização do Estado corrupto e a divinização do mercado como reino da virtude. In: SOUZA, Jessé et al. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. pp. 73-88.

SOUZA, Katia Reis et al. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 11, 2017, p. 3667-3676.

SOUZA JÚNIOR, Luiz de; REGO, Débora Lopes. Aplicação dos recursos do PROAP na UFPB: um estudo de caso. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 13, 2019.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, 1993.

TENENTE, Luiza. Milton Ribeiro: veja 6 frases do ministro da Educação e entenda porque elas foram questionadas. **G1**, 23 ago. 2021. Educação. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/23/milton-ribeiro-veja-frases-do-ministro-da-educacao-e-entenda-por-que-elas-foram-questionadas.ghtml>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

UNIVERSIDADES de todo o país são alvos de ações policiais e da justiça eleitoral. **Folha de São Paulo**, 26 out. 2018. Cotidiano. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/universidades-de-todo-o-pais-sao-alvo-de-aco-es-policiais-e-da-justica-eleitoral.shtml>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

WEINTRAUB deixa o governo: seis polêmicas que marcaram a gestão no Ministério da Educação. **BBC News Brasil**, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53058067>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VIANNA, Agatha. Panorama da pesquisa universitária no Brasil: angústias e proposições. **Criar Educação**, Criciúma, v.5, n.1, jul./nov., 2015.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevista para a pesquisa com os pós-graduandos

Parte 1 - Perfil socioeconômico

1. Qual o seu nome, idade e estado civil?
2. Você é natural de que Estado e município? Onde reside atualmente? Está residindo na mesma cidade do programa de pós-graduação?
3. Como são as suas condições de moradia? Mora sozinho(a) ou com família, amigos, cônjuge? Qual a ocupação dos outros moradores?

Parte 2 - Relação com o programa de pós-graduação

4. Como se deu a escolha pelo programa de pós-graduação? Como foi o processo seletivo?
5. Você é bolsista? Caso seja, qual a agência financiadora?
6. Caso não seja bolsista, qual a sua fonte de renda? Está trabalhando atualmente? Em qual função/cargo? O programa ou a universidade oferece auxílios para moradia e alimentação? Você é usuário destes benefícios?
7. Como é a estrutura do programa de pós-graduação? Tem sala própria e biblioteca? Dispõe de quantos funcionários?
8. Os funcionários do programa de pós-graduação atendem às demandas dos discentes? As informações sobre documentos, disciplinas, prazos, processos seletivos, eventos e revistas científicas, entre outras questões, constam no site do programa e/ou são repassados via e-mail para os discentes? As solicitações/processos são encaminhados e avaliados com celeridade?
9. O programa dispõe de recursos para auxiliar os discentes em inscrições e viagens para participar de eventos científicos? Sabe quais as condições para solicitá-los?
10. Quais os pré-requisitos para a obtenção do diploma de mestre ou doutor? Há algum tipo de pressão institucional para publicação de artigos, livros, entre outros textos científicos? Como isso se manifesta e qual a reação dos discentes?
11. Você participa de algum grupo de pesquisa? Como ocorrem as atividades?
12. Como é a relação com o(a) orientador(a)? Ele(a) cumpre com as suas obrigações? Existe uma integração com os demais orientandos(as)?

13. Existe representação estudantil? Há reuniões para discussão das demandas dos pós-graduandos? 18. A universidade possui algum tipo de iniciativa para discutir as reivindicações dos estudantes de pós-graduação?

14. Como você avalia o seu desempenho perante os compromissos impostos pelo programa?

Parte 3 - Saúde mental, estratégias de auto-cuidado e resistências diante da atual conjuntura do Brasil

15. Durante o curso você teve algum sintoma ou foi diagnosticado(a) com algum distúrbio mental, como ansiedade, depressão, entre outros? Já conviveu com sensações e situações como dificuldade para dormir, insônia, desânimo, perda de motivação, etc.?

16. Muito se fala atualmente sobre a “síndrome do impostor” nas atividades acadêmicas, que diz respeito a quando o pesquisador se sente como um farsante que não estaria desenvolvendo as atividades como deveria. Você já passou ou passa por isso?

17. Como se sente diante das políticas do atual governo brasileiro que não só impõe crescentes cortes de recursos para a pesquisa científica, mas também persegue os pesquisadores a partir de seus discursos? Como isto impacta nas suas atividades acadêmicas? Há alguma estratégia para se manter são neste momento?

18. Estas dificuldades conjunturais e seus efeitos, entre eles os impactos na saúde mental dos pós-graduandos, têm sido debatidos entre os discentes do programa? Existem ações de enfrentamento a elas para além dos muros da universidade? Como elas têm ocorrido?

APÊNDICE 2 – Ata da reunião de colegiado de 30/08/2019

Participantes: Docentes: Simone, Marcela, Verás, Miqueli, Marina, Ednalva e Rogério. Discentes: Felipe, Bruna e Mônica (representantes de turma), Isabelle. Secretário Fred.

PAUTAS

Os pontos abaixo foram apresentados e aprovados:

- **Aprovação da alteração na distribuição dos recursos PROAP.**
- **Desligamento de 10 discentes por não apresentarem defesa de dissertação/tese.**
- **Homologação de relatório PNPD de Ana Carolina Costa Porto.**
- **Homologação da nova coordenação (2019-2021)**

Votação não ocorreu porque só houve uma chapa composta por Simone e Rogério. Na discussão desta pauta também houve falas de Marcela e Veras que fizeram um balanço de suas passagens pela gestão do programa e afirmaram que conseguiram cumprir seus objetivos.

- Relatos de Simone sobre a reunião da Capes

Segundo a professora, havia um clima difícil para todas as áreas de conhecimento. Os representantes da Capes provocaram um incômodo com seus discursos machistas, referindo-se aos que estavam presentes a todo momento como “os pesquisadores do Brasil, os professores do Brasil”, ignorando dessa maneira todas as mulheres que compareceram a reunião. Os representantes da agência também deixaram claro o descontentamento com o fato do sistema ter crescido significativamente nos últimos anos: “É difícil lidar com muitas bolsas, com muita produção”, “Ainda tem a APCN”, “Ainda estão querendo abrir mais programas?” Em relação às mudanças que estão sendo propostas para o Qualis, a maioria dos representantes das Ciências Humanas¹⁹ não estão de acordo, enquanto a maioria dos representantes das Ciências Exatas e da Saúde concordam.

É quase certo que os programas de pós-graduação nota 3 deixarão de existir. Os programas nota 4 irão perder 75% dos recursos (caso do PPGS). A bolsa enxoval, recurso repassado para programas recém-criados, também acabará. Muitos programas da área de Sociologia teriam suas notas rebaixadas com a nova proposta de avaliação.

¹⁹ A Ciência Política é uma das áreas das Humanidades que apoiam as mudanças, pois abarcam a área de segurança do exército que, valorizada pelas políticas do atual governo, pretende criar mestrados e doutorados.

Das propostas de mudanças

Periódicos e livros

A Capes almeja utilizar o mecanismo de fator de impacto para fins de avaliação da produção científica. A área de Exatas e Saúde é beneficiada, já a área de Humanas é prejudicada, pois a maioria de seus periódicos passariam a ter qualis C. A produção na área de Humanas de países como França e Alemanha também cairiam, caso fossem analisadas conforme este critério. Cada periódico terá apenas uma avaliação e não vários qualis, estará relacionado a área mãe e apenas os últimos dois anos de publicações contarão.

Em todos os mecanismos utilizados pela Capes para avaliar a produção da Sociologia, os nossos artigos não foram citados nem pela própria área. Trata-se de uma situação que a longo prazo é bastante complicada. Como ter investimentos se não existe a comprovação de citações? O “H5” do Google foi o mecanismo em que a nossa produção foi melhor avaliada. De acordo com os resultados, os artigos começam a ser citados somente com cinco anos e chegam ao ápice depois de dez anos, diferentemente da produção em Exatas, que tem um boom de citações rápido, assim que publicados.

No que concerne à avaliação de livros, será criada uma amostra de 473 livros da nossa área, que não poderão ser concentrados, ou seja, terão quer divididos entre o conjunto de professores e alunos dos programas de pós-graduação.

A mediana da área de Sociologia é 119 pontos para os docentes, um valor considerado baixo. Os discentes estão na média.

Programas de pós-graduação

A Capes pretende adotar um novo sistema de avaliação a partir de 2021. As novas regras dizem respeito a cinco itens, dos quais a professora mencionou apenas quatro por não recordar do último: 1) Produção intelectual e internacional; 2) Patentes; 3) Contato com a sociedade (formação de pessoas para políticas públicas, etc.); 4) Educação (formação de professores).

Os recursos irão diminuir para todos os programas, incluindo os que possuem nota sete, cuja produção intelectual é considerada de impacto internacional. A Capes alegou que alguns programas utilizam apenas a produção de um professor de maior renome para elevar suas notas. A produção deverá ser do conjunto dos professores, pois só assim refletirá a qualidade do programa. Para ser considerado de impacto internacional terá que ter um corpo de professores que contribuem consideravelmente para a produção de conhecimento. A avaliação não ficará restrita a produção intelectual, contemplará também atividades de

extensão, assessoria e consultoria e participação na elaboração de políticas públicas. A produção dos egressos passará a contar de maneira muito mais decisiva. Porém, a Sociologia não adotará apenas esses critérios.

Quanto às mudanças na ficha de avaliação:

➤ Parte informativa do programa: 33% da avaliação

Inclui:

- 1) Estrutura física;
- 2) Currículo;
- 3) Auto-avaliação (A área de Sociologia vai valorizar os programas que melhor organizarem isto. Quanto mais transparente, estruturado e com participação de avaliadores estrangeiros melhor. Este sistema precisa ser duradouro);
- 4) Planejamento estratégico (Como os programas foram pensados? Como se relacionam com a universidade?).

➤ Formação: 34% da avaliação

Inclui:

- 1) Qualidade e adequação das teses e dissertações (A Sociologia vai premiar quem terminar em menos tempo e sem atrasos. Programas com notas seis e sete têm diminuído o tempo de conclusão dos discentes). Obs: A média do PPGS é ruim nesse ponto;
- 2) Destino, atuação e avaliação dos egressos (Onde estão? Qual a relação com a área? A Sociologia quer um sistema de acompanhamento dos egressos por considera-los atores importantes para evidenciar o “capital social” dos programas. Para estabelecer o perfil dos egressos não será considerada apenas a produção científica, mas também suas atuações em consultorias e como professores no ensino médio).

➤ Impacto na sociedade: 33% da avaliação

Inclui:

- 1) Produção intelectual (equivalerá a 50% do valor desse item);
- 2) Impacto social e cultural (equivalerá a 25% do valor desse item). Relação com a licenciatura e a extensão serão mais valorizadas pela Sociologia. Os programas deverão sistematizar o que é feito;

3) Internacionalização (equivalerá a 25% do valor desse item). Contempla professores visitantes, realização de intercâmbio pelos alunos, participação de professores estrangeiros em eventos organizados pelo programa.

O que deve ser feito

- O currículo lattes deve estar atualizado e mais explicativo. É importante valorizar os espaços que existem para descrição de cada item, Colocar o ISSN online nos itens da produção científica.
- Para o qualis livros, pensar o Scielo Books como estratégia de avaliação da produção. A UFPB não utiliza este sistema. Articular contatos com a editora da UFPB.
- As resenhas dos discentes contam como artigo. É importante começar a publicar resenhas em periódicos. Vários programas já incentivam esta prática.
- Publicar em áreas próximas que estão com qualis inflado para auxiliar na avaliação. Ex: Educação, Serviço Social.
- Sugestão das professoras Marina e Patrícia para criar um questionário e produzir o relatório da pesquisa sobre os egressos do PPGS
- Readequação das linhas de pesquisa do PPGS
- Um projeto para subir o conceito do PPGS para cinco.
- Organização de uma atividade do programa para expor estes informes e avançar em propostas a ser realizada no início de outubro.

APÊNDICE 3 – Carta de discentes do PPGS/UFPB referente à prorrogação de bolsas em tempos de pandemia

Vimos, por meio desta Carta, apresentar nosso posicionamento, enquanto comunidade discente, sobre a **efetivação da prorrogação das bolsas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB em tempos de pandemia.**

Estamos acompanhando atentamente a crise ocasionada pela pandemia de Covid-19, que se aprofunda devido a conjuntura política brasileira. Nessas condições, temos proposto um conjunto de mecanismos para aproximar o diálogo entre discentes, através de questionários online e também reuniões virtuais que tem contado com ampla adesão. Como desdobramento desses espaços de debate, apresentamos esta Carta com o objetivo principal de encaminhar a aprovação das prorrogações de todas as bolsas vigentes no PPGS, **pelo prazo de três meses**, em conformidade com a Portaria nº 55 de 29 de abril de 2020 da CAPES, com o Informe nº 4 de 6 de maio de 2020 do CNPQ e com a Portaria nº 54 de 22 de maio de 2020 da Universidade Federal da Paraíba.

Inicialmente, é imprescindível contextualizarmos a gravidade da pandemia que estamos enfrentando mundialmente e que se evidencia no Brasil e na Paraíba com dados alarmantes. Nesse panorama, contabilizamos em 1º de junho do corrente ano, 29.937 óbitos e 526.477 casos confirmados nacionalmente, segundo o Ministério da Saúde; 360 mortes e 13.162 casos confirmados de Covid-19, no estado da Paraíba. Vivenciamos, portanto, um estado de calamidade pública que nos afeta física e psicologicamente.

Em meio a essa dimensão pandêmica, a realidade de confinamento tem trazido impactos sociais severos. Como temos acessado através dos Boletins elaborados por Cientistas Sociais acerca do Coronavírus, veiculados por intermédio da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), evidenciamos o quanto são diversas as consequências dessa problemática, que certamente irão perdurar mesmo quando a epidemia estiver minimizada. Esse cenário escancara as desigualdades econômicas, que são marcadas por classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, deficiências, território e geração, implicando em dificuldades e **vulnerabilidades que acometem de modo direto a vida e o trabalho, inclusive de pesquisadores e pesquisadoras de Pós-Graduação.**

Somando-se a pandemia, constatamos um cruel ataque à educação pública, superior, gratuita e de qualidade, onde nos encontramos frente a um desmonte da ciência e retrocessos com a retirada de recursos orçamentários das pós-graduações, cortes arbitrários de bolsas e o envio do projeto de privatização das universidades públicas, mais conhecido como “Future-

se”, para apreciação do Congresso pelo governo brasileiro. Percebemos, atrelado a toda essa dimensão, que este cenário deveria vir acompanhado da prorrogação imediata de todas as bolsas e que a Universidade e seus PPGs seguissem pelo caminho da solidariedade coletiva, cumprindo seu papel social onde a vida e a sobrevivência seriam prioritárias diante do produtivismo. Infelizmente, ocorre o contrário e parece que enquanto discentes de pós-graduação nos encontramos em um limbo onde direitos são retirados e nos é negado até o mínimo que é ofertado. Vale lembrar que a ausência de regulamentação da atividade de pesquisador e de reajuste das bolsas, que possuem os mesmos valores desde 2013, já são dilemas suficientes para a luta da nossa categoria.

É importante pontuarmos que enquanto pesquisadoras e pesquisadores, nossa forma de trabalho não fica registrada apenas em números, datas de defesas e qualificações. Nossa composição teórica e empírica começa a ser tecida no dia em que ingressamos na pós-graduação. Logo, é aviltante supor que estaremos sendo afetados pelo Covid-19 tão somente quando extrapolarmos datas previstas pelo Regimento do PPGS/UFPB, ou quando não entregamos um “produto” final, quando não compomos os números que se esperam de uma determinada turma. Somos um dos principais pilares do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB e, como pertencentes a esta categoria, defendemos que as tomadas de decisões devem ser construídas com base no diálogo contínuo, efetivo e sistematizado entre docentes, servidores/as e discentes de forma institucionalizada.

Lembremos, também, que buscamos desenvolver formações e pesquisas de qualidade. Estamos todas e todos afetados pelas mudanças ocorridas neste período, mas somos nós, as pesquisadoras e pesquisadores que estamos em campo, aproximando-nos da comunidade em geral, coletando dados, respeitando nossos sujeitos de pesquisa, escrevendo textos que representam as nossas trajetórias e o local onde nos formamos. **Somos nós discentes que estamos revendo nossas ferramentas de pesquisa e adaptando nossos estudos em meio a uma pandemia.** O que parece óbvio, mas não nos custa sinalizar em tempos de cegueira institucionalizada: estamos todas e todos trabalhando! Devemos ter nossa posição e nossa voz respeitada.

Com o Informe do CNPQ e com as Portarias da CAPES e da UFPB, temos como horizonte uma proposta do que seria o básico para enfrentarmos, enquanto pesquisadores e pesquisadoras da pós-graduação, o conjunto de efeitos danosos que acima mencionamos. Ou seja, mesmo com as tendências de ataque que o atual governo leva adiante, **percebemos na prorrogação, uma abertura para atenuar a extensão de efeitos negativos que temos sofrido na nossa realidade de pesquisa.** Há de se destacar, também, que a Associação

Nacional de Pós-Graduandos firmou posicionamento na garantia, supervisão e monitoramento para a efetivação do pedido de prorrogação de todas as bolsas em vigência quando da publicação da Portaria nº 55 , viabilizando, inclusive, a interposição judicial para assegurar esse direito às pesquisadoras e pesquisadores em caso de omissão por parte dos PPGs. Significa dizer, portanto, que se trata de um direito previsto pelas instituições de fomento à pesquisa em sua amplitude!

Além disso, analisando em perspectiva nacional e mesmo na UFPB, temos acompanhado que muitos programas têm acatado as prorrogações de modo simples e objetivo, sendo que na nossa Universidade, a PRPG, com a sua portaria, abre precedentes para que a ampliação do período de bolsa seja consolidado. Isso converge com os regulamentos dos órgãos de fomento, estando explícitos que **não somente discentes concluintes podem usufruir do seu direito de prorrogação, mas sim todas as pessoas com bolsas vigentes na pandemia, que assim necessitarem, sem que seja afetada a avaliação dos PPGs.** Não é possível que outros critérios extraoficiais sejam indicados como excludentes dessa possibilidade. Tampouco os argumentos para negativa são razoáveis, até porque não há quaisquer garantias de que seguiremos neste mesmo formato de distribuição de bolsas.

Nesse sentido, com o CNPQ já vemos que não haverá renovação de nenhuma bolsa. Caso seja aprovado o novo formato em que a concessão de cotas será atribuída por área e por editais, estaremos diante de mais cortes e ainda assim com o impacto mais gravoso, caso não sejam garantidas as prorrogações. Sinalizamos que a mudança de posicionamento por parte da coordenação do PPGS/UFPB quanto a solicitação de prorrogação das bolsas CNPQ, apenas ocorreu após a **confirmação** do corte anunciado das próximas cotas. **A CAPES também anunciou que adotará um novo modelo de distribuição de bolsas por editais, assim é no mínimo temerário continuarmos aguardando novos cortes para que se efetive o requerimento para as bolsas CAPES.** Ressalta-se: entendemos que mesmo nas situações onde se efetive a prorrogação, sua utilização fica condicionada ao andamento da pesquisa, isso é, não serão necessariamente utilizados todos os meses de ampliação que forem requisitados.

Estamos em uma conjuntura que não estava prevista ou planejada por nenhum cronograma de pesquisa e além das atividades curriculares, que podem seguir remotamente, também temos todo prejuízo em cumprir com as atividades extracurriculares, tais como participação em eventos, comparecimento em bancas e realização de exames de proficiência. A maioria de nossas ações em campo estão suspensas e certamente é desumano exigir que a

gente se submeta a comprimir as tarefas, simplesmente desconsiderando todo esse período suprimido pela pandemia.

Compreendemos que não são tempos fáceis e **reafirmamos a urgência de encaminhar a prorrogação das bolsas vigentes de todos que assim necessitarem**, levando em conta as justificativas específicas, mas sem perder de vista essa base conjuntural que é inegável. **Estamos em defesa dos nossos direitos enquanto discentes de pós-graduação e contamos com a viabilidade por parte do nosso Programa.**

**Discentes de Pós-Graduação em Sociologia,
Paraíba, junho de 2020.**